



UCSAL  
**UNIVERSIDADE  
CATÓLICA  
DO SALVADOR**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL E  
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**ALEXANDRA DE NICOLA**

**DIREITO À CIDADE COMO LUGAR DE FESTA: AFETOS ENGAJADOS NO  
PARQUE AUGUSTA, EM SÃO PAULO/SP, E NO PARQUE EM REDE PEDRA DE  
XANGÔ, EM SALVADOR/BA**

**Salvador**

**2022**

**ALEXANDRA DE NICOLA**

**DIREITO À CIDADE COMO LUGAR DE FESTA: AFETOS ENGAJADOS NO  
PARQUE AUGUSTA, EM SÃO PAULO/SP, E PARQUE EM REDE PEDRA DE  
XANGÔ, EM SALVADOR/BA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre.

Linha de Pesquisa: Territorialidade e Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liana Silvia de Viveiros e Oliveira.

**Salvador**

**2022**

Ficha catalográfica. UCSAL. Sistema de Bibliotecas

N634 Nicola, Alexandra De

Direito à cidade como lugar de Festa: afetos engajados no Parque Augusta, em São Paulo/SP, e no Parque em Rede Pedra de Xangô, em Salvador/Ba / Alexandra Nicola. – Salvador, 2022.

163 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Profa. Dra. Liana Sílvia de Viveiros e Oliveira.

1. Direito à Cidade 2. Festa 3. Mapa de Afetos 4. Territorialidades 5. Mobilização Social 6. Parque Augusta 7. Parque em Rede Pedra de Xangô 8. Mapa de Importância I. Oliveira, Liana Sílvia de Viveiros e - Orientadora II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. III. Título.

CDU 711.46

**ALEXANDRA DE NICOLA**

**DIREITO À CIDADE COMO LUGAR DE FESTA: AFETOS ENGAJADOS NO  
PARQUE AUGUSTA, EM SÃO PAULO/SP, E PARQUE EM REDE PEDRA DE  
XANGÔ, EM SALVADOR/BA**

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em  
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

Salvador, 30 de março de 2022

Banca Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liana Silvia de Viveiros e Oliveira  
Universidade Católica do Salvador – UCSAL (Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liliane Vasconcelos de Jesus  
Universidade Católica do Salvador – UCSAL (Examinadora Interna)

---

Pref. Dr. Leandro de Sousa Cruz  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília – FAU/UnB  
(Examinador Externo)

## AGRADECIMENTOS

No decorrer do Mestrado e na fase final de escrita da dissertação, muitas pessoas e ideias de como registrar os agradecimentos me ocorreram. Relembrei minha trajetória até aqui e me deparei com a ausência da minha avó materna, falecida em novembro/2021, antes de completar seus 91 anos no dia de Santa Luzia. Luzia é a força ancestral do feminino em mim passada dela para minha mãe, Aurora, luz na alvorada cotidiana dos meus 54 anos. Espero fazer jus à essa força das mulheres da família!

Agradeço a afetividade dos meus avôs paternos, *in memoriam*, Irena e Domingos, que me criaram com liberdade, amor e incentivo à criatividade. Ao meu pai José, ao qual me espelho para buscar o conhecimento intelectual e acadêmico. Aos meus irmãos Pablo Domingos, Thiago Manuel e Lucas Santiago, a pequena irmã, já do meu tamanho, Amanda, e a sobrinha Olívia, parafraseando Lucas, nós de *uma história que, para minha imensa sorte, é bastante confusa e repleta das mais variadas pessoas*: Tânia, Lorena, Alice, Vanessa e Lara. Quem sabe com esse trabalho possam entender um pouco mais do que faço “*na Bahia*” e profissionalmente.

À amiga de décadas e histórias, que também fez Mestrado, e defendemos nossas pesquisas no mesmo dia e hora. Boa sorte, Madeleine, em abril nos vemos mestres!

Aos amigos e amigas de São Luís/MA, por terem me acolhido e mostrado outras dimensões do Brasil, em especial Viviane, com quem aprendi e sempre aprendo a ser biocêntrica; a Murilo, que me levou para conhecer as lutas e resistências do povo do campo e com seu “*sabe que estou desse lado da história*”, sempre me alerta para seguir o mesmo caminho, o das minorias; a Alfredo Wagner, que também me mostrou esses caminhos e que fiquei feliz em tê-lo como referência teórica em disciplinas. Recordações de um tempo feliz e de muito aprendizado.

Aos amigos e amigas de Salvador, que me acolhem e me cuidam, em especial Helena e Eneida no início e sempre, e Dalvinha e Maria Angélica, minha família baiana.

Às mulheres da família Ribeiro, em especial Valu e Matilde, foram elas que também me mostraram as lutas e resistências, dessa vez dos afrodescendentes, e que primeiro acreditaram em mim e me colocaram à frente de grupos e coletivos como facilitadora de processos transformadores.

Aos amigos de infância d'O Carrossel, escola em frente ao Parque Augusta, pelas vivências afetivas dentro e fora do ambiente escolar que perduram até hoje; em especial à Iberê, primeiro encantamento afetivo, e quem foi a semente do grupo de entrevistados em função do seu envolvimento pessoal e profissional no movimento pelo parque.

Ao Sandro, parceiro em discussões acaloradas no amanhecer, em dicas e respostas às minhas dúvidas acadêmicas e por ter me apresentado e presenteado com Sodré Muniz e outras *cositas más*.

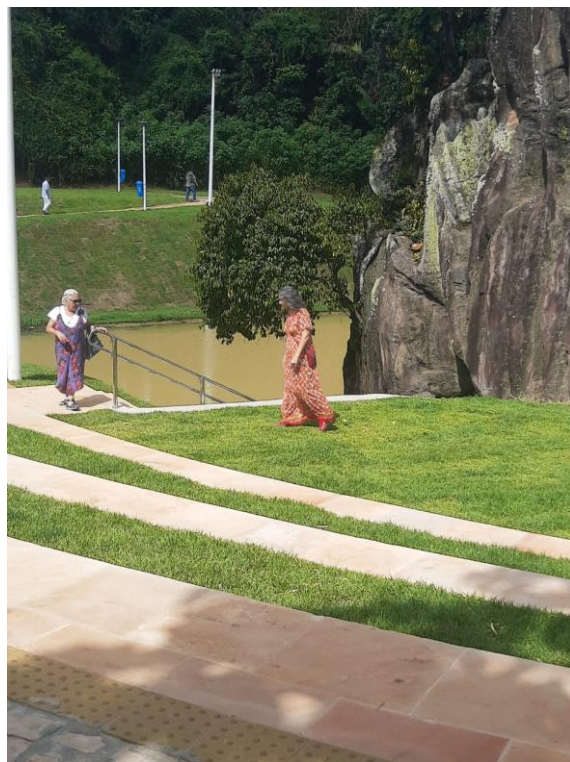
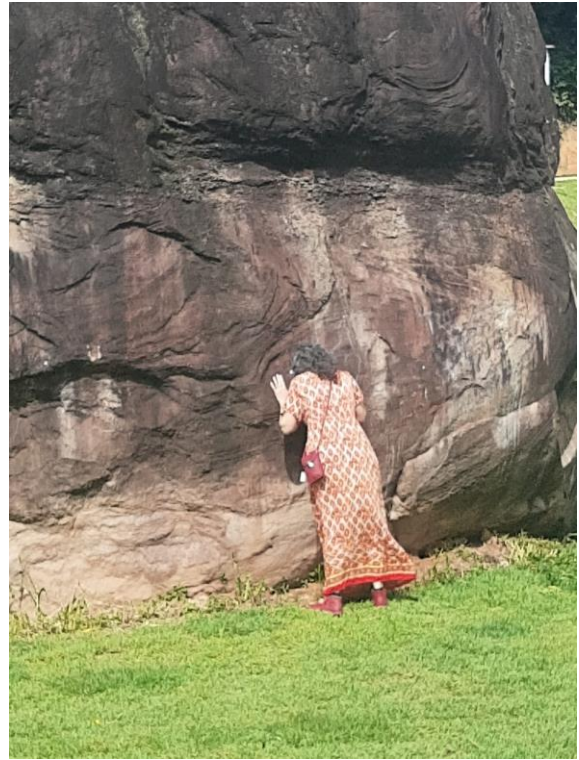
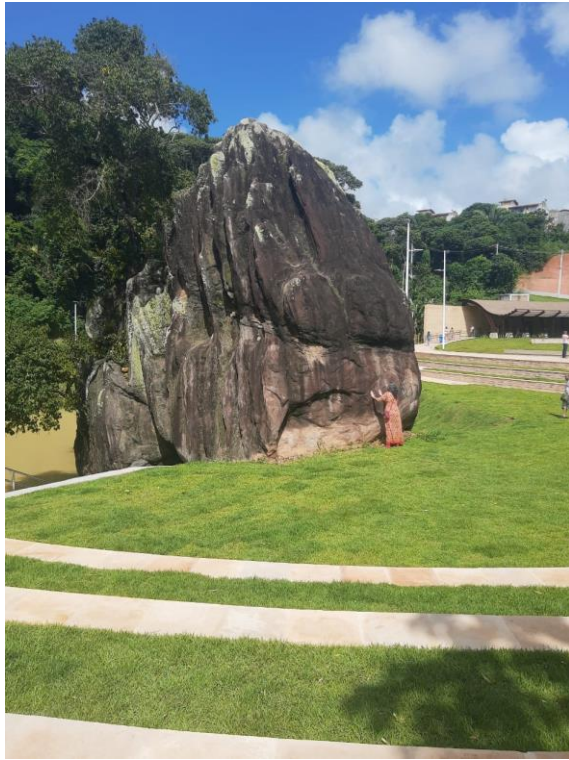
À Telma, que me acompanha desde que cheguei a Salvador, cuidando da casa, da felina levada Anais, *in memorian*, e agora, aceitando o desafio de ajudar na pesquisa fazendo a transcrição das entrevistas.

À Liana, parceira em projetos profissionais e orientadora, por acreditar em meu potencial e me provocar a encarar algo que nunca havia cogitado, pelo contrário, fugia. Principalmente em não me deixar desistir na primeira pedra no meio do caminho. Entre convergências e divergências, esses anos de Mestrado e orientação foram de aprendizado, sinto a diferença entre o antes e o depois.

Aos colegas do Mestrado, docentes e discentes, dessa árdua tarefa de iniciar uma pesquisa juntamente com a pandemia de COVID-19 e terminá-la com uma guerra, que se espera não seja mundial nem nuclear. Não foi fácil para nós, cada qual com suas trajetórias passamos por incertezas, dificuldades, perdas, mas estamos aqui, somos vencedores até mesmo só pelo fato de estarmos vivos. Em especial ao professor Pedro, que me presenteou com a revista *Cidades*, edição *A cidade e a festa*; à Camila e Dora, companheiras de projetos profissionais e de Mestrado, pelo apoio mútuo para as coisas práticas e afetivas.

E por fim, de forma transversal ao trabalho e, em especial, ao dia da banca, à pesquisadora Maria Alice Pereira da Silva e a sacerdotisa Gayaku Sinay, do terreiro Vodun Kwe TòZò, pela benção de Xangô.

Sou um pouco de cada coisa que aprendi com todos vocês e tantas outras pessoas que passaram, não só por esse tempo de Mestrado, mas pela minha existência. Sou grata ao universo!



FONTE: Dora Lobão (2022).

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa aborda o direito à cidade na dimensão de Festa, conforme concebe Henri Lefebvre (2001), sendo a cidade construída por descontinuidades e rupturas, por convergências e divergências de grupos que rivalizam seu amor por ela na disputa de agendas que transitam entre seu valor de uso e o valor de troca. A Festa, com letra maiúscula, assim como a coloca o autor, implica no uso, fruição e apropriação da cidade em sua plenitude que assim proporciona relações afetivas e políticas nas práticas culturais, como expressão de vida urbana. E a festa, aqui, é estratégia de luta e resistência em defesa de espaços públicos para o encontro, lazer, contemplação, práticas religiosas, preservação de valores materiais e simbólicos e disputa política: a festa para a Festa. Como um grande laboratório, as cidades de São Paulo/SP e Salvador/BA ofereceram dois casos de movimentos de luta e resistência que transformaram espaços privado e público em parques municipais - Parque Augusta e Parque em Rede Pedra de Xangô, respectivamente -, demonstrando que o direito à cidade em tempos atuais coloca imperativos de reforma urbana muito além da demanda por moradia e serviços urbanos. A pesquisa traz um recorte de como se deram os engajamentos afetivos e políticos para as conquistas dos espaços públicos, tendo por referencial teórico central a noção de afeto de Lawrence Grossberg (2012), força constitutiva de articular desejos e articuladora de forças transformadoras. Por meio de pesquisa bibliográfica e entrevistas, foram elaborados mapas de importância e de afetos para entender o que mobilizou os atores ao engajamento. A mobilização social é aqui apresentada pela teoria de José Bernardo Toro (2005), entrelaçada pela discussão de racionalidade e emoções de Humberto Maturana (1997). Por fim, os movimentos de luta e resistência e as disputas evidenciadas são discutidos pela perspectiva de Viveiros (2020) por eixos transversais que trazem o direito à cidade na relação entre escalas e de mútua constituição da sociedade civil e do Estado a partir das interações, articulações, convergências, divergências e conflitos. Esse olhar ainda ocorre por meio de categorias que analisam a formação e a articulação dos agentes; a construção de princípios éticos políticos e a formação de identidades coletivas; das arenas e disputas de agendas; e a disputa de léxico na política urbana. Os resultados mostram que o imaginário comum de um parque 100% verde, sem prédios, e da superação do racismo e da intolerância religiosa com um espaço sagrado afro-brasileiro sendo tombado e preservado, se tornaram realidade por meio da articulação de afetos e desejos de atores que, por sua vez, os colocaram em articulação com a ordem próxima e a distante, exercendo seus direitos à cidade e à Festa.



## ABSTRACT

This research addresses the right to the city in the Party dimension, as conceived by Henri Lefebvre (2001), the city being built by discontinuities and ruptures, by convergence and divergences of groups that are rivals in their love for it in the dispute of agendas that move between their use value and their exchange value. The Party, with a capital P, as the author puts it, implies the use, enjoyment, and appropriation of the city in its fullness, which thus provides affective and political relations in cultural practices as an expression of urban life. And the Party, here, is a strategy of struggle and resistance in defense of public spaces for meeting, leisure, contemplation, religious practices, preservation of material and symbolic values and political dispute: the party for the Party. Like large laboratories, the Brazilian cities of São Paulo (State of São Paulo) and Salvador (State of Bahia) presented two cases of struggle and resistance movements that transformed public and private spaces into municipal parks – Parque Augusta and Parque em Rede Pedra de Xangô, respectively –, demonstrating that the right to the city, in current times, present urban reform imperatives that go far beyond the demand for housing and urban services. The research presents a snapshot of how affective and political engagements took place to conquer public spaces, having Lawrence Grossberg's (2012) notion of affection as a central theoretical reference, a constitutive force of articulation of desires and transformative forces. Through bibliographic research and interviews, maps of importance and affections were prepared with a view to understanding what mobilized the actors to engage. Social mobilization is presented based on the theory of José Bernardo Toro (2005), intertwined with the discussion of rationality and emotions by Humberto Maturana (1997). Finally, the struggle and resistance movements and the disputes evidenced are discussed from the perspective of Viveiros (2020), by transversal axes that bring the right to the city in the relationship between scales and mutual constitution of civil society and the State from interactions, articulations, convergences, divergences, and conflicts. This view is also made through categories that analyze the formation and articulation of agents; the construction of political ethical principles and the formation of collective identities; the arenas and disputes of agendas; and the lexicon dispute in urban politics. The results show that the shared imagination of a totally green park without buildings and overcoming racism and religious intolerance ancewith a sacred The Afro-Brazilian space being demarcated and preserved has become reality through the articulation of affections and desires factors who, in turn, putthem in articulation with the close and distantorder, exercise their rights to the city and the Party.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – TERRENO DO PARQUE AUGUSTA.....	42
FIGURA 2 – PEDRA DE XANGÔ (2019) .....	42
FIGURA 3 – BLOCO OCUPA VC TAMÉM NO BURACO DA MINHOCA .....	44
FIGURA 4 – 10ª CAMINHADA DA PEDRA DE XANGÔ .....	45
FIGURA 5 – PICNIC À MODA ANTIGA – 5ª EDIÇÃO – VIRADA SUSTENTÁVEL ..	48
FIGURA 6 – PICNIC À MODA ANTIGA – PARTICIPAÇÃO DA AUTORA.....	49
FIGURA 7 – <i>FESTIVAL PARQUE AUGUSTA – OS MULHERES NEGRAS</i> .....	50
FIGURA 8 – <i>FESTIVAL PARQUE AUGUSTA – PEQUENO CIDADÃO</i> .....	50
FIGURA 9 – <i>FESTIVAL PARQUE AUGUSTA</i> .....	51
FIGURA 10 – <i>CINEMATA</i> .....	51
FIGURA 11 – <i>REVELIÃO</i> .....	52
FIGURA 12 – ENSAIO DO <i>BLOCOPSIOPARQUE MEMO</i> .....	52
FIGURA 13 – <i>AMALÁ DE XANGÔ</i> .....	57
FIGURA 14 – 8º FESTIVAL INTERNACIONAL ULTRA DE CAPOEIRA REGIONAL .....	58
FIGURA 15 – FORMULÁRIO DOS DESEJOS PA.....	74
FIGURA 16 – FORMULÁRIO DOS DESEJOS PA.....	74
FIGURA 17 – RESULTADO DO FORMULÁRIO DOS DESEJOS PA.....	75
FIGURA 18 – RESULTADO DO FORMULÁRIO DOS DESEJOS PA.....	75
FIGURA 19 – RESULTADO DO FORMULÁRIO DOS DESEJOS PA.....	75
FIGURA 20 – RESULTADO DO FORMULÁRIO DOS DESEJOS PA.....	76
FIGURA 21 – FOGUEIRA DE XANGÔ .....	89
FIGURA 22 – FOGUEIRA DE XANGÔ .....	89
FIGURA 23 – CASAMENTO AFRO-BRASILEIRO.....	90
FIGURA 24 – TEIJIN EXPONDO SUA PROPRIEDADE DO TERRENO.....	107
FIGURA 25 – PALACETE UCHÔA – COLÉGIO DES OISEAUX.....	108

FIGURA 26 – DEMOLIÇÃO DO PALACETE UCHÔA .....	111
FIGURA 27 – EXPLORAÇÃO DO TERRENO COM ESTACIONAMENTO .....	111
FIGURA 28 – NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE APROVAÇÃO DO CONPESP .....	117
FIGURA 29 – MANIFESTAÇÃO NA PREFEITURA DE SÃO PAULO .....	119
FIGURA 30 – IMAGEM AÉREA DE CAJAZEIRAS E LOCALIZAÇÃO DA PEDRA DE XANGÔ .....	124
FIGURA 31 – CAMINHADA PEDRA DE XANGÔ .....	129
FIGURA 32 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA PEDRA DE XANGÔ E EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS .....	134
FIGURA 33 – MAPA DO SISTEMA DE ÁREAS DE VALOR AMBIENTAL E CULTURAL (SAVAM) .....	134
FIGURA 34 – PONTOS SAGRADOS DO PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ .....	139
FIGURA 35 – POLIGONAL DE INTERVENÇÃO DO PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ COM A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO TRAÇADO DAS VIAS .....	140
FIGURA 36 – PERSPECTIVA GERAL DO PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ .....	140

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mapa de Importância – Parque Augusta e Parque em Rede Pedra de Xangô.....	72
Quadro 2 – Mapa de Afetos – Parque Augusta e Parque em Rede Pedra de Xangô .....	73
Quadro 3–Cronologia de Articulações no processo do Parque Augusta.....	83
Quadro 4 – Cronologia de Articulações no processo do Parque em Rede Pedra de Xangô.....	91

## LISTA DE SIGLAS

ABAM	Associação das Baianas de Acarajé, Mingau e Receptivo do Estado da Bahia
AFA	Associação Brasileira de Preservação da Cultura Afro Ameríndia
AG	Arquitetura da Gentrificação
AMACON	Associação de Moradores e Amigos do Bairro da Consolação e Adjacências
APA	Área de Preservação Ambiental
ARDECENTE	Associação Religiosa de Cooperação Entre Terreiros
BCN	Banco de Crédito Nacional
BNH	Banco Nacional de Habitação
CBPM	Companhia Baiana de Pesquisa Mineral
CCPI	Centro de Culturas Populares e Identitárias
CDCN	Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra
CEAMA	Centro de Apoio às Promotorias de Meio Ambiente e Urbanismo
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais
CEBIC	Conselho Ecumênico Baiano de Igrejas Católicas
CEDURB	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CEN	Coletivo de Entidades Negras
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CIA	Centro Industrial de Aratu
CMCN	Conselho Municipal das Comunidades Negras
CMN	Conselho Monetário Nacional
CMP	Central de Movimentos Populares
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano
CONPRESP	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
COPEC	Complexo Petroquímico de Camaçari
DUC	Decreto de Utilidade Pública

EAG	Escola de Arte Gente
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
EtniCidades	Grupo de Estudos Étnicos e Raciais em Arquitetura e Urbanismo
FABS	Federação das Associações de Bairros de Salvador
FESTG	Festival de Teatro Gente de Cajazeiras
FGM	Fundação Gregório de Matos
FPC	Fundação Pedro Calmon
GEMAT	Gerência de Patrimônio Material
HIS	Habitação de Interesse Social
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
IPHAN/BA	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LIMPURB	Empresa de Limpeza Urbana do Salvador
MAOU	Movimento Artístico de Ocupação Urbana
MDMT	Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MOVIECO	Movimento Ecológico
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MSTC	Movimento Sem Teto do Centro
MUDE	Movimento de Unidade Democrática de Salvador
NAFRO	Núcleo de Religiões de Matriz Africana da PM-BA
NUDEPHAC	Núcleo de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural
OPA	Organismo Parque Augusta
ORCIATOO	Organização Religiosa e Cultural Ilê Asé Tumbi Ode Oji
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador
PDE	Plano Diretor Estratégico
PLANAHP	Plano Nacional de Habitação Popular
PM	Polícia Militar
PMCMV-FAR	Programa Minha Casa Minha Vida – Fundo de Arrendamento Residencial
PNPS	Política Nacional de Participação Social
RREMAS	Rede de Religiões de Matriz Africana do Subúrbio

SAMORCC	Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores do Bairro Cerqueira César
SAVAM	Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural
SECIS	Secretaria Cidades Sustentáveis
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SEMUR	Secretaria Municipal de Reparação
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SIOBÁ	Irmandade Beneficente de Ojés, Ogans e Tatas
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SNPS	Sistema Nacional de Participação Social
SUCOM	Secretaria Municipal de Urbanismo
SVMA	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente
TDC	Transferência do Direito de Construir
UC	Unidades de Conservação
UFBA	Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia
UMP	União de Moradia Popular da Bahia
UNEGRO	União dos Negros pela Igualdade
URBIS	Habitação e Urbanização da Bahia S.A.
ZEPAM	Zona Especial de Proteção Ambiental
ZEPEC	Zona Especial de Preservação Cultural

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	17
AFETOS ARTICULADORES NO CAMINHO DA EXISTÊNCIA .....	17
<b>A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO</b> .....	20
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	22
<b>ARTIGO 1 – DIREITO À CIDADE: A FESTA EM DEFESA DA FESTA</b> .....	38
INTRODUÇÃO .....	40
UM PERCURSO PELA FESTA COMO CONDIÇÃO DE EXERCÍCIO DO DIREITO À CIDADE.....	43
EM DEFESA DA FESTA: A FESTA NAS ESTRATÉGIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA NO PARQUE AUGUSTA E NO PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ .....	48
<b>ARTIGO 2 – AFETOS E DESEJOS ARTICULADOS E ARTICULADORES DO DIREITO À CIDADE NA DIMENSÃO DE FESTA</b> .....	62
INTRODUÇÃO .....	63
A CIDADE CONSTRUÍDA POR SENTIDOS.....	66
IMPORTÂNCIA, DESEJOS E AFETOS .....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	94
<b>ARTIGO 3 – AGENDAS E DISPUTAS NA CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES AFETIVAS</b> .....	96
INTRODUÇÃO .....	97
TERRITÓRIOS E RESISTÊNCIAS .....	103
PARQUE AUGUSTA 100% PÚBLICO: NÃO VAI TER PRÉDIO!.....	107
PEDRA DE XANGÔ: LUGAR SAGRADO AFRO-BRASILEIRO CONSTRUINDO REDES.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	141
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	142
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	146



APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA, COM PERGUNTAS ABERTAS .....	158
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	160

## APRESENTAÇÃO

### AFETOS ARTICULADORES NO CAMINHO DA EXISTÊNCIA

Sou uma mulher branca, de classe média, descendente de italianos, portugueses e com uma avó indígena, nascida e criada no bairro do Bixiga, como ficou conhecida a Bela Vista, na região central de São Paulo/SP. Cresci na casa dos meus avôs paternos, filhos de italianos, na rua Paim, onde minha mãe me buscava ao fim do expediente de trabalho para seguirmos para nossa casa, na rua Cesário Mota Junior. O trajeto era sempre o mesmo, subir a Paim até a Frei Caneca, virando à direita até a esquina da Marquês de Paranaguá onde entrávamos para encontrar a Augusta. Minha mãe brinca que todos os caminhos sempre levam à Augusta! Ali, andávamos pela calçada beirada pelo muro daquele grande terreno até a esquina da Caio Prado. Havia um estacionamento com entrada/saída pela Augusta e Caio Prado, cortando a ponta do quadrado do quarteirão em um pequeno triângulo. Eu, com uns quatro, cinco anos, ansiava a chegada desse pedaço da caminhada, pois, ao avistar a brecha no muro, corria para cortar caminho por dentro do estacionamento até o outro lado, apostando corrida com minha mãe que sempre me deixava vencer nessa brincadeira.

O quarteirão da Caio Prado entre a Augusta e a Consolação era longo e demorado, pois eu era entretida por alguns elementos da natureza do Parque Augusta como os galhos das árvores que conseguia alcançar e retirar folhas de fícus. Nelas, primeiro fazia uma pequena dobra na ponta e depois enrolava para colocar na boca e soprar, tentando produzir um som de apito. Inútil, até hoje não sei fazer sair som desse instrumento criado pela minha mãe que, pacientemente, fazia vários durante o trajeto e se divertia com as minhas tentativas. Mas nem tudo era diversão, existia o perigo das taturanas, enormes lagartas verdes e peludas que era preciso desviar para não se queimar. Algumas ainda vivas andando no estica-encolhe a esmo, outras esmagadas e dos seus corpos expeliam gosmas que me chamavam a atenção e despertavam a curiosidade.

O Parque Augusta está ainda na minha memória afetiva em forma de excursões à sua mata, como aulas práticas de integração com o meio ambiente. Estudei n'O Carrossel, escola construtivista instalada no casarão da Tia Carminha, na rua Marquês de Paranaguá, ao lado da 4.<sup>a</sup> Delegacia de Polícia e de frente para o grande

terreno. Até iniciar a pesquisa sobre o parque, tinha no meu imaginário que nós invadíamos o terreno onde me lembro de explorar cada recanto em busca de coletar tatu-bolinha, que guardava em caixinhas de fósforo. Mas descobri que aquele espaço sempre foi aberto à população, primeiro pelas Cônegas da Ordem de Santo Agostinho, proprietárias da área, e depois constituiu-se em direito assegurado na matrícula do imóvel e documentos assinados entre os proprietários e a Prefeitura de São Paulo que, por meio de decreto, instituiu o terreno como de utilidade pública.

Na juventude, no auge da musicalidade dos anos 1980, frequentei o Projeto SP, uma lona de circo armada para a produção de eventos. Assisti a vários *shows* de bandas nacionais. Aos 18 anos, entrei na faculdade de Matemática, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, cujo *campus* de exatas ocupa o prédio do antigo Instituto Sedes Sapientiae, onde funcionou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mantido pelas Cônegas da Ordem de Santo Agostinho.

Até me mudar para Salvador, em 2007, sempre morei próximo ao Parque Augusta, sendo que minha mãe ainda é sua vizinha. Isso garantiu que nas idas à São Paulo pudesse estar presente a algumas assembleias, participar da coleta de assinaturas para abaixo-assinado, esticar uma toalha no chão da Augusta no *Pic-nic à Moda Antiga*, um dos eventos de mobilização e visibilidade dos movimentos em prol do parque, e assistir à apresentação da proposta de projeto elaborada pelo escritório Kruchin Arquitetura, feita pelo arquiteto e urbanista Samuel Kruchin. Nesse dia, na livraria Tapera Taperá, na galeria Metrópole, me chamou a atenção a declaração de Samuel de que havia sido aluno do Colégio Equipe, escola que ocupou o prédio depois que o Colégio des Oiseaux mudou para o Morumbi, de que havia guardado um ladrilho hidráulico do chão do casarão, quando da sua demolição, como recordação dos bons momentos que havia passado ali e que era um prazer fazer o projeto para o parque.

Pensei nessas conexões entre passado e presente desenhando um futuro. Nas vivências afetivas que os agentes envolvidos de alguma forma na constituição do Parque Augusta tinham registradas por seus corpos estarem em movimento pelo território, o que significava para eles e qual a força articuladora acionada. Da minha parte estava claro o desejo de manter aquela área como parque 100% público e sem prédios, como bandeira difundida pelo movimento Parque Augusta, por tudo que ele representava na minha existência. Por esse significado afetivo, escolhi como estudo de caso a trajetória desses anos de luta e resistência. Não pude estar na inauguração, a qual acompanhei pela imprensa e as mídias sociais do movimento, vibrava a cada

manifestação de alegria pela conquista. Em uma noite de domingo, final de novembro/2021, pude atravessar o portal e pisar nesse solo sagrado onde um dia Pagu também pisou. É preciso ter desejos e fazer as trilhas para sua realização, como a que também caminhei nesses dois anos de Mestrado.

Nesses anos em Salvador, fui descobrindo aos poucos a cultura afro-brasileira que não só a cidade oferece, mas também o Recôncavo e a riqueza de seu simbolismo religioso de luta e resistência. Conheci então o movimento pelo Parque em Rede Pedra de Xangô, com o qual me identifico não só pela preservação da natureza decorrente da cosmovisão integrada a ela, como também por ser expressão de ancestralidade, de pertencimento e de identidade do povo de santo. O parque está em implantação, mas a apropriação do espaço independe da conclusão, como foi a cerimônia da Fogueira de Xangô, em 29/07/2021, da qual tive a emoção de participar.

Importante lembrar que esse Mestrado ocorreu com duas semanas de aula presencial e depois mergulhou no desconhecido. O mundo parou em março/2020 em função de algo invisível e ameaçador da existência. Se os movimentos de luta e resistência já tinham suas dificuldades nas disputas contra-hegemônicas, com a pandemia de COVID-19 foi necessário se reinventarem a partir do virtual, assim como o estudo e as trocas acadêmicas. Nesses dois anos foram muitos momentos de resistência para mim e também para os discentes, os docentes e os funcionários da UCSal, sendo que me sinto triplamente feliz pela conclusão do Mestrado, por me deitar na grama do Parque Augusta e encostar a cabeça no Otá e agradecer a Xangô por ter mantido equilíbrio nesse período e ter chegado até aqui.

Como se não bastassem as restrições, perdas e sequelas da pandemia de COVID-19 que foi decretada no início do Mestrado e perdurou durante sua execução, ele se encerra marcado por outra tragédia mundial. Em 24/02/2022, Vladimir Putin, presidente da Rússia, autorizou a operação militar de invasão do território ucraniano, a qual insiste em dizer que não é uma guerra. A imigração de refugiados ultrapassa 2,5 milhão de pessoas, houve um ataque à maior usina nuclear da Europa e não se sabe o que virá.

## A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O trabalho está estruturado e apresentado em três artigos sobre as temáticas, além da introdução e das conclusões finais. Essa forma de apresentação por meio de três artigos está prevista no art. 54, do Capítulo IX – Da tese e da dissertação ou trabalho equivalente, do Regimento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Católica do Salvador, aprovado pela Resolução n.º 06, de 10/10/2017.

O primeiro artigo, *Direito à cidade: a festa em defesa da Festa*, começou a ser construído como trabalho de conclusão da disciplina *Direito à cidade e estudos culturais*, e posteriormente uma primeira versão foi submetida à Revista *Territorialidades*, sendo uma versão anterior do artigo aprovado para publicação em setembro/2021. O texto parte da análise de ampla pesquisa documental para discutir a estratégia dos movimentos sociais, coletivos culturais e entidades, de utilização da festa como instrumento de luta e resistência em defesa dos parques, considerando o direito à cidade em sua dimensão de Festa, a preservação de valores materiais e simbólicos e disputas. Apresenta esse direito, tensionado-o pelas contribuições de Luc Gwiazdzinski (2011) e Catherine Bernié-Boissard (2011); para entender a festa como evento extraordinário, disruptivo, produtor de descontinuidades e rupturas, que dá visibilidade e incorpora sentidos ao uso e à apropriação do espaço.

O segundo artigo, *Afetos e desejos articulados e articuladores do direito à cidade na dimensão de Festa*, foi originalmente elaborado para apresentação dos avanços no desenvolvimento da pesquisa, na disciplina *Seminários*. Ele traz os mapas de importância e de afetos dos agentes engajados afetiva e politicamente, discutindo como as práticas sociais, experiências e vivências instigam a mobilização de pessoas em processos políticos, desenham um imaginário comum e articulam transformações na e da cidade. De forma dialógica, são apresentados os conceitos de direito à cidade e à Festa, de Henri Lefebvre (2001), com a noção de afeto de Lawrence Grossberg (2012, 2015); racionalidade e emoções, de Humberto Maturana e Francisco Varela (1995, 2009); e de mobilização social, de José Bernardo Toro (1997, 2005). Complementando a pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com atores sociais, cujos conteúdos passaram por análise à luz dos conceitos, resultando nos mapas de importância e de afetos.

O terceiro e último artigo, *Agendas e disputas na construção de territorialidades afetivas*, foi elaborado para complementar os objetivos da pesquisa, discutindo as lutas em defesa dos parques a partir da metodologia desenvolvida por Liana Viveiros (2018, 2020) para a análise de disputas pelo direito à cidade. A autora propõe dois eixos mobilizadores que atuam em escalas e de forma transversal nas conexões e contradições das disputas e quatro categorias de análise dos processos como ocorrem. A partir daí são identificados e correlacionadas as agendas, as arenas, as táticas e estratégias das disputas entre as forças hegemônicas representadas pelo capital imobiliário e os movimentos ativistas e culturais nos casos estudados.

## INTRODUÇÃO

Contradições no uso e ocupação do solo urbano são acentuadas na contemporaneidade, com os seres humanos vivendo em zonas cada vez mais densas e ao mesmo tempo desejando espaços de fruição, convivência, Festa<sup>1</sup>, lugares onde possam socializar, sendo estes colocados em disputa com o capital. No Brasil, as lutas pelo e no espaço público e inscrevem em uma trajetória de longo curso em defesa da reforma urbana e pelo direito à cidade, com muitas conquistas institucionais, jurídicas e mesmo materiais e formação de repertórios e recursos para a ação política (VIVEIROS, 2018, 2020).

Lefebvre (2001) discorre sobre os processos de industrialização e urbanização, apresentando o primeiro como indutor da problemática que resulta em questões decorrentes do crescimento e planificação da cidade, envolvidas nelas as realidades urbanas com “a crescente importância dos lazeres e das questões relativas à ‘cultura’” (LEFEBVRE, 2001, p. 11). No entanto, a cidade preexiste à industrialização, tendo se transformado ao longo das épocas até ela, quando nasce o capitalismo concorrencial que propicia o acúmulo de riquezas, mas também do conhecimento, das técnicas e das obras.

A própria cidade é uma *obra*, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos *produtos*. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro). (LEFEBVRE, 2001, p. 12, grifo do autor).

A contradição então é apontada por Lefebvre (2001), que identifica a cidade como investimento improdutivo nas obras e, por outro lado, constituinte do capitalismo comercial e bancário urbano, por onde circulam riquezas. Essa contradição é mediada por três principais forças: a sociedade, o Estado e a cidade. Apesar das transformações, a cidade ainda mantém o caráter orgânico de comunidade, o que permite a sua organização corporativa e as lutas de classes, entre riqueza e pobreza, poderosos e oprimidos, tendo a cidade como arena. Os conflitos têm como agenda em oposição o valor de uso (a cidade, a vida urbana e o tempo urbano) e o valor de troca (os espaços comprados e vendidos, o consumo de produtos, de bens, dos

---

<sup>1</sup> Será usado Festa com maiúscula, conforme apresentado por Lefebvre em *O direito à cidade*, quando se fizer referência ao direito à cidade em sua dimensão cultural, de lazer, fruição, prazer.

lugares e dos signos), entre os investimentos do capital e aqueles que não resultam em riquezas, apenas promovem a Festa. Como insurgência à dominação do poder hegemônico, a cidade se protege (LEFEBVRE, 2001).

No capitalismo, a cidade coloca-se subordinada à lógica do consumo, enquanto a dimensão cultural fica renegada, sendo facilmente institucionalizada, burocratizada e controlada. “Parques de diversão, jogos coletivos de todas as espécies persistem nos interstícios da sociedade de consumo dirigida, nos buracos da sociedade séria que se pretende estruturada e sistemática, que se pretende tecnicista” (LEFEBVRE, 2001, p.131). Nesse sentido, os espaços de reunião que davam sentido à Festa morrem ou vão se perdendo, transformados pela sociedade de consumo. Uma outra centralidade pode se manifestar, a lúdica, para restituir o sentido da obra, em que o tempo, inscrito e escrevendo o espaço, tem prioridade sobre o espaço.

É sobre a paralisação do capital e poder hegemônico, representado principalmente pelo mercado imobiliário em um modelo industrial (VANNUCHI, 2020), mas também pelo planejamento estatal do desenvolvimento urbano sem participação e controle social, e a ação organizada pela sociedade engajada afetiva e politicamente em lutas (GROSSBERG, 2012) por transformar espaços para o exercício do direito à cidade em sua dimensão de Festa que se trata essa pesquisa, a partir dos estudos de caso do Parque Augusta, em São Paulo/SP, e do Parque em Rede Pedra de Xangô, em Salvador/BA. Assim como Grossberg (2012) e Toro (2005), Lefebvre (2001) traz o afeto pela cidade como uma das motivações que levam os grupos ao conflito entre a centralidade capitalista e a centralidade lúdica. E, por meio dos conflitos, pelas relações diretas entre as pessoas e os grupos e as organizações corporativas que compõem a sociedade, a cidade se transforma.

Acredita-se na dimensão do afeto com os territórios como fator mobilizador das pessoas em direção à participação, luta e resistência na transformação do espaço a partir do desejo, do imaginário de futuro compartilhado por um coletivo que, mesmo em suas diferenças e diversidades, consegue construir um sentido comum. Essa dimensão do afeto, ao permear tanto o engajamento quanto a defesa do território por meio de práticas culturais no próprio espaço instiga a reflexão sobre os recursos da ação política e os acionamentos táticos dos agentes e dos coletivos culturais envolvidos em cada um dos casos.

Parte-se da noção de que as cidades passam por transformações que dependem das relações e mediações diretas, entre pessoas e grupos que compõem



essa sociedade que habita a cidade e a tem como laboratório. Lefebvre (2001) apresenta essas relações imediatas e diretas como tendo escalas: 1. Ordem próxima, como as relações entre indivíduos em grupos, sejam eles pequenos ou amplos, organizados ou não, e entre esses grupos; 2. Ordem distante, sendo regida por instituições com grande poder como a igreja, o Estado, a legislação e até mesmo por uma cultura hegemônica. A ordem distante é superior, dotada de poderes, se impõe por ideologias persuadindo a ordem próxima, coagindo-a. A cidade é resultado dessa “mediação entre as mediações” (LEFEBVRE, 2001, p. 52).

As mediações entre os grupos sociais e o poder hegemônico na relação com o direito à cidade em sua dimensão de Festa podem ser compreendidas ainda pelas emoções, trazida por Maturana e Varela (1995). Os autores entendem que as transformações são mediadas por emoções, sendo a principal delas o amor, que movimentam e organizam comportamentos, coordenações consensuais de conduta. Grossberg (2012), em outra perspectiva, desenvolve uma teoria do afeto, colocando-o como um poderoso instrumento estruturador, energia propulsora de engajamento e luta na atualidade. Para ele, o afeto é um poder constitutivo capaz de articular e colocar em articulação os corpos em movimento e em mediação.

Ao definir cidade como sendo uma projeção da sociedade sobre um local, Lefebvre (2001) destaca que há lacunas nesse conceito, sendo necessário entender que não é apenas a ordem distante que media coercitivamente, mas também, por exemplo, os vários tempos e ritmos implicados em sua transformação, sugerindo que se escute “a cidade como se fosse uma música tanto quanto se a lê como se fosse uma escrita discursiva” (LEFEBVRE, 2001, p. 62). O autor apresenta a fala da cidade, sendo esta a que ocorre nas ruas, nas praças, nos vazios, “aquilo que aí se diz” (LEFEBVRE, 2001, p.70). E o que os estudos de caso apontaram foi a ordem próxima – em relação estreita e imbricada com a ordem distante – gritando seu desejo, seu imaginário comum de direito à cidade em sua dimensão de Festa e fomentando lutas que resultaram na implantação, pelo poder público municipal, dos parques Augusta e Pedra de Xangô.

Essas iniciativas podem ser compreendidas como práticas culturais que se produzem na vida cotidiana dos habitantes das cidades e se inserem no tecido social, interferindo, transformando as estruturas de poder existentes. Grossberg (2012) aponta que as pessoas se articulam com a cultura, e por meio dela, geram estruturas e forças que organizam sua vida cotidiana, com o poder econômico, social, cultural e

político. O engajamento pode ocorrer pelo afeto, uma das múltiplas formas em que as pessoas vivem as relações em suas existências, como dão valor ao real, a forma como se sentem pertencendo aos lugares ao longo de certas trajetórias (GROSSBERG, 2012). A cidade coloca-se, então, como realidade vivida, uma realidade afetiva, um conjunto complexo de articulações e vivências. A dimensão do afeto é um dos aspectos da mobilização social abordada também por Toro (2005), que coloca a premissa de convocação de vontades como um ato de paixão. Como o autor explicita, “qualquer mudança exige convergências de interesses (política), convocação de vontades (erótica, desejo) e novas formas de compreender e organizar a realidade (teoria)” (TORO, 2005, p.91).

A realidade vivida pelo afeto se relaciona com o sentimento de pertencimento à cidade e pode, ainda, refletir na maneira como os grupos, classes ou frações de classes sociais desejam ocupar e fazer uso desse território e se envolverem em movimentos de luta e resistência para garantir o espaço público e a vida coletiva. Citando Toro (2005), a razão controla, a paixão move. O autor conceitua que a mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade, uma sociedade, decide e age com um objetivo comum, buscando, cotidianamente, os resultados desejados por todos. Diante dessas colocações, qual o imaginário de direito à cidade em sua dimensão de Festa que mobilizou pessoas a se envolverem nas lutas contra processos e dinâmicas do capitalismo que ameaçaram o uso e a apropriação do território como espaço de lazer, cultura e sociabilidade? Como paixões pela cidade nascem e se manifestam? Como destaca Toro, “um ‘imaginário’ é uma representação desejável e possível do futuro que queremos construir. Uma mobilização requer criar desejos, suscitar paixões. Para mobilizar, é necessário definir nortes estimulantes” (TORO, 2005, p.92). Então, quais foram esses “nortes” desenhados pelas paixões, desejos e afetos pelos espaços em disputa?

Em 2006, registrou-se a formação do primeiro coletivo em defesa da criação do Parque Augusta, integrando a Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores do Bairro Cerqueira César (SAMORCC) e o Aliados do Parque Augusta, sendo elaborado um projeto de lei e apresentado à Câmara Municipal da capital paulista. A essa luta pelo direito à cidade, ao longo dos anos seguintes, agregaram-se outros coletivos da sociedade civil constituídos por profissionais liberais (arquitetos, advogados, engenheiros), artistas, permacultores, moradores e outros interessados

na luta<sup>2</sup>. Esses agentes sociais tinham a agenda na centralidade lúdica revelada na defesa da criação do parque 100% verde e sem prédios e, pelo afeto (GROSSBERG, 2012), construíram um sentido comum. No entanto, é possível pressupor outras centralidades que surgem de forma integrada à principal como a preservação e a conservação do meio ambiente urbano e a do patrimônio cultural.

Esse sentido comum aqui é interpretado como um novo tipo de direito de uso, aplicado como um princípio de atividade política constituído por deliberações, julgamentos e decisões (DARDOT; LAVAL, 2017) utilizado por movimentos de lutas, especialmente por espaços urbanos, onde a participação é ativa em atividades e tarefas dos coletivos como, por exemplo, a autogestão. Os autores definem comum como “o público não-estatal, que garanta o acesso universal por meio da participação direta dos usuários na administração dos serviços” e concluem que esses usuários não são “consumidores” e sim participam junto com o Estado das decisões e deliberações que os envolvem (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 219-220). O comum é instituído por uma práxis denominada “instituinte”, relacionada ao “recriar com, ou com base em, o que já existe [...] entendida e executada *in situ* ou *in loco*”. (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 221). Sendo assim, esse novo direito de uso está relacionado ao agir e conduzir com os outros uma relação de um coletivo, de forma ativa, significativa para a supervisão, manutenção e preservação. Em sua dissertação *Parque Augusta na luta pelo comum urbano*, Oliveira traz essa dimensão do comum do Movimento Parque Augusta:

Com o parque prestes a reabrir seus portões, o Movimento Parque Augusta parte para uma nova etapa de sua luta. Desde o início, mais do que reivindicar um difuso direito à cidade, o direito de uso daquela que já existe, os ativistas que chegaram a partir de junho de 2013 basearam sua atuação no direito de construir entre todos a cidade que desejam, o direito de fazer as infraestruturas que necessitam para desfrutá-la, o direito de serem eles mesmos uma infraestrutura da cidade em comum que reivindicam (OLIVEIRA, 2019, p. 17).

Em campo oposto, na centralidade capitalista, encontravam-se as incorporadoras Cyrela e Setim com a sua agenda de construção de um supermercado e posteriormente duas torres, uma comercial e outra residencial. É certo que tais

---

<sup>2</sup>Foram identificados em matérias jornalísticas e mídias sociais os seguintes coletivos: Organismo Parque Augusta (OPA), Movimento Parque Augusta Sem Prédios, Rede Novos Parques São Paulo, Associação de Moradores e Amigos do Bairro da Consolação e Adjacências (AMACON), Arquitetura da Gentrificação (AG), Casa Amarela, Buraco da Minhoca, Movimento Passe Livre (MPL), Advogados Ativistas e (Se)cura Humana Guerrilhas Artísticas Urbanas e Aquáticas.

interesses inscrevem articulações com as esferas de governo e se apoiam muitas vezes na dimensão jurídica e instituições operadoras do Direito. Como ficou constatado, outros agentes participantes das arenas de disputas foram os representantes de órgãos da municipalidade – Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP). Ainda se envolveram vereadores e o Ministério Público Estadual. Esses representantes não apresentam necessariamente as mesmas posições ao longo dos processos de disputa, posto que articulações e alianças são também formadas em outros campos, nas conjunturas menos ou mais favoráveis às suas agendas.

Em Salvador, o movimento em prol da preservação da Pedra de Xangô e da área do entorno envolveu, em 2005, adeptos das religiões afro-brasileiras, reunindo terreiros de candomblé de várias nações – Ketu, Angola e Jeje – de toda a cidade, a Associação dos Terreiros de Candomblé Cajazeiras e Adjacências Pássaro das Águas, a Associação de Proteção à Pedra do Ramalho, a Associação Brasileira de Preservação da Cultura Afro Ameríndia (AFA), o Movimento de Unidade Democrática de Salvador (MUDE), além de outros coletivos, lideranças locais e comunitárias.

Após novembro/2014, data do ato de intolerância religiosa no qual a pedra ficou imersa em 200 Kg de sal e sacos plásticos, constituiu-se o Fórum Permanente em Defesa da Pedra de Xangô. A esse movimento de luta se juntaram integrantes da academia e movimentos ambientalistas<sup>3</sup>. A agenda governamental à época trazia a implantação da Avenida Assis Valente (2005) e solução para o esgotamento sanitário da região de Cajazeiras X, por meio do Programa Sanear, mas foi além, englobando também a agenda por moradia e do desenvolvimento urbano.

Esse desenho da rede de agentes em defesa dos seus valores associados ao que Lefebvre (2001) entende como Festa, ou seja, a dimensão do encontro e da obra, como visto, ganha densidade e complexidade à medida em que o conflito se instala. As relações simbólicas instituídas pela cultura e religiosidade afrodescendentes fazem

---

<sup>3</sup>Do fórum participavam representações do governo estadual: Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), Secretaria de Cultura (SECULT), Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), Fundação Pedro Calmon (FPC), Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI), Polícia Militar (PM), Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa, Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN), Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) e Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER). Na esfera municipal, participaram representantes dos seguintes órgãos: Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR), Secretaria Cidades Sustentáveis (SECIS) e Fundação Gregório de Matos (FGM).

florescer a mobilização afetiva e política, resultando no engajamento do povo de santo, acadêmicos e ambientalistas. O conflito altera posições e relações de poder e convoca outros agentes à cena, além de trazer à superfície pautas e interesses nem sempre explicitados em situações de latência, tratando-se de um momento do conflito (LIMA; VIVEIROS; SOUZA, 2020) em que as resistências ganham maior expressão.

Grossberg (2012) traz o afeto como uma ferramenta de articulações e articuladora para o entendimento das relações políticas e culturais do mundo atual, enquanto Toro (2005) aponta a necessidade de desenvolver formas democráticas de pensar, sentir e agir para a construção do público, a partir da participação social e se apoia na noção do desejo. Essa triangulação entre o sentir, pensar e agir é uma hipótese para os engajamentos políticos, tendo o afeto como energia da mediação (GROSSBERG, 2012), seja com a centralidade na dimensão lúdica ou do sagrado como mobilizadores no tempo e no espaço. E como resultado tem-se o comum e o direito à cidade em sua dimensão de Festa.

A mobilização social para Toro (2005) é a convocação de vontades em busca de um propósito comum e um sentido compartilhado, tendo essa uma dimensão erótica, de desejo e constituindo um ato de paixão. De certa forma, Toro dialoga com Pierre Dardot e Christian Laval (2017) no sentido de que é preciso dar luz ao imaginário do comum para que as pessoas se identifiquem, sejam afetadas e afetem, se engajando nas lutas. Mas quais são essas vontades e desejos que o autor coloca como cosmovisão, que mobilizaram agentes sociais em torno do Parque Augusta e do Parque em Rede Pedra de Xangô? Para o autor, a cosmovisão tem a dimensão lúdica e sagrada. Dessa gênese e ao longo de décadas vão se dando e se consolidando as relações de afeto com os espaços, se transformando na força articuladora e de articulação política para a resistência e luta pelo direito à cidade.

Construindo sua teoria do afeto, Grossberg (2012) indica que ele opera em múltiplos planos, por meio de diferentes aparatos e com efeitos diversos. Traz o afeto como universal, fundamental para a realidade, as singularidades, sendo dimensão do real, constituindo-se da potência de dialeticamente afetar e ser afetado. Descreve os corpos em movimento, a materialidade da mediação, incluindo seus efeitos, abrangendo os aparatos discursivos ou culturais, que são os lugares e os agentes da produção do real e da luta em torno dele, na forma de hábitos e do habitual. As dimensões descrevem o virtual, os estratos expressivos e a multiplicidade de regimes, lógicas ou organizações de intensidades ou paixões, respectivamente, definindo “as

tonalidades afetivas e as modalidades de existência, comportamento e experiência” (GROSSBERG, 2012, p. 232). A terceira dimensão, dos aparatos discursivos ou culturais, indica que estes mobilizam e organizam o vivido e o imaginado, dando significação e importância ao mundo, mais do que seu significado, construindo o sentimento de existência e pertencimento, de realidade vivida, emoções, desejos, mapas de importância e valores, ideologia.

Os territórios, tanto do Parque Augusta, quanto do Parque em Rede Pedra de Xangô, têm a gênese de seus processos históricos de territorialidade relacionada ao espaço geográfico. Para Claude Raffestin (1993), o espaço geográfico é apoio, substrato, palco preexistente ao território. O autor entende o “espaço como natureza-superfície, recursos naturais e o território como construção a partir da apropriação do espaço”, ou seja, “o espaço transformado historicamente pelas sociedades” (RAFFESTIN, 1993 apud SAQUET; SPOSITO, 2008, p.78). As disputas por esses dois territórios, o Parque Augusta e o Parque em Rede Pedra de Xangô, trazem complexidades para além da agenda de criação dos parques. No caso de São Paulo, a manutenção de uma das poucas áreas verdes do centro da capital, com 23.733 m<sup>2</sup>, foi perpassada pela demanda por democracia, tendo a autogestão como característica efetiva e culminou com a eleição do Conselho dos Povos para a gestão coletiva do parque junto à Prefeitura, composto por representantes do bloco Ilú Obá De Min, da União dos Negros pela Igualdade (UNEGRO), da Terra Indígena do Jaraguá (Guarani), do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) e do Organismo Parque Augusta (OPA).

No Parque em Rede Pedra de Xangô, o exemplo de que “um rio comum não é um rio; é a conexão entre esse rio e o coletivo que cuida dele” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 223), coloca a pedra no lugar desse rio, na função de articuladora e de articulação de engajamentos afetivos e políticos na resistência histórica da cultura afro-brasileira em sua luta para a preservação dos territórios consagrados aos orixás, contra o preconceito, o racismo e a intolerância religiosa. A conquista do parque foi além da preservação da área do entorno da pedra, com a oficialização do território sagrado e lúdico; representou também a afirmação do povo de santo na cidade mais negra do Brasília partir da constituição de um território em rede, conforme proposto pelo Fórum Permanente em defesa da Pedra de Xangô<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup>O documento APA Municipal Vale da Av. Assis Valente e Parque em Rede Pedra de Xangô foi elaborado por 15 integrantes do Fórum Permanente em defesa da Pedra de Xangô e se propõe como

O conceito de território em rede indicado pelo fórum não está relacionado apenas aos limites fronteiriços da área, mas às redes que dela fazem parte. Dessa forma, o território é movimento, ritmo, fluxo e rede.

Nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade – uma parcela expressiva da humanidade identifica-se no e com o espaço em movimento, podemos dizer. *Assim, territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento* (COSTA, 2011, p.279/280, grifo do autor).

A Pedra de Xangô está inserida na área da APA Municipal Vale da Av. Assis Valente, sendo que para a criação da Unidade de Conservação foi realizado, em abril de 2018, um diagnóstico socioterritorial e ambiental. Pela pesquisa, foi possível perceber a existência de fluxos, movimentos entre o lugar onde está a Pedra e outros 11 pontos interligados entre si, formando o território em rede. Os pontos mapeados pelo diagnóstico foram: 1. Encruzilhada; 2. Veios d'água; 3. Terreiro Ilê Axê Ode Tokege Lademi; 4. Bambuzais; 5. Lagoa; 6. Espaço do Xirê; 7. Reserva do Ramalho; 8. Nascentes; 9. Pico dos Vermes; 10. Floresta densa; 11. Reserva do Mariwô; 12. Pedra de Xangô. Na perspectiva de Costa (2011), essa rede não é composta por qualquer movimento ou um que seja funcional, trata-se de “um movimento dotado de significados, de expressividade, isto é, que tem um significado determinado para quem o constrói e/ou para quem dele usufrui” (COSTA, 2011, p. 142).

Para Marco Aurélio Saquet (2008), o espaço geográfico como território perpassa processos culturais inerentes às relações de poder como as identidades simbólico-culturais, juntamente com as relações econômicas e políticas, as redes e a natureza exterior do homem (SAQUET, 2008). No Parque Augusta, o simbólico-cultural trazido pelos coletivos culturais na luta e resistência do movimento contra-hegemônico tem centralidade lúdica na ideia de um parque público, com projeto comum e gestão popular para fruição coletiva e todas as dimensões implicadas. No Parque em Rede Pedra de Xangô, a religiosidade afro-brasileira deixa evidente que o simbólico-cultural é a dimensão sagrada e sua relação com a natureza. A partir dessa integração indissociável que traz a religião afro-brasileira, o movimento reivindica e consegue transformar o território em Área de Proteção Ambiental Municipal Vale da Avenida Assis Valente e no parque, assegurando alguma proteção aos seus valores,

---

uma contribuição ao debate, um “parecer na forma de artigo abordando um prévio diagnóstico socioambiental do território”.

inclusive desviando o curso da Avenida Assis Valente, a mesma que um dia iria passar por cima da pedra.

Nas trajetórias relatadas nos dois casos, as agendas, as arenas, as estratégias e as táticas de disputas, enfrentamentos e conquistas foram constituídas envolvendo a sociedade civil e o Estado em condições de conflito e alinhamento no tempo. Recorrendo a Saquet (2008), é possível afirmar que o caminho se deu de forma multidimensional, relacional e histórica, com os territórios e territorialidade operando afetiva e politicamente para a transformação em espaços públicos de Festa, com “agentes sociais envolvidos em cada relação espaço-tempo-território, de maneira (i)material” (SAQUET, 2008, p.83).

Analisando o conjunto de organizações que se envolveram nas disputas, é possível identificar que os processos tiveram características de heterogeneidade que incluíram “indivíduos e organizações sociais (instituições), públicas, privadas e não-governamentais com suas normas, regras, objetivos, princípios, representações e características econômicas, políticas e culturais” (SAQUET; SPOSITO, 2008, p.84). Conforme classificação de Raffestin (2003 apud SAQUET; SPOSITO, 2008), pode-se dizer que o Parque Augusta e o Parque em Rede Pedra de Xangô têm as características de territórios do cotidiano e das trocas, mas preferencialmente, de territórios de referência e sagrado. No território de referência predomina o caráter “histórico e imaginário, é material e imaterial (memória individual e/ou coletiva); é território a que se habitou ou se conhece através de leituras e lembranças, que podem ser afetivas ou conflituosas”. E o território sagrado é aquele que está “ligado diretamente à atuação das igrejas (religiões)[...] São campos de força estabelecidos historicamente por relações de controle e influência política e/ou sagrada”. (RAFFESTIN, 2003apud SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 82).

Os territórios de resistência do Parque Augusta e Parque em Rede Pedra de Xangô estão vinculados a movimentos, coletivos culturais e ambientais, academia, terreiros de candomblé e pessoas engajadas e mobilizadas afetiva e politicamente pela agenda do direito à cidade em sua dimensão de Festa, com algum grau de convergência e capazes de construir um projeto comum, embora os propósitos em ação, as formas de luta e o próprio engajamento político e afetivo possam ser distintos. Na diversidade e nas suas diferenças conseguiram o alinhamento necessário. Esses agentes sociais instituíram, marcaram e definiram a base das relações sociais (PORTO-GONÇALVES, 2001 apud ZIBERCHI, 2015, p. 38). “Se não fosse dessa



maneira, se esse sujeito não encarnasse relações sociais diferentes, contraditórias com a sociedade hegemônica, não haveria necessidade de se criarem territorialidades” (ZIBERCHI, 2015, p. 38). E essas relações perpassam a auto-organização dos agentes sociais e o afeto, conforme postula Raúl Ziberchi (2015, p.45), “são os afetos que organizam o bairro-comunidade”.

Esta pesquisa resulta no entrelaçamento do afeto enquanto sentimento imanente do ser humano, que o move, proporciona mediações, permite vivenciar o habitat e o habitar (LEFEBVRE, 2001), que gera pertencimento, com a projeção de um imaginário de futuro lúdico e sagrado, com o desejo de um território onde seja vivenciado o comum, expressão do próprio desejo. E dessa forma, resulta em engajamentos em lutas contra-hegemônicas pelo direito à cidade.

O objetivo geral da pesquisa é compreender como os afetos articulam a ordem próxima representada pelos agentes engajados isoladamente ou em grupos, na relação com a ordem distante, colocando-os em articulação com outros agentes a partir de um imaginário comum: o desejo de espaços públicos para o exercício do direito à cidade em sua dimensão de Festa. Os objetivos específicos seguem indicados:

1. Entender qual a realidade vivida nos territórios estudados pelos agentes e a relação com a produção de sentidos das lutas e sentimento de pertencimento aos territórios e como definem seu sentir, pensar e agir em defesa do direito à cidade;
2. Registrar os imaginários de futuro desenhados pelos agentes a partir dessas construções de sentido em relação aos territórios;
3. Entender a importância desses territórios para os diversos agentes engajados na defesa desses territórios;
4. Discutir as motivações dos agentes sociais para o engajamento afetivo e político nos movimentos de luta contra-hegemônica de transformação dos espaços em disputa em espaços de Festa;
5. Compreender as disputas envolvidas na defesa dos parques.

O estudo desenvolvido se encaixa nos eixos de pesquisa do grupo DCidade – Processos Urbanos e Direito à Cidade vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade (PPG-TAS), do qual participo desde 2019. Dentre outros temas, o Grupo de Pesquisas e propõe a analisar e discutir espaços públicos de Salvador na sua relação com o direito à cidade e com a formação de uma cultura

de produção, fruição e apropriação desses espaços, no diálogo dos estudos urbanos com os estudos culturais. O enfoque das pesquisas do grupo está nas agendas públicas e dos movimentos sociais e coletivos culturais na relação com o direito à cidade, trabalhado na dimensão teórica, nas diferentes acepções e apropriações do conceito e a partir das formas de produção e apropriação dos espaços públicos. O projeto se adequa aos objetivos das pesquisas do grupo ao agregar contribuições quanto ao diálogo proposto entre estudos culturais e urbanos.

A área que hoje constitui o Parque Augusta, ao longo de mais de meio século de minha existência, produziu sentidos diversos em cada etapa da vida: primeira infância, adolescência, adulta e agora, na maturidade, revisito este território de afetos vividos trazendo todos esses conteúdos agregados à experiência profissional nas áreas de comunicação e social<sup>5</sup>, nas quais a mobilização para a participação e controle social sempre foram desafios. Mesmo com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, denominada constituição cidadã por garantir direitos reivindicados por movimentos sociais após o período de ditadura militar, entre eles a participação e o controle social em políticas públicas ligadas à cidade, a sua efetivação ainda representa um imenso desafio. Persiste nas administrações estatais um monopólio dos serviços que acaba por reduzir os “seus usuários a consumidores, enquanto são excluídos de qualquer forma de participação da gestão” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 219).

Em contraponto, a sociedade civil vem experimentando a práxis instituinte incitando movimentos revolucionários no “sentido mais preciso de ‘reinstituição da sociedade” (DARDOT; LAVAL, 2017, p. 225). Para Dardot e Laval, essa revolução tem a ver com que amplos setores da sociedade, por meio da resistência persistente e coragem, transformem as políticas de austeridade em “vontade e capacidade de transformar as próprias relações políticas, em ir da representação à participação” (DARDOT; LAVAL, 2017, p.225-226). Nesse sentido, acredita-se que a pesquisa pode contribuir para entender esses movimentos, descortinar os sentidos presentes na relação com a cidade e o direito à cidade, em especial na sua dimensão de Festa.

---

<sup>5</sup> Graduada em Comunicação, habilitação Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); graduada em Serviço Social pela Estácio/BA; pós-graduada em Gestão da Comunicação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA); pós-graduada em Jornalismo Cultura pela PUC-SP; pós-graduada em Educação Ambiental pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/BA). Atuação profissional em projetos de habitação, saneamento, urbanização integrada e elaboração de planos setoriais de saneamento básico e diretor.

A partir dos estudos dos afetos engajados no direito à cidade como espaço de Festa nos processos de disputa pelo Parque Augusta e pelo Parque em Rede Pedra de Xangô espera-se, sem pretensão de esgotar as possibilidades e a história dessas lutas, contribuir para descortinar sentidos e práticas em prol do comum, estabelecendo possíveis caminhos para serem trilhados por novos afetos e agentes no nascimento e fortalecimento de territórios simbólicos e materiais. O desejo e o imaginário aqui discutidos vão muito além do que vive a política brasileira desde 2018, com a chegada ao poder da extrema direita, na figura do presidente Jair Messias Bolsonaro (PSC/PL), e a destituição dos direitos sociais, dentre eles a extinção do Ministério das Cidades, da Política Nacional de Participação Social (PNPS) e do Sistema Nacional de Participação Social (SNPS)<sup>6</sup>.

Sobre as orientações metodológicas, a pesquisa tem como referências os conceitos de direito à cidade e à Festa, de Henri Lefebvre (2001), a noção de afetos de Lawrence Grossberg (2012); a racionalidade e as emoções, de Humberto Maturana (1997); a mobilização social, de José Bernardo Toro (2005); e eixos mobilizadores transversais de direito à cidade e sua interação entre escalas e do processo de mútua constituição da sociedade civil e do Estado a partir das interações, articulações, convergências, divergências e conflitos de Liana Viveiros (2020).

Lefebvre (2001) aponta ainda que é no sistema urbano que se dão os conflitos entre o valor de uso – a cidade, a vida urbana, o tempo urbano - e o valor de troca – os espaços comprados e vendidos, o consumo de produtos, dos bens, dos lugares e dos signos. Esses conflitos podem ser verificados nos casos estudados, confirmando essas premissas levantadas pelo autor, que tem a cidade como arena dessas interações e contradições (LEFEBVRE, 2001). Assim como Grossberg e Toro, o autor traz o afeto pela cidade como uma das motivações que levam os grupos ao conflito entre a centralidade capitalista e a centralidade lúdica. E, por meio dos conflitos, pelas relações diretas entre as pessoas e os grupos e organizações corporativas que compõem a sociedade, a cidade se transforma.

Em aproximação à perspectiva dialética no estudo das conexões e contradições envolvidas nas disputas afetivas e políticas em defesa do espaço público, a pesquisa adotou o estudo de caso para entender como se deram os engajamentos afetivos e políticos dos agentes sociais nos processos do Parque

---

<sup>6</sup>A PNPS e o SNPS foram instituídos pelo Decreto Federal n. 8.243/2014, revogado pelo Decreto Federal n. 9.759/2019.

Augusta e Parque em Rede Pedra de Xangô. Nas disputas, a agenda central foi a transformação destas áreas em espaços públicos de lazer e cultura, como conquistas do direito à cidade em sua dimensão de Festa (LEFEBVRE, 2001) em detrimento à ordem hegemônica do capital. Conceituou-se e discutiu-se pelo método dialético a teoria do afeto (GROSSBERG, 2012) como propulsora da mobilização social (TORO, 2005) e o engajamento afetivo de agentes na disputa e resistência dos e nos territórios a partir de seus desejos e emoções (MATURANA, 1997). As circunstâncias dos conflitos nos casos estudados, entendidos nas suas especificidades e sem pretensão de comparação, são a seguir sinteticamente descritos:

1. Parque Augusta: terreno com bosque de Mata Atlântica, na região central de São Paulo, há cerca de quatro décadas ocupado por atividades culturais (casa de espetáculo, circo) e por moradores da região (passeio público). O terreno foi adquirido por incorporadoras que planejavam construir primeiro um supermercado e depois torres. O conflito se acirrou quando foram fechados os acessos à mata (2013), que por escritura deveria ser preservada e aberta ao público;
2. Parque em Rede Pedra de Xangô: rochedo localizado em terreno com Mata Atlântica, no bairro de Cajazeiras, em Salvador, lugar sagrado dedicado aos orixás, frequentado e cultuado por adeptos de religiões afro-brasileiras. O conflito se configura quando a pedra seria implodida para a construção da Avenida Assis Valente, em obra de urbanização do Governo do Estado (2005) e a mobilização se intensifica mais tarde (2014), quando ocorre um atentado de intolerância religiosa.

Para fornecer informações visando às análises dos casos foi realizada pesquisa bibliográfica e documental (livros, teses, dissertações, artigos, matérias jornalísticas, sites, mídias sociais etc.) para a construção histórica do processo de lutas e resistência nos territórios em disputa que culminou na oficialização, pelo Estado, dos parques. Desse conteúdo bibliográfico e documental foi possível ainda tirar elementos para discutir as disputas pelo direito à cidade em sua dimensão de Festa, a partir da metodologia proposta por Viveiros (2018, 2020) considerando dois eixos transversais: 1. direito à cidade na interação entre escalas; 2. direito à cidade no processo de mútua constituição da sociedade civil e do Estado. E, por meio das categorias de análise, observar a práxis instituinte dos agentes e coletivos culturais para e no engajamento afetivo e político a partir de: 1. formação e articulação dos agentes; 2. construção de

princípios éticos-políticos e a formação de identidades coletivas; 3. arenas e disputas de agendas; 4. disputa do léxico da política urbana (VIVEIROS, 2018, 2020).

Partiu-se da teoria do afeto de Grossberg (2012) para a elaboração e a sistematização dos mapas de importância e dos afetos dos atores engajados nas lutas pelos parques, tratando-se de um exercício intelectual de profunda reflexão. Isso porque buscou-se na pesquisa bibliográfica um instrumental capaz de orientar a construção de tais mapas, não sendo localizado, nem mesmo em Grossberg, que menciona o Mapa de Importância. Nesse sentido, foram elaboradas preliminarmente hipóteses para os mapas de importância e de afetos com a base conceitual trazida pelo autor e nas informações coletadas em pesquisa bibliográfica sobre o histórico dos movimentos em prol dos parques, mantendo correlação com a teoria e visando à sustentação das análises.

As respostas às questões foram buscadas principalmente no conteúdo da pesquisa qualitativa, realizada por meio de documentos e entrevistas individuais, semiestruturadas, com perguntas abertas, com representantes de coletivos culturais e outros agentes envolvidos nas disputas. Por não conhecer os ativistas, o procedimento escolhido foi o Bola de Neve, partindo de uma pessoa, uma semente, e esta indicando outras e assim sucessivamente, até a saturação das respostas. Em função da pandemia de COVID-19 e as restrições sanitárias impostas por ela, as entrevistas foram realizadas utilizando o aplicativo WhatsApp e as plataformas de videochamada Google Meet e Teams. Entre junho e julho/2021, foram entrevistadas seis pessoas para cada estudo de caso, cujas falas confirmaram as hipóteses dos mapas de importância e de afetos, acrescentando ainda outras dimensões às já analisadas. Não houve necessidade de outras entrevistas porque as respostas, além de suficientes para os objetivos, acabaram se esgotando.

O recorte temporal foi de 1994a 2021, período em que se deram as mobilizações sociais, ampliaram-se as arenas de disputa, as estratégias e táticas nas lutas pelo direito à cidade tanto no Parque Augusta quanto no Parque em Rede Pedra de Xangô.

A análise da realidade afetiva vivida pelos agentes em relação aos territórios e às propostas de luta e resistência está, portanto, ancorada em pesquisa qualitativa, por meio das entrevistas, conforme instrumento apresentado no Apêndice A, indispensável para construção dos mapas de importância (GROSSBERG, 2012). Com

a pesquisa foi possível apontar dimensões de: pertencimento, afeto, produção de sentido coletivo e do direito à cidade.

## **ARTIGO 1 – DIREITO À CIDADE: A FESTA EM DEFESA DA FESTA** **RIGHT TO THE CITY: THE PARTY IN DEFENSE OF CELEBRATION**

### **RESUMO**

A vida social, o ser e estar na cidade implicam uso, fruição e apropriação em sua plenitude, no exercício de um direito à cidade que proporcione articulações e relações afetivas e políticas nas práticas culturais, expressão da vida urbana (LEFEBVRE, 2001). Neste artigo são discutidos dois contextos nos quais movimentos sociais, coletivos culturais e entidades utilizaram a estratégia de festa como luta e resistência em defesa de espaços públicos para o encontro, lazer, contemplação, práticas religiosas, preservação de valores materiais e simbólicos e disputa política: o Parque Augusta, em São Paulo, e o Parque em Rede Pedra de Xangô, em Salvador. O direito à cidade, em sua dimensão de Festa, é trazido de Lefebvre (2001), tensionado pelas contribuições de Gwiazdzinski (2011) e Bernié-Boissard (2011), para entender-se a festa como evento extraordinário, em grande medida disruptivo, por produzir descontinuidades e rupturas propriamente, mesmo momentâneas ou temporárias, que dão visibilidade e incorporam sentidos ao uso e à apropriação do espaço. Uma ampla pesquisa documental sustenta a análise qualitativa como caminho metodológico para refletir sobre os processos de disputa pelo direito à cidade. Os resultados mostram o quanto a festa reforça a Festa como celebração do espaço público e coletivo e a cidade como direito.

**Palavras-chave:** Afeto. Coletivos culturais. Direito à cidade. Festa. Movimentos sociais.

## RIGHT TO THE CITY: THE PARTY IN DEFENSE OF CELEBRATION

**ABSTRACT**

Social life, being and staying in the city implies use, fruition, and appropriation in its plenitude, in the exercise of the right to the city which provides affective and politic articulation and relationships in cultural practices, expressions of urban life (LEFEBVRE, 2001). This article discusses two contexts in which social movements, cultural collectives and entities used celebration as fight and resistance strategies in defence of public spaces for meeting, leisure, contemplation, religious practices, preservation of material and symbolic values and political dispute: the Augusta Park, in São Paulo, and the Pedra de Xangô Park, in Salvador. The right to the city, in its dimension of Celebration, is brought from Lefebvre (2001), stretched by contributions of Gwiazdzinski (2011) and Bernié-Boissard (2011), to understand celebration as an extraordinary event, largely disruptive for producing, even momentaneous or temporary, discontinuities and breaches that give visibility and incorporate sense to the use and appropriation of space. Extensive documental research supports the qualitative analysis as the methodological way to reflect about the dispute processes for the right to the city. The results show how much celebrations reinforce Lefebvre's Celebration as an exaltation of public and collective spaces and the city as a right.

**Keywords:** Affection. Celebration. Cultural collectives. Right to the city. Social movements.



## INTRODUÇÃO

Ser e estar na cidade representam não apenas um corpo que circula por ruas, esquinas, praças, prédios e monumentos. Implicam escalas de relações e articulações complexas desse corpo em movimento com outros corpos, próximos ou distantes, em diferentes contextos e associando espacialidades e temporalidades, ou seja, territorialidades que constroem e transformam o território. Inscrevem uma diversidade de valores, crenças e ideias expressas em discursos e práticas culturais, e nos seus movimentos formam grandes teias convergentes ou divergentes, contínuas ou descontínuas escritoras de histórias, instituem simbologias e modificam a cidade em território produtor de afetos diversos, vividos e a vivenciar. Ao longo do tempo, essa cidade se altera conforme as relações de poder se estabelecem e operam forças múltiplas, colocando os agentes em divergências, disputas, conflitos e articulações afetivas e políticas por um território imaginado segundo seus anseios ou interesses, sejam pautados pela ótica da mercadoria ou da Festa em conexões e relações contraditórias. Sim. A Festa, iniciada com maiúscula, como a escreve e inscreve Lefebvre (2001), é o principal uso a ser dado à cidade.

O sentido da Festa para Lefebvre (2001) traz o questionamento à cidade pensada sob a ótica do negócio, da mercadoria e da propriedade privada que, como pensamento e prática hegemônicos, subverte o entendimento da cidade como obra, uma produção cultural da sociedade urbana com seu direito de uso, fruição, contemplação e transformação. De acordo com Lefebvre (2001, p. 12), a Festa remonta, “além do prazer e do prestígio, [a] enormes riquezas em objetos e em dinheiro”. Seria como colocar a cidade à mercê do regozijo de seus habitantes para compensar a aridez e a dureza da vida urbana consumida pelo trabalho, que desfavorece e dificulta o encontro. Pode ser pensada ainda como o convite a uma ruptura ou descontinuidade do ritmo coletivo da vida para um momento de religação dos corpos consigo e com o todo (SOUZA, 2013).

A produção da cidade e os diversos usos dados aos seus espaços, especialmente aos públicos, envolve uma complexidade de agentes que disputam valores, sentidos e crenças sobre como é e como deve ser a vida em sociedade e qual a cidade que responde ou pode responder às suas necessidades e desejos. Esse processo certamente carrega contradições próprias à ordem capitalista hegemônica que trazem à tona conflitos manifestados em muitas dimensões da vida social e se

desenrolam em várias arenas, inclusive no território. Mas o conflito é inerente à produção da realidade social, como superação e como práxis, e a cidade, como parte dessa produção, assim se constitui e se transfigura. Nos conflitos entre “[...] valor de uso e valor de troca, entre a mobilização da riqueza (dinheiro, em papel) e o investimento improdutivo na cidade, entre a acumulação do capital e sua dilapidação nas festas [e tantos outros]” (LEFEBVRE, 2001, p. 14), a cidade é produzida.

Em face a imperativos da ordem social e espacial hegemônica, a cidade escapa pela força dos agentes sociais nas suas insurgências e resistências e assim subverte mecanismos de dominação e de controle. O ordenamento de uso e ocupação segue a lógica da implosão-explosão das centralidades no tecido urbano impactando no modo de viver da sociedade urbana quanto às relações e articulações dos agentes nas dimensões social e cultural, e quando impactada nas contraordens se reconfigura em Festa e aciona a liberdade como valor coletivo e o espaço público como contexto e expressão material e simbólica de um poder dos corpos, territorialidade, território e constituição. Nesse contexto, a Festa, “[...] ao tomar conta dos espaços públicos, pode não apenas ser indutora de experiências coletivas, mas também explicitar como vozes dissonantes têm sido encaradas.” (SOUZA, 2013, p. 83).

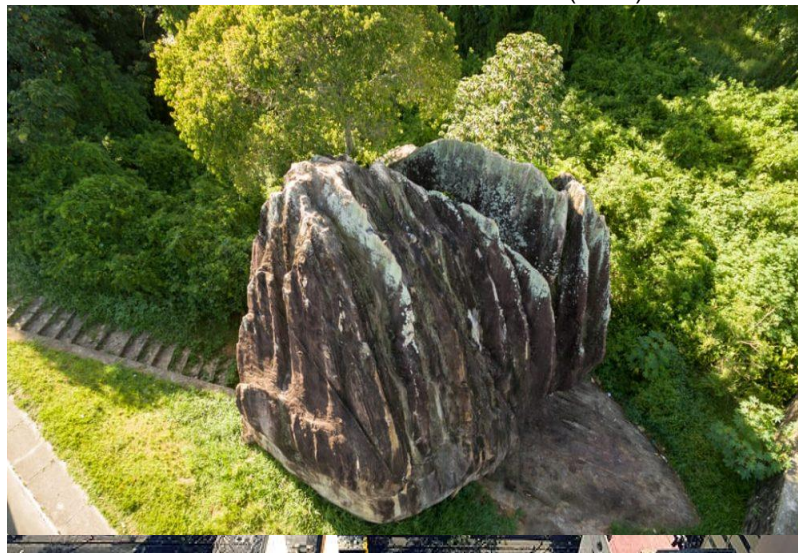
Neste artigo, analisa-se, por meio de discursos e práticas culturais, a festa como estratégia de luta e resistência pelo direito à cidade que convoca a sua dimensão de Festa. Para isso, discutem-se a ação de coletivos culturais, movimentos sociais e outros agentes, articulados nas disputas por agendas comuns, a saber: a transformação de territórios constituídos por mediações simbólico-culturais com centralidade lúdica e sagrada em parques urbanos em dois contextos: o Parque Augusta, em São Paulo, e o Parque em Rede Pedra de Xangô, em Salvador. Longe de qualquer pretensão de comparação dos casos analisados, é a lógica da festa que é trazida à análise, nas suas particularidades, como afirmação da Festa como dimensão fundamental da vida urbana (LEFEBVRE, 2001).

O Parque Augusta está localizado na região central de São Paulo e contém um bosque de Mata Atlântica (Figura 1), há cerca de quatro décadas ocupado por atividades culturais (casa de espetáculo, circo) e usufruído por moradores da região. O terreno foi adquirido por incorporadoras que planejavam construir, primeiro, um supermercado, transformando o projeto em *shopping* e depois em duas torres. O conflito se acirrou quando foram fechados os acessos à mata, que por escritura deveria ser preservada e aberta ao público. O Parque em Rede Pedra de Xangô tem

como principal referência simbólica um rochedo localizado em terreno com Mata Atlântica (Figura 2) e está situado no bairro de Cajazeiras, em Salvador. É um lugar sagrado para a população afro-brasileira e de cultos dedicados principalmente ao orixá Xangô, frequentado e cultuado pelo povo de santo. O conflito se configura quando a pedra seria implodida para a construção da Avenida Assis Valente, em obra de urbanização do Governo do Estado, em 2005, e a mobilização se intensifica mais tarde, em 2014, em decorrência de um atentado de intolerância religiosa.

FIGURA 1 – TERRENO DO PARQUE AUGUSTA  
FONTE: Natalini (2018)

FIGURA 2 – PEDRA DE XANGÔ (2019)



FONTE: Fala Cajazeiras (2019)

## **UM PERCURSO PELA FESTA COMO CONDIÇÃO DE EXERCÍCIO DO DIREITO À CIDADE**

A festa tem formas diversas e variadas e sua “[...] geografia festiva tem suas particularidades, suas razões e seus territórios” (GWIAZDZINSKI, 2011, p. 344), sendo que ela pode assumir, segundo o autor, uma ou várias dimensões, compreendendo: coletiva, pública, mista, sincronizadora, de múltiplas parcerias, de múltiplas origens, identitária, laica, mercantilizada, podadora e alternativa, excepcional, periódica, efêmera, cíclica, global, multi-escalar, alegre, lúdica e recreativa, charlatã, artística e cultural, multissensorial, intensa, trabalhosa, midiaticizada, profissionalizada e irradiadora. Além desses aspectos mais comuns para os eventos urbanos, algumas dimensões diferentes ou excepcionais podem ser apontadas: enraizada ou nômade, consumida ou participativa, construída de baixo ou imposta de cima, lúdica ou solene, mestiça ou em clivagem (GWIAZDZINSKI, 2011). A festa é assim configurada em variadas formas culturais que se sobrepõem, complementam-se e se relacionam, ao tempo em que se constrói e adensa nessas relações, muitas vezes contraditórias.

Mas, antes de mergulhar nas peculiaridades da festa, é importante apresentar a Festa na acepção de Henri Lefebvre (2001). Para ele, a Festa está relacionada à vida urbana, o meio pelo qual os habitantes desfrutam do direito à cidade em sua dimensão de obra, na prevalência do valor de uso sobre o valor de troca. Ou, ainda, a Festa como “[...] reveladora da dimensão cultural da cidade” (SOUZA, 2013, p. 20), como os blocos carnavalescos de rua em São Paulo (Figura 3). Sendo assim, a Festa lefebvriana está associada à festa como condição em que os habitantes da cidade têm seus anseios de encontro, liberdade, descontração, descoberta, deslumbramento, surpresa e novidade realizados, em um tempo-espaço da e na vida cotidiana, marcada pela concomitância de tempos-espaços. Essa festa permite, então, que os habitantes e visitantes da cidade façam, refaçam e mantenham as relações e articulações afetivas (GROSSBERG, 2012) que afirmam e fortalecem seu direito à cidade em sua dimensão de Festa.

FIGURA 3 – BLOCO OCUPA VC TAMÉM NO BURACO DA MINHOCA



FONTE: Parque Augusta (2015)

Esse sentido do direito à cidade articulado à Festa convocado por Lefebvre (2001) pode ser visualizado em muitas das manifestações presentes na cidade, de produção, apropriação e fruição. É a própria política urbana dos habitantes, tal como menciona Purcell (2002) na sua interpretação sobre o direito à cidade em Lefebvre, com suas indeterminações e contingências. Pode ser encontrada nos mutirões de autoconstrução; nas mobilizações e manifestações políticas e artísticas nos espaços públicos; nos encontros entre pessoas e grupos, provocados ou inusitados (CARADE; SILVA, 2018); nos sambas, saraus e hip hop (PARDUE; OLIVEIRA, 2018); nas ocupações que reivindicam o cumprimento da função social da propriedade; nas lutas pelos espaços públicos, entre outras.

A festa tem ainda o efeito de convocar os sentidos, as sensações e o lúdico, sendo uma forma democrática de afirmação e construção do território e de expressão e formação das várias identidades, tensionando a lógica dos espaços urbanos segregados e segmentados ao possibilitar lugares de encontro, mesmo quando efêmeros. A festa sedimenta “[...] os papéis de válvula de escape, de contestação do poder, de subversão do cotidiano, de requalificação dos territórios, de valorização econômica” (BERNIÉ-BOISSARD, 2011, p. 373). Assim, recorrendo à concepção de Festa lefebvriana, considerando as variadas formas da festa trazidas por Gwiazdzinski (2011) e a noção de afetos de Grossberg (2012) nos seus efeitos articulador e territorializador, observa-se como movimentos sociais, coletivos culturais, entidades e outras organizações em defesa do Parque Augusta e do Parque em Rede Pedra de Xangô celebram a Festa na defesa do direito à cidade, usando a festa como estratégia

de luta e resistência na afirmação e conquista do território, como a *Caminhada da Pedra de Xangô* (Figura 4).

FIGURA 4 – 10ª CAMINHADA DA PEDRA DE XANGÔ



FONTE: Marina Silva (2019)

Para melhor compreender tais processos, sem cair na armadilha de isolá-los em supostos “próprios termos”, importa, como caminho metodológico, buscar as relações entre os agentes e territorialidades construídas no acionamento da Festa como dimensão do direito à cidade. Tais relações envolvem uma multiplicidade de práticas culturais e discursos em diferentes espaços e temporalidades, mas nunca desprendidas do território. Esses agentes – coletivos culturais, movimentos sociais, instituições e outros – articulam o território tanto como lugar de onde são irradiadas as energias produtoras de afetos como de condensação daquelas produzidas pelas costuras de alianças em distintas escalas, trazendo o conflito para o “seu” terreno. Nesse processo, as relações se transformam e transformam o território.

O entendimento dessas dinâmicas implica considerar que:

Nenhum elemento pode ser isolado de suas relações, embora essas relações possam se modificar e de fato se modificam constantemente. Qualquer acontecimento só pode ser entendido de maneira relacional, como uma condensação de múltiplas determinações e efeitos (GROSSBERG, 2012, p. 36, tradução da autora<sup>7</sup>).

Para o autor é fundamental, na análise, a articulação dos processos básicos de produção da realidade, de contextos e de poder, de fazer, desfazer e refazer relações,

<sup>7</sup>Tradução da autora do original: “Ningún elemento puede ser aislado de sus relaciones, aun que esas relaciones puedan modificar-se y de hecho se modifican constantemente. Cualquier acontecimiento sólo puede ser entendido de manera relacional, como una condensación de múltiples determinaciones y efectos”.

estabelecendo novas a partir das existentes ou até mesmo de não relações (GROSSBERG, 2012). Os territórios só existem por meio dessas conexões, dentro de uma lógica de conectividade de redes de relações e práticas, em um conjunto complexo de articulações e registros afetivos das diferentes culturas, possibilitando pertencimento e identidade (GROSSBERG, 2012). Lefebvre (2001), para compreender a produção do espaço, refere-se à uma ordem próxima, dimensão das relações dos indivíduos em grupos e desses grupos entre eles, reportada à vida cotidiana; e uma ordem distante, que rege a sociedade por meio das instituições, códigos jurídicos e cultura. Essas ordens estão fortemente imbricadas e operam em relações dialéticas, daí a importância de observar como essas relações se constroem muitas vezes em processos conflitivos, mas também em convergências, pactuações e alianças.

Lefebvre (2001) alerta para a alienação do espaço e de sua ocupação por essa sociedade marcada por desigualdades sociais, discriminação e preconceito; e coloca que a saída está na própria sociedade, em movimentos que enfrentam os problemas urbanos, como é a falta de espaços públicos, seu cerceamento ou sua inadequação para a Festa. Uma perspectiva de desalienação do espaço requer o olhar sobre como “é a vida cotidiana e como a gente se aliena de si e do mundo ao não perceber, não pensar, não estudar e não tentar compreender a vida cotidiana”, que tem uma “espacialidade muito marcada”, observa Monte-Mór (2006, não paginado), ao fazer uma crítica: a de que os arquitetos se esquivam de lidar com o espaço vivenciado, priorizando o espaço percebido e o espaço pensado. Na leitura do autor, “Lefebvre questiona a partir da discussão da alienação da vida cotidiana, quando ele percebe que existe um processo de exclusão do poder, da cultura, da festa, da riqueza coletiva, do espaço público, da monumentalidade.” (MONTE-MÓR, 2006, não paginado). Gwiazdzinski (2011, p. 338) acredita que a festa assume papel central nesse processo “e permite imaginar outra abordagem da cidade, da geografia e do urbanismo” de forma a promover a desalienação da cidade.

Refletindo sobre o movimento de contracultura de 1968, Lefebvre (2001) acredita em uma revolução urbana, a partir de classes ou frações de classes sociais que podem levar ao enfrentamento dos problemas urbanos. Essas forças sociais e políticas, na leitura de Lefebvre (2001, p. 113), possibilitam uma cidade renovada que se torna obra em um processo que requer “[...] desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual”. O que é relevante, nesse sentido, é que,

[...] cada projeto de *reforma urbana* põe em questão as estruturas, as da sociedade existente, as das relações imediatas (individuais) e cotidianas, mas também as que se pretende impor, através da via coatora e institucional, àquilo que resta da realidade urbana (LEFEBVRE, 2001, p. 113, grifos do autor).

Nesses termos, a Festa assume um caráter estratégico no tensionamento das estruturas de poder pelo seu perfil desordenador e mesmo disruptivo em alguns contextos.

Os coletivos culturais, movimentos sociais, entidades e instituições, nos casos estudados, constroem articulações políticas, utilizando como estratégia de luta e resistência a festa para o exercício do direito à cidade em sua dimensão de Festa. A festa, ao mesmo tempo em que reivindica o direito à cidade na dimensão de Festa, apropria-se do território afirmando na prática cultural o direito à cidade como direito ao uso da cidade e participação na cidade. A força da festa também se vincula ao “jogo, tanto na forma do culto mítico-religioso quanto na do ludismo festivo que se esquivava às finalidades produtivas do mundo dos senhores” (SODRÉ, 2019, p. 124, grifo do autor). Para o autor, a festa, o jogo enquanto expressão cultural negra contida nas congadas, cordões, cucumbis, samba e Candomblé, sejam eles processionais ou dramáticas, asseguram a passagem de um espaço/tempo a outro, representam possibilidades de se penetrar coletivamente no território proibido. Ao constituir territorializações que asseguram a “copresença de tempos e espaços civilizatórios diferentes”, Muniz Sodré (2019, p. 135) conclui que a festa se destina a renovar a força. Isso se dá pela dança, rito e ritmo que territorializam o corpo negro, realimentando-o de força cósmica e de pertencimento, sendo a marcação temporal do sagrado.

Quando os rituais religiosos de matrizes afro-brasileiras se apropriam das ruas, como na Caminhada da Pedra de Xangô e as oferendas no próprio Otá, essa força da festa, do jogo negro que traz, Sodré (2019) se destaca, construindo novos territórios sagrados além dos terreiros e do tempo-espaço deles. Em uma retroalimentação, o povo de santo se utilizou da estratégia da festa para a Festa, perpetuando sua cultura e religião.



## EM DEFESA DA FESTA: A FESTA NAS ESTRATÉGIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA NO PARQUE AUGUSTA E NO PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ

No trabalho *Cidade em festa, cidade em disputa: ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo no início do século XXI*, Marino (2018) investiga o ativismo que busca refletir sobre questões cotidianas e novas formas de construção colaborativa da cidade, entre ele o do Movimento Parque Augusta, coletivo-mãe composto por outros coletivos: Sociedade dos Amigos, Moradores, Comércio e Serviços de Cerqueira César (SAMORCC), Aliados do Parque Augusta, Parque Augusta sem Prédios e Organismo Parque Augusta (OPA). Como estratégia de luta e resistência, os coletivos e sujeitos engajados adotaram a ocupação e uso do espaço público e do parque com atividades culturais. Promoveram festas para evocar e exercer o direito à cidade em sua dimensão de Festa. Valeram-se da festa para assegurar a Festa, no caso entendida como a garantia do Parque Augusta como espaço público.

De acordo com o histórico recente da mobilização pelo Parque Augusta sem Prédios, publicado na primeira edição da *Organismo Parque Augusta Revista* (2014), foram realizadas três edições anuais do *PicNic à Moda Antiga*, 2011 a 2013, ocupando a Rua Augusta no quarteirão da área do parque (Figuras 5 e 6).

FIGURA 5 – PICNIC À MODA ANTIGA – 5ª EDIÇÃO – VIRADA SUSTENTÁVEL



FONTE: Aliados do Parque Augusta (2014)

FIGURA 6 – PICNIC À MODA ANTIGA – PARTICIPAÇÃO DA AUTORA



FONTE: Acervo pessoal (2015)

Na esteira dos movimentos de junho/2013, o segundo semestre daquele ano foi de intensa mobilização e articulação com ocupação de ruas, do parque e realização de atividades culturais que envolveram outros coletivos da cidade, sendo as ações e as programações discutidas em assembleias. Merecem anotações o *Festival Vaga Viva*, em 21/09/2013, que ocupou as vagas de carros na rua Augusta, e o parque com piqueniques, oficinas, aulas públicas, mutirões e performances. O *Festival Parque Augusta* contou com duas edições em dezembro/2013, a primeira em dois dias, 4 e 5, e a segunda com 10 horas de programação, no dia 21. O primeiro evento foi realizado

Com vasta programação cultural, organizada por dezenas de coletivos e centenas de indivíduos, fomentando o convívio entre pessoas de todas as idades. As atividades terminaram, ambos os dias, antes das 22h, respeitando os vizinhos que não queriam ser incomodados com o barulho. Durante os dois dias, cerca de 5 mil pessoas circularam pelo espaço, a maioria entrando pela primeira vez na área (ORGANISMO PARQUE AUGUSTA REVISTA, 2014, p. 23).

Na primeira edição participaram dezenas de coletivos culturais, movimentos sociais, entidades e indivíduos. Além dos agentes já envolvidos no Movimento Parque Augusta, tiveram participação o Coletivo Índigo, Ocupe a Mídia, Organismo Piknik, Ônibus Hacker, Movimento Artístico de Ocupação Urbana (MAOU), Moisés Patrício, Matilha Cultural, CANIL, Espaço Fluxus de Cultura e Voodoohop (Figuras 7 a 9). A programação cultural e de sensibilização para a preservação ambiental foi discutida

em assembleias abertas e públicas. O segundo festival, totalmente autônomo<sup>8</sup>, contou com a participação voluntária de artistas, entre eles André Abujamra, Marcelo Paiva e Antônio Prata. Naquele mesmo dezembro, no dia 14, outra atividade cultural ocorreu, a primeira edição da *Cinemata* (Figura 10), com filmes projetados no bosque (ORGANISMO PARQUE AUGUSTA REVISTA, 2014).

FIGURA 7 – FESTIVAL PARQUE AUGUSTA – OS MULHERES NEGRAS



FONTE: Parque Augusta (2017)

FIGURA 8 – FESTIVAL PARQUE AUGUSTA – PEQUENO CIDADÃO



FONTE: Parque Augusta (2016)

<sup>8</sup> O Festival Parque Augusta foi gestado por 10 coletivos culturais, a partir de assembleias abertas e públicas, e executado ficando “na história como um precedente”, comprovando “que a população de São Paulo está apta a encarar o desafio de gerir atividades independentemente do apoio de esferas do poder público.” (ORGANISMO PARQUE AUGUSTA REVISTA, 2014, p. 27).

FIGURA 9 – FESTIVAL PARQUE AUGUSTA



FONTE: Parque Augusta (2016)

FIGURA 10 – CINEMATA



FONTE: Parque Augusta (2015)

No entanto, a intensa estratégia de mobilização e articulação de ocupar espaços públicos e o parque com festa ensejou reação das construtoras Setin e Cyrela, proprietárias do terreno cuja área de bosque estava assegurada em escritura como de livre acesso à população desde 1975, pelas Cônegas da Ordem de Santo Agostinho, anteriores proprietárias do terreno. Em 29/12/2013, as empreendedoras fecharam os portões de acesso à área de forma arbitrária. Às vésperas do Ano Novo, o movimento chamou a população para o *Revelião* (Figura 11), uma vigília pela abertura dos portões, com programação de cinema, música e ceia. Sem poder adentrar ao terreno, o ativismo tomou as ruas em 2014, com quatro edições do evento *A rua também é parque*, ocupando as ruas Augusta e Caio Prado. E, em parceria com o coletivo Casa Amarela – Ateliê Compartilhado, comunidade do Parque Peruche e

coletivo Yopará, foi formado o bloco carnavalesco *Psicoparque Memo* (Figura 12), que desfilou no sábado de Carnaval de 2014, “[...] convidando a população à folia pelo direito à cidade” (ORGANISMO PARQUE AUGUSTA REVISTA, 2014, p. 23).

FIGURA 11 – REVELIÃO



FONTE: Parque Augusta (2014)

FIGURA 12 – ENSAIO DO *BLOCOPSIOPARQUE MEMO*



FONTE: Parque Augusta (2014)

O sentido de Festa convocou afetos que promoveram relacionalidades com outros movimentos sociais e assumiu, assim, pautas outras além da defesa do parque.

Nessa dimensão plural e multicultural, o Movimento Parque Augusta se envolveu na campanha pelos direitos indígenas *Índio e nós*, dia 19/04/2014, juntamente com atores do Teatro Oficina<sup>9</sup>, realizando um cortejo do Museu de Arte de São Paulo (MASP), na Avenida Paulista, até a Rua Caio Prado, ocupando o parque com uma ciranda em volta da figueira centenária.

A geografia festiva promovida pelo ativismo urbano engajado afetiva e politicamente dos coletivos culturais na luta e resistência pela institucionalização do Parque Augusta pode ser caracterizada por algumas dimensões trazidas por Gwiazdzinski (2011), sobretudo no caráter coletivo, que organiza a co-presença dos corpos, do sentido do público, em que todos são convidados a participar. Tem caráter misto quando a programação envolve não só atividades artísticas, como apresentação de músicos e performances, mas também oficinas, mesclando o lúdico à preservação e conservação ambiental. Assume, ainda, caráter sincronizador ao proporcionar a todos o fazer cidade, território e sociedade em um espaço específico, em um tempo limitado.

Por envolver coletivos diversos, a festa é organizada por múltiplas articulações e forças articuladoras que integram pessoas e grupos de diferentes origens, tendo como ponto de partida o território do parque, mas também produzindo sincronias com outros ativismos, como o do Teatro Oficina e pelos direitos indígenas. Sendo assim, ganha dimensão identitária, ao tempo em que constrói e fortalece outras identidades, celebrando-as e as suas memórias e seu pertencimento à cidade. Ao convocar a participação em um piquenique, em uma tarde de domingo, com toalha, cesta, comida e bebida no meio da rua, a festa torna-se alternativa, uma ruptura do presente e assim assume dimensão excepcional, do extraordinário, que tira o participante e demais habitantes da cidade da banalidade do cotidiano produzindo inflexões e descontinuidades construtoras de afetos.

Com o cortejo de bloco carnavalesco e na presença das pautas indígenas pelas ruas da cidade, a festa ganha multiplicidade na capacidade de produzir afetos e aciona outras escalas. O *Festival Parque Augusta* e o *Cinemata* tornaram-se intensos, alegres, divertidos, lúdicos, criativos e artísticos com a possibilidade do habitante ou

---

<sup>9</sup> O Teatro Oficina está há 38 anos numa área de 11 mil m<sup>2</sup>, no bairro do Bixiga, resistindo à especulação imobiliária, envolvido numa “luta pelo direito à cidade, e, sobretudo, pelo direito a imaginar, descobrir e criar a cidade que queremos”. O grupo faz parte, junto com outros 40 territórios incluindo o Parque Augusta, da Rede Novos Parques. O grupo informa que por meio da luta por áreas verdes na capital, se conectam à luta dos povos indígenas pela terra. (PARQUE, 2018, não paginado).

visitante da cidade circular e vivenciar o parque e a mata e trocar experiências e se emocionar. Os eventos promovidos ganharam ainda a dimensão multissensorial, permitindo aos participantes desfrutarem da mata, alguns pela primeira vez. Foram eventos midiaticizados, com convocação pelas mídias e redes sociais dos coletivos envolvidos no festival<sup>10</sup>, com caráter profissionalizado e irradiador, tornando-se referência para outros movimentos e coletivos culturais.

A produção e a organização de forma compartilhada e coletiva das diferentes festas no Parque Augusta exigiram providências institucionais, como, por exemplo, solicitar à Prefeitura Municipal a interdição do quarteirão da Rua Augusta para que o piquenique acontecesse. Formalidades à parte, considerando as rotinas de realização de qualquer evento na rua, foi a partir das tensões próprias do contencioso envolvido nas disputas pela área que requereram mudanças nas estratégias de ocupação e uso do território. O *Festival Parque Augusta*, promovido duas vezes em dezembro/2013, precisou ser reorganizado porque os acessos à área foram fechados pelas construtoras, impedindo a continuidade da programação, forçando o movimento a reinventar as festas ocupando as ruas do entorno. Por outro lado, não deixaram de ocorrer, uma vez que a programação de atividades de luta e resistência se manteve, reinventando-se.

Em Salvador, a estratégia de luta e resistência dos coletivos culturais engajados afetiva e politicamente em prol, primeiro da preservação da Pedra de Xangô, e depois da transformação da área onde está a formação rochosa de 8 m x 30 m (altura/diâmetro) de cerca de dois bilhões de anos, em parque, também foi a festa, mas, diferentemente da conotação lúdica em São Paulo, no bairro de Cajazeiras a dimensão foi histórica e simbólico-religiosa. A pedra, outrora conhecida também por Buraco da Onça, é referenciada como território quilombola, imprimindo o sentido de resistência e luta para o povo negro, principalmente para as religiões de matriz africana. Como informa Silva (2019, p. 50), “Quilombo, morada dos índios Tupinambás [sic] são expressões utilizadas pelas comunidades de terreiros e moradores da região

---

<sup>10</sup>Algumas matérias e *posts* de divulgação podem ser encontrados nos seguintes endereços: <https://parqueaugusta.wordpress.com/2013/12/06/e-amanha-1o-festival-parque-augusta/>  
<https://soundcloud.com/urubumarinka/festival-parque-augusta>  
[https://www.youtube.com/watch?v=xj\\_vkHdp4\\_Y](https://www.youtube.com/watch?v=xj_vkHdp4_Y)  
[Grupo do Bem Estar e da Felicidade: Festa Inauguração Parque Augusta 30/11/2013. #SancionaHaddad o Projeto de Lei 345/2006, que cria o Parque Municipal Augusta sem Prédios!, respeitando a vontade popular soberana que se mobiliza há 40 anos para salvar a última área verde da cidade de São Paulo! #InauguraçãoPopularDoParqueAugusta.](#)

de Cajazeiras e de Salvador ao se referirem à Pedra de Xangô” que a utilizam para oferendas aos caboclos, encantados do local e orixás.

Silva (2019), ao tratar do surgimento de quilombos em Salvador, indica que havia duas principais estruturas, o Quilombo do Urubu, entre os bairros de Pirajá e Cabula, onde hoje está o Parque São Bartolomeu, e o Quilombo do Buraco do Tatu, no bairro de Itapuã-Ipitanga, com indicação de existência deste último entre os anos de 1743 e 1763 (SILVA, 2019). Há registro ainda que, no bairro Fazenda Grande I, área pertencente ao Quilombo do Buraco do Tatu, existia a Pedra da Onça, cuja lenda diz que era “utilizada como passagem e esconderijo dos escravos perseguidos, através da qual se conseguia escapar da perseguição dos feitores” (SANTOS et al., 2010, p. 238). Quanto aos terreiros, citando o livro *Bahia: terra de quilombos*, do historiador Walter Passos, Silva (2019) traz a hipótese de que do Candomblé do Orobu, que configurava em mapas da cidade datados de 1831 e 1837, tenha se originado o Candomblé do Bate-Folha, da nação Congo-Angola. A casa de candomblé era dirigida por Antônio de Tal e reunia negros alforriados de diversas partes da cidade para o culto aos ancestrais africanos orixás, voduns e inquices (SILVA, 2019). O fato é que a religiosidade, associada a formações culturais de matriz africana com cosmovisão ligada à natureza, construiu identidades para além de territórios específicos dos terreiros, compreendendo também a Pedra de Xangô como território sagrado, embora territórios específicos representem uma territorialidade de resistência em oposição às relações de poder coloniais persistentes.

A ocupação de Cajazeiras inicia-se no final da década de 1930 e foi marcada pela fundação de terreiros no bairro e arredores. De 1939 a 1979, foram mapeadas 10 casas; no entanto, esse número poderia ser maior em função de que, à época, era obrigatória uma autorização da Delegacia de Jogos e Costumes para o seu funcionamento. A partir de 1975 caiu a obrigatoriedade da licença, fazendo com que a presença de religiões afro-brasileiras aumentasse, sendo a região a segunda na cidade em quantidade, com 86 terreiros (SILVA, 2019). Em 2008, o Mapeamento dos Terreiros de Salvador, realizado em parceria entre o Centro de Estudos Afro-Orientais, da Universidade Federal da Bahia (CEAO-UFBA), e a Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR), identificou 1.155 terreiros na cidade (RAMOS, 2015).

O ativismo urbano dos coletivos formados pelos terreiros e outros agentes aliados envolveu estratégias de festa por meio de acionamento de valores e práticas das religiões de matriz africana, como a lavagem, ritual de purificação feito por mães



e filhas de santo que entoam cânticos enquanto jogam água de cheiro para lavar lugares sagrados. Em 2010, comunidades de terreiros, moradores e lideranças dos movimentos sociais de Cajazeiras realizaram a *1ª Caminhada da Pedra de Xangô*, culminando com a lavagem da pedra, e, desde então, todos os anos, no segundo domingo de fevereiro, o evento acontece, reunindo também outras manifestações culturais afro-brasileiras, como a capoeira. Em 2020, o tema da caminhada foi *Intolerância não, respeito sim*, da qual participaram cerca de cinco mil pessoas (DIAS, 2020).

A organização da *Caminhada da Pedra de Xangô* é da Associação Pássaro das Águas, dirigida por Mãe Iara de Oxum, entidade que teve necessidade de ser oficializada juridicamente para atender a esse objetivo, e que hoje abarca outras ações voltadas para a comunidade de Cajazeiras, e contou com apoio da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT), por meio do Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI). Segundo a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), o evento passou a integrar o calendário dos terreiros da Bahia, implicando múltiplas articulações não só entre o povo de santo, como também entre as várias esferas dos governos municipal e estadual e destas com a Política de Igualdade Racial. De acordo com Gwiazdzinski (2011, p. 339), integrar oficialmente um calendário é produzir “novos ritos que celebram, ao mesmo tempo, a memória, a identidade e o renovado pertencimento à cidade”. É também uma forma de assunção e legitimação pelo Estado.

Antes da caminhada, em 2009, aconteceu o primeiro ritual público do *Amalá*<sup>11</sup> da Pedra de Xangô, com rezas, cânticos e toques de atabaque, sendo que desde então vem se repetindo todos os anos. O cortejo saiu do terreiro Ilê Axé Obá Baba Séré, comandado por Mãe Branca de Xangô, no Loteamento Santo Antônio, até o Otá. O candomblé foi levado às ruas e cerca de 300 pessoas acompanharam o evento, entre elas, autoridades civis, políticas e religiosas. Do ritual fazem parte o *Padê*<sup>12</sup> para Exu e o *Xirê*<sup>13</sup>, com roda e cânticos para os orixás. Em 2014, o *Amalá* de

---

<sup>11</sup> *Amalá*: caruru de quiabos, com farinha de arroz ou de mandioca, comida de Xangô.

<sup>12</sup> *Padê*: oferenda colocada para Exu no início das cerimônias religiosas quando são pedidas proteção e licença para o ritual.

<sup>13</sup> *Xirê*: palavra Yorubá que significa roda ou dança utilizada para evocação dos orixás conforme cada nação.

*Xangô* (Figura 13) contou com a participação de representantes de várias religiões<sup>14</sup> (SILVA, 2019). Essa estratégia de luta e resistência dos coletivos e agentes em prol do Parque em Rede Pedra de Xangô, de deslocamento dos rituais religiosos, com suas particularidades, razões e território, dos terreiros para a rua, permite ao povo negro identificar-se “com a geografia” do espaço anteriormente ocupado por seus antepassados, também em luta e resistência, tendo a festa como “[...] unificadora de um território, produtora de símbolos” (BERNIÉ-BOISSARD, 2011, p. 375). E não apenas, ela constrói territorialidades na articulação de escalas ampliando as arenas de luta, perpassadas pela mobilização de agentes não necessariamente com vínculos locais. Sodré (2019) explica que o que é capaz de gerar espaço é o axé, a força produz o espaço necessário para a liturgia do povo de santo. “O terreiro definia-se, assim, não por sua territorialidade física, mas enquanto centro de atividades litúrgicas e polo irradiador de força” (SODRÉ, 2019, p. 98).

FIGURA 13 – AMALÁ DE XANGÔ



FONTE: Pedra de Xangô (2020)

Em maio/2014, a Pedra de Xangô integrou a performance *Lucas Dantas – um herói de Búzios*, criação e interpretação do ator Everton Machado, morador de Cajazeiras. O espetáculo fez parte da programação da terceira edição do Festival de Teatro Gente de Cajazeiras (FESTG), que totalizou 66 atrações. Promovido pela Escola de Arte Gente (EAG), o evento teve como premissas a valorização da vida e a ocupação de escolas públicas, praças e ruas do bairro (3º FESTIVAL, 2014). Em

<sup>14</sup> Estavam presentes: pastora Sonia Gomes Mota, representando a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), o Conselho Ecumênico Baiano de Igrejas Católicas (CEBIC), seminaristas católicos do Movimento Foculares Jonatan e Tiago Ferreira Rolim.

dezembro do mesmo ano, a Fundação Pedro Calmon realizou no local a aula pública *Pedra de Xangô, Nzazi, Sogbo: território sagrado* (SILVA, 2019). Por meio da festa em suas dimensões de cultura, arte, coletivo e público, articulou-se e ampliou-se o simbolismo religioso da Pedra de Xangô e da área do seu entorno na afirmação da história do povo negro e sua identidade calcada na ancestralidade africana.

Outras ações em destaque foram os intercâmbios nacionais e internacionais com Colômbia, Nigéria, Estados Unidos, Canadá e Guiana Francesa a partir de visitas à Pedra de Xangô de grupos ligados às religiões de matriz africana, estudantes de arquitetura e urbanismo, turismo e biologia e escolas da região com práticas de educação ambiental; a realização do *8º Festival Internacional Ultra de Capoeira Regional* (Figura 14); trilhas ecológicas, tendo uma delas programação com *Xirê e Encontro Parques em Conexão; Encontro das Nações do Candomblé com os Irmãos da Umbanda* comemorando o aniversário do tombamento da Pedra de Xangô, em 4 de maio; *Dia Mundial da Biodiversidade*; e *Semana do Meio Ambiente*. Em 25 de janeiro de 2020, yalorixás e babalorixás realizaram outro ritual público, ocupando a área da Pedra de Xangô, o *1º Orô*, dando boas-vindas ao ano que se iniciava.

FIGURA 14 – 8º FESTIVAL INTERNACIONAL ULTRA DE CAPOEIRA REGIONAL  
FONTE: Silveira (2019)

A estratégia de festa pela luta e resistência do Parque em Rede Pedra de



Xangô vem ocorrendo desde 2010, quando se realizou a primeira edição da *Caminhada da Pedra de Xangô*, com rituais antes exclusivos aos terreiros, transportados para o espaço público, ganhando visibilidade. Em 2021, mesmo no período da pandemia de COVID-19, aconteceu a *Fogueira de Xangô*, em 29/06, com a presença de representantes da sociedade civil, poder público e academia, firmando

a festa como princípio sagrado de vitalidade, marcação temporal do sagrado (SODRÉ, 2019). A festa tornou-se, então, periódica e cíclica, com datas marcadas e inseridas no calendário dos terreiros e da cidade. Apresenta um caráter efêmero com os rituais demandando dias de preparação que envolvem a coleta de folhas e comidas, articulando os terreiros não só nesse processo como em articulação deles com os valores ambientais da área do parque. A festa assume uma dimensão multi-escalar, com cortejos saindo dos terreiros percorrendo trajetos que levam à Pedra de Xangô, ao tempo que traz Cajazeiras à cena da festa. A capoeira também assume sua expressão identitária do povo negro, mesclando intensidade, alegria, ludicidade e recreação nas rodas e festival. Ao final, a festa exala ritmo, aromas e sabores por meio dos cânticos, atabaques e comidas em uma experiência multissensorial.

Todos os eventos, seja a caminhada, os rituais do candomblé tornados públicos ou as trilhas ecológicas, demandam trabalho e profissionalismo e exigem organização para ocupar os espaços. Desse planejamento faz parte a mídia que convoca e registra a festa, perpetuando-a para fora das fronteiras do território. Uma proposta da estratégia de luta é irradiar a festa para muito além do contexto onde se realiza, afirmando-se como território sagrado, assim como a saudação que Mãe Branca de Xangô faz se direcionando para cada um dos quatro pontos cardeais ao iniciar o *Amalá de Xangô* (SILVA, 2019). Como observamos, os eventos realizados são fortemente enraizados no território ao convocar a dimensão simbólico-religiosa afro-brasileira e mobilizar os membros dos terreiros na organização desses eventos, sendo construídos, portanto, a partir do território e afirmando as diferenças de crenças na luta contra a intolerância religiosa no mesmo passo que os rituais reiteram os seus vínculos religiosos.

Apesar de não ser a proposta neste artigo compará-las, as trajetórias de luta e resistência dos coletivos culturais e agentes engajados, tanto do Parque Augusta quanto do Parque em Rede Pedra de Xangô, entrelaçam-se na mesma estratégia de mobilização e ação coletiva: o uso da festa para ter o direito à cidade na sua dimensão de Festa, conforme indica Lefebvre (2001). Silva (2019, p. 103) assim comenta a respeito:

A Caminhada da Pedra de Xangô é uma festa. Uma festa que renova, que revigora o pacto, a rede em defesa de um lugar sagrado para os adeptos das religiões afro-brasileiras e a caminhada hoje representa o levante social contra todas as formas de opressão, contra um sistema político que insiste em não enxergar a cultura de um povo (SILVA, 2019, p. 103).

Para Bernié-Boissard (2011, p. 374), “a festa conserva uma capacidade simbólica de criar identidade”, estruturando e confirmando o uso futuro do espaço do Parque Augusta, reafirmando e dando continuidade ao uso do espaço do Parque em Rede Pedra de Xangô pelo povo de santo. Como afirma a autora, a festa é “[...] uma forma de resistência e de urbanidade” (BERNIÉ-BOISSARD 2011, p. 378) e impõe desafios. Como protagonistas dessa resistência estão as organizações de bairro, em São Paulo, representadas pelos coletivos que compõem o Movimento Parque Augusta e, em Salvador, pela Associação Pássaros das Águas, que desempenha um papel de contrapoder, suscetível de contestar a legitimidade da municipalidade.

Todo esse processo de luta e resistência culmina na oficialização pelos poderes públicos dos espaços em parques, conquista que se deu na construção, expansão e consolidação de vínculos entre vários coletivos e agentes, em um complexo conjunto de relações que se interpenetram, configuram-se e se convertem no que almejavam: a cidade em seu valor de uso e contra a mercantilização da vida urbana.

A festa para acontecer, enquanto estratégia para a conquista do direito à cidade na sua dimensão de Festa, envolve articulações complexas para vertebrar a luta contra lógicas de produção da cidade que deslegitimam o uso e a fruição dos espaços públicos e constroem as dimensões pública e coletiva da cidade nas tentativas de sua captura sob parâmetros mercantis. Nos dois casos analisados, os acionamentos da festa precisam ser olhados nas relações construídas e construtoras de identidades comuns com suas identificações e diferenças em seus contextos. É possível observar, tanto nas lutas pelo Parque Augusta quanto pelo Parque em Rede Pedra de Xangô, a construção e demarcação de campos de alianças, envolvendo uma grande diversidade de agentes que se alteraram no tempo e se reconfiguraram diante do que pretendiam afirmar, negar ou mesmo pactuar nos processos de disputa.

Os tensionamentos no território também implicam reorientações táticas diante das condições do contexto, o que fica bem evidente nas disputas pelo Parque Augusta, perante a negação do seu uso, quando expande a apropriação e o sentido de parque para as ruas, “chamando” o poder público à causa. No Parque em Rede Pedra de Xangô, da mesma forma, diante da ação violenta de intolerância, discriminação e preconceito, há uma rearrumação das forças e outros agentes são instigados com a emergência do conflito. Esses processos redefiniram territorialidades quando alteraram discursos e práticas, inclusive de festa, ao tempo em que afirmaram e reconfiguraram o território pela Festa.

Nos seus respectivos processos, os coletivos e movimentos mais diretamente envolvidos na defesa do espaço público acionaram outros agentes, agendas e escalas formadores de redes mais amplas para fazer reverberar suas lutas e fortalecer os territórios. Promoveram articulações com agentes mobilizados por outras causas, como a indígena, contra a intolerância religiosa, antirracista, de formação de Rede de Parques, entre outras. Dessa forma, conseguiram agregar e ampliar o alcance das suas agendas, na construção e enlace de afetos convocados pela festa como acontecimento específico, com os propósitos colocados na luta pelo território, produzindo, nesses processos, identidades comuns. Ao se utilizarem da festa como estratégia, os movimentos, coletivos e demais agentes também deram visibilidade às suas causas, tanto na mídia quanto pela utilização do espaço público de maneira democrática, com a participação das comunidades onde estão inseridos e além delas.

No espaço público e pelo espaço público, uma ampla e complexa rede de articulações foi formada, adentrando uma multiplicidade de arenas de enfrentamento, como a esfera jurídica, a Prefeitura, os meios de comunicação e outras, ampliando, assim, as trincheiras de combate. Por meio da apropriação do espaço público, portanto, os agentes fazem brotar o sentido de Festa, simultaneamente como reivindicação e exercício do direito à cidade.

## ARTIGO 2 – AFETOS E DESEJOS ARTICULADOS E ARTICULADORES DO DIREITO À CIDADE NA DIMENSÃO DE FESTA<sup>15</sup>

### RESUMO

O direito à cidade na dimensão de Festa, conceito trazido de Henri Lefebvre para esse artigo, é o mote para discutir como práticas sociais, experiências e vivências na e da cidade podem instigar o engajamento de pessoas em processos políticos, levando-as a desejarem um imaginário comum e, a partir daí, articularem caminhos, moverem-se para a transformação da cidade. É o que se traz aqui como reflexão sobre dois contextos totalmente distintos nos quais agentes sociais de perfis diversos se engajaram na luta para transformar dois espaços urbanos em espaços públicos de Festa: o Parque Augusta, em São Paulo/SP, e o Parque em Rede Pedra de Xangô, em Salvador/BA. O artigo coloca em diálogo os conceitos de direito à cidade e à Festa, de Lefebvre (2001), com a noção de afetos de Lawrence Grossberg (2012); racionalidade e emoções, de Humberto Maturana (1997); e de mobilização social, de José Bernardo Toro (2005). Esses conceitos embasam as análises do material de pesquisa que se vale de fontes documentais e de entrevistas semiestruturadas com atores sociais engajados afetiva e politicamente nos movimentos de resistência e luta pelos parques. Utilizou-se a metodologia Bola de Neve para a identificação dos participantes, sendo as entrevistas realizadas de forma virtual, nos meses de junho e julho/2021. As trajetórias de luta foram mediadas por atribuições de importância estabelecidas na dimensão pessoal ou coletiva. Embora não seja estudo comparativo, na construção dos mapas de importância foram observados aspectos comuns aos dois casos, como o interesse imobiliário e a conservação e preservação ambiental, histórica e cultural. Outros são específicos de cada contexto, como fruição na mata e a cultura, no Parque Augusta, e intolerância religiosa, igualdade racial e ancestralidade no Parque em Rede Pedra de Xangô. Os afetos que surgem estão relacionados a emoções, reflexões, desejos, sentimentos ou paixões que geram energia constitutiva que articula e põe em articulação pessoas e grupos.

**Palavras-chave:** Direito à cidade. Festa. Mapa de Afetos. Mapa de Importância. Mobilização social.

---

<sup>15</sup>Uma versão anterior do artigo foi apresentada como resultado da pesquisa na disciplina Seminário II, em setembro/2021.

## INTRODUÇÃO

O espaço público que finalmente foi entregue à população, como Parque Augusta, no centro de São Paulo, é como uma pedra lançada ao lago que com seu mergulho provoca círculos na superfície. O primeiro deles é a inquietação em compreender o que levou as pessoas a se envolverem na luta em defesa daquela área verde como espaço público de lazer e cultura, a exercer seu direito à cidade como espaço de Festa (LEFEBVRE, 2001). O que as mobilizava e as colocava em movimento?

Na minha atuação profissional em políticas públicas relacionadas à cidade, a mobilização social tem centralidade nos processos de participação e controle social; no entanto, não basta a construção participativa estar assegurada no arcabouço legal. É preciso tocar as pessoas, construir imaginários comuns, convocar vontades para a construção de caminhos e pontes para o futuro desejado, como ensina José Bernardo Toro, teórico da mobilização social (2005). Assim como Toro, o biólogo Humberto Maturana traz os desejos, mas os apresenta de modo relacionado à responsabilidade dos indivíduos em movimento por suas realizações, “com o dar-se conta de que as consequências de seus atos são desejáveis. Tem a ver com o querer, com os desejos” (MATURANA, 1997, p.45).

Maturana relaciona a origem do humano com a origem da linguagem e que esta se dá na intimidade do viver o cotidiano como “um sistema de coordenações consensuais de conduta de coordenações consensuais de conduta” (MATURANA, 1997, p. 168). E ele destaca que tudo isso só é possível por um fundamento básico do mamífero e do primata: o emocionar-se. E “a emoção que torna possível essa convivência é o amor, o domínio das ações que constituem o outro como legítimo outro na convivência” (MATURANA, 1997, p. 46). Seguindo o raciocínio do autor, de que as emoções são disposições corporais que especificam as ações dos seres humanos, que o fluir de uma emoção à outra os colocam em movimento, qual é a emoção dos atores que os levou ao envolvimento na disputa pelo direito à cidade em sua dimensão de Festa?

Com a reverberação causada pelo mergulho da pedra no lago, os círculos alcançaram os Estudos Culturais que, segundo Juan Ricardo Aparício, citando Lawrence Grossberg, partem de onde as pessoas estão em um determinado momento, perguntando o que essas pessoas fazem, o que as mobilizam e as colocam



em movimento em uma ou outra direção (APARICIO, 2018). Grossberg apresenta a dimensão do afeto como um instrumento poderoso de luta e entendimento da atualidade, a partir de seu poder constitutivo de articular e colocar em articulação os corpos em prol de um objetivo.

Com o meu deslocamento de vivência de São Paulo para Salvador, aquela pequena pedra lançada ao lago, ao alcançar o fundo, revelou outras dimensões desses processos de engajamento afetivo e político. A pedra se tornou um grande Otá, a Pedra de Xangô, lugar sagrado dedicado ao orixá da justiça, no entorno do qual o povo de santo se organizou e lutou não só pela sua preservação, mas também contra a intolerância religiosa.

Partindo desses lugares, este artigo articula os conceitos de afeto de Lawrence Grossberg, teórico dos Estudos Culturais, com os de racionalidade e emoção de Humberto Maturana e de mobilização social de José Bernardo Toro. Por meio de pesquisa bibliográfica, foi desenhada uma hipótese de Mapa de Importância dos afetos dos atores engajados, o que orientou a pesquisa quanto às possibilidades de articular, desarticular e rearticular os afetos, conforme propõe Grossberg (2012). Foram feitas entrevistas semiestruturadas com pessoas envolvidas nas disputas pela oficialização do Parque Augusta, em São Paulo, e do Parque em Rede Pedra de Xangô, em Salvador, que transformaram áreas da cidade em espaços públicos para o exercício do direito à cidade em sua dimensão de Festa, como discute Henri Lefebvre no livro *O direito à cidade* (2001). Utilizou-se a metodologia Bola de Neve para a identificação dos participantes, uma vez que não se tinha conhecimento das lideranças no movimento Parque Augusta por este ter adotado uma organização horizontalizada a partir de 2013<sup>16</sup>, e também daqueles agentes que se engajaram nos processos de defesa do Parque em Rede Pedra de Xangô.

As entrevistas ocorreram de forma virtual, atendendo medidas restritivas de combate à COVID-19, utilizando o aplicativo WhatsApp e as plataformas de videochamada Google Meet e Teams, nos meses de junho e julho/2021. Partindo de um núcleo de informantes-chave, também chamado de sementes, a amostragem adotada é não probabilística, pois se constrói a partir da identificação de outros informantes indicados pelo núcleo inicial e assim, sucessivamente, até que a amostra se torne saturada ou os entrevistados não tragam informações novas (VINUTO, 2014).

---

<sup>16</sup>Em 2013, movidos pelas manifestações de junho, novos agentes se engajam e as estratégias de festa para a Festa se intensificam.

A semente<sup>17</sup> do Parque Augusta foi um amigo de infância e advogado que acompanhou as ações e negociações junto aos órgãos públicos desde 2013 até a oficialização do parque. Interessante identificar em sua fala que seu engajamento na luta se deu pela articulação de uma amiga, cujo filho estava envolvido no movimento, e que a relação afetiva com a área vem desde sua infância. A semente<sup>18</sup> do Parque em Rede Pedra de Xangô foi Maria Alice Pereira Silva, que publicou seu trabalho de pesquisa do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo no livro *Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador*. Tanto em sua fala quanto no prólogo da publicação, Maria Alice traz as memórias afetivas da infância com a região de Águas Claras, bairro vizinho a Cajazeiras, um dos motivos que a levou a se envolver na luta pela preservação do Otá.

---

<sup>17</sup> A partir dele foram indicadas outras pessoas e estas, por sua vez, indicaram outras. Alguns nomes foram em duplicidade, conforme previsto na metodologia, algumas pessoas declinaram do convite de participar da pesquisa e outras o contato não avançou, sendo concluídas seis entrevistas. Foram cinco homens e uma mulher, entre advogados, arquitetos urbanistas e artista. Em função da similitude das respostas, entendeu-se que foi alcançado o ponto de saturação, não sendo necessário realizar mais entrevistas.

<sup>18</sup> A partir dela foram indicadas outras pessoas de sua rede de contatos por meio do seu trabalho de pesquisa de Mestrado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU). Foram entrevistadas seis pessoas, cinco mulheres e um homem, com ocupações diferenciadas como arquiteta e urbanista, advogada, ialorixá, administradora e professora, dentre elas, representantes do poder público e do Candomblé. Alguns contatos não retornaram e as entrevistas realizadas trouxeram informações semelhantes, sendo suficientes e não necessário realizar outras.

## A CIDADE CONSTRUÍDA POR SENTIDOS

Lefebvre (2001), em *O direito à cidade*, cita a cidade como o grande laboratório do homem e discorre sobre a coexistência desse espaço e de seus habitantes, que no ato da produção e apropriação desse “laboratório” fazem emergir relações de produção de sentidos, de cultura expressa por áreas do conhecimento como a filosofia, a semiótica, a arte, as relações sociais e comunitárias e os processos próprios do capitalismo que resultaram na industrialização e urbanização. O autor traz a Festa como uma das dimensões da forma de ocupação e uso da cidade.

Nos processos de industrialização e urbanização, as cidades deixam de ser essencialmente comerciais, artesanais e bancárias e assumem um caráter de produção, de acúmulo de riquezas, conhecimentos, técnicas e obras, como expressão do capitalismo, e o espaço da Festa, tal como entendido por Lefebvre (2001), também se modifica. A cidade tem o poder centralizado no Estado, distinguindo-se no sistema urbano a configuração da sociedade, do Estado e da cidade. A cidade é uma obra, que ganha sentido de espaço apropriado para a festa cujo uso principal das ruas, praças, edifícios e monumentos deveria ser a Festa. Entram em disputa o valor de uso e o valor de troca sendo que a cidade, o bairro e o território são vividos e sentidos como valores de uso (ZIBERCH, 2015).

A centralidade capitalista coloca a cidade como lugar de consumo e consumo de lugar (LEFEBVRE, 2001), enquanto a centralidade cultural fica renegada, sendo facilmente institucionalizada e burocratizada. Nesse contexto, os espaços de reunião que davam sentido à Festa morrem ou vão se perdendo, transformados pela sociedade de consumo.

Lefebvre (2001) aponta que é no sistema urbano que se dão os conflitos entre o valor de uso – a cidade, a vida urbana, o tempo urbano – e o valor de troca – os espaços comprados e vendidos, o consumo de produtos, dos bens, dos lugares e dos signos. Nessa cidade, as disputas por espaço como lugares de Festa passam a compor a agenda política não só em São Paulo e Salvador, como também ocorreu em 2008, em Recife/PE, com o Ocupe Estelita, e em 2010, em Belo Horizonte/MG, com a Praia da Estação. O que esses movimentos têm em comum é a ameaça ao direito à cidade em sua dimensão de Festa, imputado pela negação do acesso a espaços públicos, seja ela ordenada pelo poder público ou o capital representado pela especulação imobiliária. Em São Paulo, as incorporadoras Cyrela e Setin fecharam os

portões de acesso à mata no centro da maior capital do país, fruição assegurada em escritura pública há décadas. Em Salvador, a ameaça ao local sagrado de culto aos orixás, na cidade com maior percentual de população afrodescendente do país, à preservação do patrimônio histórico e cultural, ocorreu por parte do Estado com a implantação de planejamento urbano sem participação e controle social.

Conforme aponta Lefebvre (2001), o tecido urbano reflete o modo de viver da sociedade, sendo a base econômica a que proporciona o aparecimento de fenômenos da ordem da vida social e cultural, que nos estudos de caso são o uso e a ocupação da cidade com a manutenção de áreas verdes no centro de São Paulo e em Salvador, sendo a primeira com forte caráter de fruição e a segunda com dimensão sagrada para as religiões de matriz africana. O autor discorre sobre a capacidade de que grupos tomem iniciativas revolucionárias visando soluções para os problemas urbanos, como os enfrentados para assegurar o direito à cidade em sua dimensão de Festa e sugere dois aspectos de participação assim enunciados:

1. Um programa político de reforma urbana, não limitada ao reformismo. Tem caráter singular e paradoxal, será proposto às forças políticas – partidos, normalmente de esquerda, por representarem a classe operária<sup>19</sup>;
2. Projetos urbanísticos, bem desenvolvidos, compreendendo modelos, formas de espaço e de tempos urbanos, sem se preocupar com seu caráter atualmente realizável ou não, utópico ou não. Imaginário que se apropria do tempo, do espaço da vida fisiológica, do desejo. (LEFEBVRE, 2001)

A comunidade mantém sua organização corporativa, aqui representada por atores diversos da sociedade civil, principalmente moradores, ambientalistas, advogados, arquitetos urbanistas, artistas, frequentadores do Parque Augusta e seu entorno, do capital com as incorporadoras Cyrela e Setin, e pelo Estado; pelo povo de santo, academia, moradores de Cajazeiras e o Estado, no Parque em Rede Pedra de Xangô. As lutas desses movimentos são propulsionadas pelos sentidos não só do que esses espaços representam no cotidiano dos agentes, mas também do que os mobilizam e os colocam em articulação pelo direito à cidade. Dessa forma, reforçam o sentimento de pertencer à essa cidade, que por meio das contradições, rivalidades

---

<sup>19</sup>Busquet e Garnier (2012) atualizam a análise de Lefebvre, ocorrida na França entre 1967 a 1976, a partir de uma nova classe social à época: a pequena burguesia intelectual (PBI). Classe intermediária, sem vocação para “fazer a revolução”, assume função dirigente e executante na divisão social do trabalho, mediando e mantendo as relações de dominação na “nova sociedade” que surge após maio/1968.

e dos interesses diversos expressam seu afeto à cidade, o direito de habitar o espaço urbano em sua dimensão de Festa.

Os estudos de caso em questão trazem que tanto em São Paulo quanto em Salvador, os conflitos na cidade se deram considerando essas premissas trazidas por Lefebvre, que tem a cidade como arena dessas interações (LEFEBVRE, 2001). Assim como Grossberg (2012) e Toro (2005), o autor traz o sentimento, no caso o amor pela cidade, como o que leva e move os grupos ao conflito entre a centralidade capitalista e a centralidade lúdica.

Os violentos contrastes entre a riqueza e a pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à Cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra. No contexto urbano, as lutas de facções, de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer [...] Esses grupos rivalizam no amor pela sua cidade (LEFEBVRE, 2001, p.13).

Essa expressão de afeto à cidade ocorre independentemente de como o ser a percebe, provocando conseqüentemente a rivalidade entre os grupos que a constituem, colocando as pessoas, os corpos em movimento na centralidade dessa produção urbana. “Nós, seres de carne e osso, não somos alheios ao mundo em que vivemos e a que damos à luz com nosso existir cotidiano” (MATURANA; VARELA, 1995, p. 162). A reflexão dos biólogos Humberto Maturana e Francisco Varela, em *A árvore do conhecimento*, evidencia o laboratório que é a cidade, conduzida por agentes sociais que vivendo a cidade se afeiçoam à ela, querendo tê-la de uma forma ou outra e agem orientados por seus afetos e desejos organizados no fazer cotidiano, do qual tentam construir a cidade que desejam, seja ela como valor de uso ou como valor de troca.

Aqui são apresentados os resultados da pesquisa em que identifica quais foram esses afetos e desejos que se tornaram potentes forças motrizes de movimentos de luta pelo direito à cidade como espaço de Festa, refletindo sobre os engajamentos afetivo e político de corpos articulados e em articulação entre si, grupos, entidades e poderes públicos que resultaram na conquista do Parque Augusta, em São Paulo, e do Parque em Rede Pedra de Xangô, em Salvador.

Souza (2013) evidencia a relação entre Festa e a vida na cidade, destacando a dimensão corporal do momento de fruição, uma vez que é o corpo em movimento que sente emoções e resgata a espacialidade vivida do e no urbano. “O espaço concebido é percebido e vivido pelo corpo, que muitas vezes se fragmenta e se desapropria da noção de sujeito em condições de práticas brutais” (SOUZA, 2013, p.

35). Souza (2013) cita Lefebvre nessa análise e destaca a importância dos projetos revolucionários, sejam eles possíveis ou não, considerarem a reapropriação dos corpos e dos espaços. E foi para a construção deles que agentes sociais se articularam a partir de seus desejos culminando em ações revolucionárias de preservação de áreas verdes urbanas. Nesse aspecto, tanto Lefebvre quanto Grossberg (2012), Maturana e Varela (1995) e Toro (2005) apontam que a relação das pessoas com seus espaços de vida gera emoções com potencial constitutivo de articular afetos e colocá-los em articulação, em coordenação, para a transformação: “Na verdade, a vida ordinária, a vida de todos os dias, é uma coreografia de coordenações comportamentais”, concluem Maturana e Varela (1995, p. 252). E Grossberg aponta que o “[...] lugar define uma orquestração das tonalidades afetivas que dão ressonância e timbre para nossas vidas”<sup>20</sup> (GROSSBERG, 2012, p. 51).

O aspecto revolucionário dos projetos de transformação das áreas urbanas em parques foi destacado por entrevistados nos dois casos. A disputa pelo Parque Augusta, terreno que era formalmente de propriedade das incorporadoras Setin e Cyrela, articulou a sociedade civil e a colocou em articulação contra o capital que vislumbrava a exploração imobiliária. Em Salvador, a disputa pela preservação da Pedra de Xangô foi com o poder público e suas políticas de urbanização. “O parque significa preservação, uma grande vitória e a consolidação, observe, consolidação de preservação. Sobretudo daquele monumento natural sagrado, conhecido como Pedra de Xangô” (PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ ENTREVISTADO1, 2021).

Eu vou te falar que foi a primeira vez que eu vi uma organização civil conseguir ganhar do capital. Eu nunca tinha visto na vida. A primeira vez foi agora no parque. [...] é que sou muito cético, eu tava lá brigando por uma questão de ideal, mas eu não acreditei nunca que esse parque ia sair sem ter construção. Eu achei que de alguma forma ia ter, a única representação financeira, verba financeira, que as campanhas têm a nível municipal é da especulação imobiliária. Único tipo de empresa que dá dinheiro pra campanha é especulação imobiliária porquê e quem regula isso é o município, o resto tudo vem de empresas no interesse de Estado ou de ações pessoais. Empresas que são amigas do prefeito, do candidato, de quem quer que seja, por isso que os partidos de esquerda têm uma dificuldade de assumir o poder mesmo com campanhas melhores durante os períodos que eles estão em campanha (PARQUE AUGUSTA ENTREVISTADO 1, 2021).

As lutas e resistências ocorreram em contextos distintos, mas com o mesmo resultado: culminaram na transformação de espaços da cidade em parques a partir

---

<sup>20</sup> Tradução da autorado original: “[...] lugar define una orquestración de las tonalidades afectivas que dan ressonância y timbre a nuestras vidas.”

dos afetos que articularam dimensões internas dos indivíduos, construíram identidades e colocaram os agentes em articulação entre si, com entidades, grupos e com o Estado e outros afetos coletivos. Nas trajetórias houve mediações por outras trajetórias e práticas, expressas pelos interesses e disputas dos envolvidos em cada caso, implicando em ameaça de interrupção, reorientação e novas estratégias de luta. Para Grossberg (2012), as mediações traçam fluxos, são movimentos de acontecimentos que promovem a transformação social, sendo o afeto um desses acontecimentos. “O afeto se refere à ‘energia’ da mediação, uma questão de intensidade (quantificável). Opera em múltiplos planos, através de múltiplos aparatos, com efeitos diversos”<sup>21</sup> (GROSSBERG, 2012, p. 231, grifo do autor, tradução da autora).

O Parque Augusta está localizado na região central de São Paulo e contém um bosque de Mata Atlântica, que há cerca de quatro décadas foi ocupado por atividades culturais (casa de espetáculo, circo) e com livre fruição pelos moradores da região. O terreno foi adquirido por incorporadoras que planejavam construir primeiro um supermercado, com projeto transformado depois em *shopping* e duas torres. O conflito se acirrou quando foram fechados os acessos à mata, em 2013, que por escritura lavrada em 1975, deveria ser preservada e aberta ao público.

O Parque em Rede Pedra de Xangô tem como principal referência simbólica um rochedo encravado em terreno com remanescente de Mata Atlântica, situado no bairro de Cajazeiras, em Salvador. É um lugar sagrado para a população afro-brasileira e de cultos dedicados principalmente ao orixá Xangô, frequentado e cultuado pelo povo de santo. O conflito se configura quando a pedra seria implodida para a construção da Avenida Assis Valente, abrindo caminho para a obra de urbanização do Governo do Estado, em 2005, e a mobilização se intensifica mais tarde, em 2014, em decorrência de um atentado de intolerância religiosa, quando foram jogados cerca de 200 Kg de sal na pedra.

## **IMPORTÂNCIA, DESEJOS E AFETOS**

Para o desenvolvimento do estudo, buscou-se na pesquisa bibliográfica qual a metodologia a ser aplicada para a construção dos mapas de importâncias e de afetos,

---

<sup>21</sup>Tradução da autora do original: “El afecto se refiere a la “energía” de la mediación, una cuestión de intensidad (cuantificable). Opera em múltiples planos, a través de múltiples aparatos, con efectos diversos”.

como não foram encontradas referências específicas, houve necessidade de adequar o que foi levantado. Buscou-se em Silva e Ruskowski (2016) as condições e os mecanismos de engajamento militante, o que contribuiu para a elaboração de um modelo explicativo dos mapas de importância e de afetos, em uma perspectiva realista quanto às suas causas. Estudando os processos de engajamento de jovens no movimento social *Levante Popular da Juventude* e no projeto *Tribos nas Trilhas da Cidadania*, em Porto Alegre/RS, os autores levantaram “a capacidade de identificar e demonstrar a operação de mecanismos nos processos de engajamento; de outro [lado] a capacidade de explicar as significativas variações individuais do engajamento” (SILVA; RUSKOWSKI, 2016, p.191). Citando Passy (1998), os autores definem o engajamento individual como a “possibilidade de converter uma identificação com as causas e os objetivos de uma determinada organização, que se constrói a partir dos quadros culturais dos atores, em uma ação inscrita em uma duração” (SILVA; RUSKOWSKI, 2016, p.192).

Eles identificaram quatro perspectivas que explicam os processos de engajamento:

1. Perspectiva Disposicional: enfatiza a importância das trajetórias de vida dos indivíduos, seus atributos e características, que geram, ou não, propensões ao engajamento por meio de processos de socialização;
2. Perspectiva Identitária: enfatiza a dependência do engajamento pela construção e difusão de um sentido de ação compartilhado, de uma identidade coletiva, de normas e valores relacionados a áreas específicas de disputa política, constituindo-se em um processo de identificação com congruência entre a identidade pessoal e a coletiva que sustenta e dá sentido ao agir comum;
3. Perspectiva Relacional: enfatiza a centralidade das inserções relacionais na estruturação dos agentes e das suas ações, dividindo-se em: i. Perspectiva Interacionista: enfatiza a importância dos contextos de interação cotidiana e das negociações de sentidos que neles se desenvolvem para a compreensão da atuação dos indivíduos em seus vários ciclos de vida; ii. Redes sociais: enfatiza que o contato, a aproximação e o envolvimento de indivíduos em organizações e movimentos sociais tende a ocorrer por meio da mediação de pessoas previamente conhecidas como parentes, amigos, colegas de trabalho



etc. constituídos como círculos de reconhecimento que promovem processos de identificação;

4. Perspectiva Retributiva: enfatiza que a contribuição individual para o resultado da ação coletiva se dá pelo cálculo dos custos e ganhos a serem obtidos com ela, pela perspectiva das retribuições, sejam estas materiais ou simbólicas (SILVA; RUSKOWSKI, 2016).

Na ausência de um instrumental e ciente da necessidade desse desenho, a partir do levantamento feito em publicações nos meios de comunicação, dissertações, teses e artigos, foram elaboradas hipóteses para os mapas. Estruturaram-se, inicialmente, duas áreas de abrangência: i. Individualidade; ii. socialidade. A ideia era de que cada uma abarcasse dimensões pessoais e do coletivo para o engajamento. No entanto, ao levantar as hipóteses dessas dimensões constatou-se que eram as mesmas para as duas abrangências. A síntese das hipóteses e dos resultados da pesquisa para a elaboração do Mapa de Importância, em torno do qual os agentes sociais se mobilizaram, está representada no Quadro 1.

QUADRO 1 – MAPA DE IMPORTÂNCIA – PARQUE AUGUSTA E PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ

MAPA DE IMPORTÂNCIA					
ABRANGÊNCIA	DIMENSÃO	TEMAS			
		PARQUE AUGUSTA		PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ	
Individualidade	História pessoal Experiência pessoal Prazeres Desejos Paixões	HIPÓTESE	Expansão urbana Exploração imobiliária Conservação e preservação do patrimônio ambiental, histórica e cultural	HIPÓTESE	Igualdade racial Cultura e religião afro-ameríndia Intolerância religiosa Conservação e preservação do patrimônio ambiental, histórica e cultural Expansão urbana
		PESQUISA	Democracia Direitos Sustentabilidade para futuras gerações Cenas culturais Valorização imobiliária da região	PESQUISA	Exploração imobiliária Turismo Ancestralidade Sustentabilidade para futuras gerações Direitos
Socialidade	Sentimentos Política Comum				

FONTE: A autora (2022)

Os temas de importância identificados inicialmente se confirmaram nas falas dos entrevistados, que trouxeram ainda outros como democracia, direitos, sustentabilidade para futuras gerações, cenas culturais e valorização imobiliária da região, no Parque Augusta; e exploração imobiliária, turismo, ancestralidade, sustentabilidade para futuras gerações e direitos, no Parque em Rede Pedra de

Xangô. Observa-se que as importâncias trazidas para o mapa pelos participantes têm relação com os afetos no sentido do que foi vivido por cada um conforme sua trajetória de vida (Perspectiva Disposicional). Adelia Miglievich-Ribeiro, referindo-se a Grossberg, traz o afeto como “energia, humores, emoções, inflexões, desejos, paixões, sentimentos, que produzem as experiências tais como as vivenciamos”. Partindo de “[...] um dado lugar, em um certo momento, num corpo junto a outros corpos” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2020, p.10), como propõe a Perspectiva Relacional, foi construída uma hipótese para o Mapa de Afetos, pensando no que os agentes sociais viveram não só em suas trajetórias, nos momentos de ameaças aos espaços urbanos, mas também no que desejavam como coletivo. O Quadro 2 apresenta tanto as hipóteses como o resultado da pesquisa.

QUADRO 2– MAPA DE AFETOS – PARQUE AUGUSTA E PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ

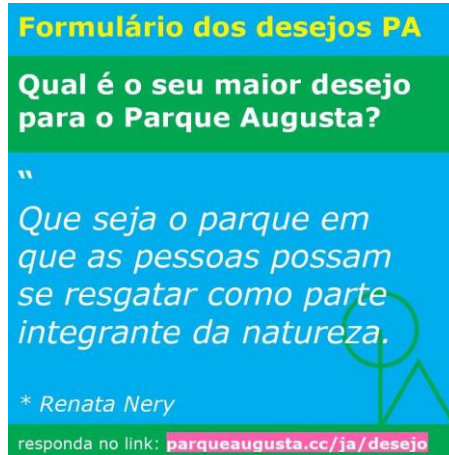
MAPA DE AFETOS					
ABRANGÊNCIA	DIMENSÃO	TEMAS			
		PARQUE AUGUSTA		PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ	
Individualidade	Energia Humores Emoções Reflexões Desejos Paixões	HIPÓTESE	Exploração pelo capital Vida saudável Lazer Cultura Participação Resistência Engajamento Política	HIPÓTESE	Humilhação Fanatismo Perseguição Injustiça Proteção Passividade Esperança Ansiedade Participação Resistência Engajamento Política Fé
Socialidade	Sentimentos Comum	PESQUISA	Coletividade Gerações futuras Simbolismo Vida Democracia	PESQUISA	Racismo Intolerância religiosa Ancestralidade Sacralidade Xangô Patrimônio material e imaterial Direitos Respeito

FONTE: A autora (2022)

A partir das entrevistas foi possível confirmar essas hipóteses e incluir outros afetos como coletividade, gerações futuras, simbolismo, vida e democracia no mapa do Parque Augusta; e racismo, intolerância religiosa, ancestralidade, sacralidade, Xangô, patrimônio material e imaterial, direitos e respeito entre os entrevistados do

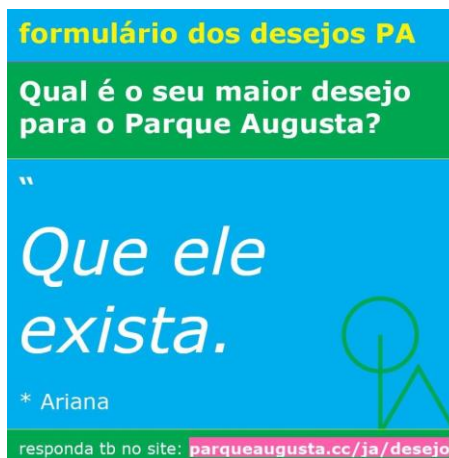
Parque em Rede Pedra de Xangô. O Organismo Parque Augusta (OPA)<sup>22</sup> realizou uma pesquisa sobre os desejos da população em relação ao espaço, tendo publicado os resultados no seu perfil do Facebook, sendo eles em linha com as hipóteses e indicações da pesquisa, conforme as Figuras 15 a 20.

FIGURA 15 – FORMULÁRIO DOS DESEJOS PA



FONTE: Parque Augusta (2016)

FIGURA 16 – FORMULÁRIO DOS DESEJOS PA



FONTE: Parque Augusta. (2016)

<sup>22</sup>O OPA é um movimento autogerido, horizontal e heterogêneo. Nenhum grupo ou entidade oficialmente constituído o representa. Organizou-se a partir de assembleias públicas, reuniões de grupos de trabalho, ações diretas na rua e por meio da internet. Foi aberto à participação de quem se interessou em apoiar a causa: Parque Augusta 100% público, livre dos agentes da especulação imobiliária e com gestão popular. Ao todo, mais de 250 pessoas diferentes assinaram as listas de presença das 28 assembleias, promovidas entre novembro de 2013 e 15 de maio de 2014.

FIGURA 17 – RESULTADO DO FORMULÁRIO DOS DESEJOS PA



FIGURA 18 – RESULTADO DO FORMULÁRIO DOS DESEJOS PA



FIGURA 19 – RESULTADO DO FORMULÁRIO DOS DESEJOS PA



FIGURA 20 – RESULTADO DO FORMULÁRIO DOS DESEJOS PA  
**O PARQUE QUE QUEREMOS**



O que aflora dos mapas decorre da relação das pessoas com seus espaços de vida, mas como acontece essa relação? Ela é racional, sentida, como se processa e o que é capaz de articular para assegurar o direito à cidade em sua dimensão de Festa? Humberto Maturana destaca que o sistema racional se baseia em premissas aceitas e que essa aceitação ocorre em um espaço de preferências, em um espaço não racional. “É a partir de um espaço emocional, dos querereres que as pessoas têm, dos desejos” que o entrelaçamento do cotidiano ocorre (MATURANA, 1997, p 50). Dito isso, as discordâncias que se pensam ser lógicas estão relacionadas com as preferências conforme coloca o autor, “se resolvem apenas e exclusivamente nas emoções” (MATURANA, 1997, 51).

Dizer que a razão caracteriza o humano é um antolho, porque nos deixa cegos frente à emoção, que fica desvalorizada como algo animal ou como algo que nega o racional. Quer dizer, aos nos declararmos seres racionais vivemos uma cultura que desvaloriza as emoções, e não vemos o entrelaçamento cotidiano entre razão e emoção que constitui nosso viver humano e não nos damos conta de que todo sistema racional tem um fundamento emocional (MATURANA, 2009, p. 15).

Para o autor, as emoções são as disposições corporais dinâmicas que definem domínios de ação que movem os seres, quando há mudança de emoção, muda-se o domínio da ação. Esse domínio das ações é constituído por uma emoção fundadora, o amor, que promove um modo de vida por meio de interações recorrentes. O amor é a emoção que constitui o domínio de condutas em que se dá a operacionalidade da aceitação do outro como legítimo outro na convivência. Desse lugar nasce a linguagem, o social (MATURANA, 2009). Portanto, o amor articula e põe em articulação os corpos no fazer cotidiano. O amor está para Maturana, assim como o

afeto está para Grossberg, como energia constitutiva do viver, que neste último autor citado assume o caráter político.

José Bernardo Toro, teórico da mobilização social, também destaca a ternura e o afeto como dimensões para uma sociedade solidária. “Não se trata da simples tolerância ou da concidadania. Incluir o outro, fazer de todos os outros um nós requer formação no afeto” (TORO, 2005, p.54). E complementa que isso se dá por meio do pensar, sentir e atuar em relação a nós mesmos, aos outros e à coletividade promovendo e modificando os valores e os sentidos da vida, dentre eles a consolidação dos direitos humanos, dialogando com Grossberg. Cabe ainda trazer Sodré (2019) que aponta a cosmovisão negra como ação que se regula pelo padrão do indivíduo total, ou seja, “de um sujeito articulado consigo mesmo e com os outros em comunidade” (SODRÉ, 2019, p. 145). Discorrendo sobre os lugares de alegria promovidos pelo jogo, a religiosidade e a festa africanos, o autor se reporta ao sentir como uma experiência radical, de comunicação original com o mundo que poderia se chamar de cósmica, “de um envolvimento emocional dado por uma totalização sagrada de coisas e seres” (SODRÉ, 2019, p. 150). E, a partir desse sentir se dão as mudanças transformadoras, uma revolução na tradição com o objetivo de recusar o negativo ou retomar o livre fluxo das forças necessárias à continuidade da tradição.

Maturana avança quanto à operacionalidade da base emocional, relacionando-a com a constituição política e de convivência de pessoas que pertencem a domínios sociais e não sociais distintos. Ela regulamenta o espaço de convivência especificando os desejos que o envolve. A partir da constituição de um país ou nação, o biólogo exemplifica como ocorre a unificação por um projeto nacional que, se gerado em conjunto, com a mesma base emocional, integra os espaços dos desejos (MATURANA, 2009).

[...] sem aceitação mútua não pode haver coincidências nos desejos, e sem coincidências nos desejos não há harmonia na convivência, nem na ação nem na razão e, portanto, não há liberdade social. Além do mais, se não compreendermos isto, não podemos compreender porque há certas divergências que nunca irão se resolver sem um ato declarativo que as elimine (MATURANA, 2009, p. 75).

Maturana se aproxima de Toro e seu conceito de mobilização social pautada por uma “convocação de vontades para atuar na busca de propósito comum sob uma interpretação e um sentido compartilhados” (TORO, 2005, p. 91). Tal convocação de vontades é um ato de liberdade, um ato de paixão e um ato público e de participação.

Outra característica da mobilização social é sua necessidade de dedicação contínua, transformando-a em um processo que produz resultados cotidianamente. E ambos os autores se aliam à proposta da teoria do afeto organizada por Grossberg, colocando as emoções e os sentimentos na centralidade do fazer cotidiano, dos desejos individuais que se unem em um determinado imaginário comum, movendo, articulando e colocando em articulação afetiva e política os agentes sociais.

Os processos de mobilização social se estruturam a partir da formulação de um imaginário, uma representação desejável e possível do futuro que se quer construir e alcançar. “Uma mobilização requer criar desejo, suscitar paixão. Para mobilizar, é necessário definir nortes estimulantes”, o imaginário social se cria a partir de um interesse coletivo e de certezas compartilhadas (TORO, 2005, p. 92-93). Toro acredita que reformas, inovações sociais ou mudanças na sociedade só são possíveis a partir dessa convergência de interesses dos agentes implicados na conversão das ações e decisões cotidianas nos processos e conquistas. Resumindo, “qualquer mudança exige convergência de interesses (política), convocação de vontades (erótica, desejo) e novas formas de compreender e organizar a realidade (teoria)” (TORO, 2005, p.91).

A transição entre os temas importantes, os afetos e os desejos, é tênue, pois uma coisa leva à outra, está imbricada na outra. Três entrevistados trouxeram a importância da preservação da área verde para as futuras gerações, referindo-se aos filhos poderem usufruir do contato com a natureza e a perpetuação dos rituais religiosos pela neta. Nesse caso, a vivência da procriação, do amor aos descendentes motivou o desejo e os colocou em articulação para a preservação do Parque Augusta e da Pedra de Xangô. No Parque Augusta, o imaginário coletivo era de um parque 100% verde, sem prédios, enquanto em Salvador, inicialmente era a preservação da pedra, de assegurar o lugar sagrado e a expressão religiosa de matriz africana, ampliando depois para a preservação da mata no entorno, conforme comenta um entrevistado: “para o primeiro momento é o que nos moveu nessa garra de ir lá e brigar, não tenha dúvida que foi a preservação do sagrado” (PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ ENTREVISTADO 1, 2021).

As trajetórias dos movimentos de luta pelo direito à cidade em sua dimensão de Festa se deram por articulações dos afetos, pelo engajamento de cada ator social, agente público e social. Nos processos de transformação social, Grossberg visualiza a necessidade de novas ferramentas para lidar com o mundo, incluindo entre elas o afeto.

[...] algumas dimensões (p.ex. afeto, queer-dade, colonialismo) tornaram-se tão poderosamente visíveis e desconcertantes, ou até perturbadoras, que precisamos encontrar ferramentas melhores do que as anteriores para lidar com elas tanto como articulações quanto como forças articuladoras. (GROSSBERG apud BRAGA, 2013, p. 7)

Grossberg propõe olhar para os sentimentos para que se possa desenhar os mapas dos afetos das relações do ser, não importando sua aproximação com a direita ou com a esquerda, mas sim de seus movimentos e iniciativas registrados e vividos como resignação, passividade e esperança.

Em seus estudos, Grossberg propõe o início do que chama teoria do afeto, baseada em um conjunto de mediações e efeitos, uma energia da mediação que opera múltiplos planos, por meio de múltiplos aparatos com efeitos diversos (GROSSBERG, 2012). Esse interesse surge da tentativa de entender a energia, ou a força, que constitui a realidade em seu nível mais fundamental, o afeto como poder constitutivo (APARICIO, 2018). O afeto tem como característica ser universal, “não haveria ‘vida’ sem afetações mútuas[...] ‘movimentos de agoras’ que, ao impactar nossos corpos, fazem com que experimentemos o acesso às coisas ausentes, distantes ou fictícias” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2020, p. 10), materializando mediações.

Uma das três dimensões do afeto é a ontologia da imanência ou da virtualidade, tendo assim caráter universal, constituinte do real, e com capacidade de dialeticamente afetar e ser afetado. A segunda descreve os corpos em movimento, a materialidade da mediação, incluindo seus efeitos discursivos. E a outra abrange os aparatos discursivos ou culturais, que são os lugares e os agentes da produção do real e da luta em torno dele, na forma de hábitos e do habitual. As dimensões descrevem o virtual, os estratos expressivos e a multiplicidade de regimes, lógicas ou organizações de intensidades ou paixões, respectivamente, definindo “as tonalidades afetivas e as modalidades de existência, comportamento e experiência” (GROSSBERG, 2012, p. 232). A terceira dimensão, dos aparatos discursivos ou culturais, mobilizam e organizam o vivido e o imaginado, dando significação e importância ao mundo, mais do que seu significado, construindo o sentimento de existência e pertencimento, de realidade vivida, emoções, desejos, mapas de valores, ideologia.

Esses aparatos constituem não só significados de existência, pertencimento e de densidades do vivido, animando os corpos, colocando-os em movimento, em relação, em mediação, como também operam essas dimensões organizando-as



quanto às emoções e ao desejo. Dessa forma, é possível traçar mapas de valores, de significados. Questiona-se, então, como os afetos, que suscitam desejos dos agentes sociais, a partir da crise instalada pela ameaça a seus espaços de Festa, lazer, fruição, religiosidade ou outras formas de apropriação, articularam e se colocaram em articulação, implicando em movimentos de lutas e resistências pela manutenção desses espaços, exercendo seus direitos à cidade e à Festa.

Moradores do entorno do Parque Augusta tiveram experiências com aquele terreno murado que conservava uma mata preservada por estar “abandonada” há décadas, sendo “cuidada” por eles em passeios com seus animais de estimação ou simplesmente por visualizarem ali um potencial de conexão com o meio ambiente, lazer e cultura. A partir dessa experiência com o espaço público surge o sentimento de pertencimento que, pela teoria do afeto de Grossberg, organiza o vivido e mobiliza aparatos discursivos e culturais como o imaginário de um parque sem prédios. É esse o desejo que tem potência de afetar e ser afetado na luta pela instituição do parque.

Os primeiros ativistas eram os moradores e frequentadores da região, como os sócios do Clube dos Ingleses<sup>23</sup>, que iniciaram um abaixo-assinado para solicitar o parque ao poder público. Quase duas décadas depois, o movimento ganhou novos adeptos, ativistas efervescentes pelas manifestações de junho/2013. Todos tinham um imaginário comum: Parque Augusta sem prédios!

[...] tem um parque ali, ali embaixo naquele quarteirão, antes da Marquês de Paranaguá [...] tão fantástico, é um parque, tá pronto [...] precisa ter um parque, vamos tentar [...] nós queremos um parque 100% verde, um parque inteiro e nenhuma construção lá dentro (PARQUE AUGUSTA ENTREVISTADO 1, 2021).

[...] tinha o objetivo comum que era o parque sem prédios (PARQUE AUGUSTA ENTREVISTADO 2, 2021).

[...] e a gente tava brigando pelo uso do parque inteiro (PARQUE AUGUSTA ENTREVISTADO 3, 2021).

Parque, ou é parque ou é pra construção de prédio[...] claro, sem prédios (PARQUE AUGUSTA ENTREVISTADO 4, 2021).

A partir desse imaginário comum, os agentes sociais desencadearam articulações, materializando a mediação e os efeitos discursivos em prol do direito à

<sup>23</sup>O Clube Atlético São Paulo (São Paulo Athletic Club), mais conhecido como Clube dos Ingleses, foi fundado em 1888, tendo seu estatuto social e registro em cartório datados de 1906. Trata-se de uma associação de caráter esportivo-amador, sem fins lucrativos, cuja sede social é na rua Visconde de Ouro Preto n. 119, bairro da Consolação, São Paulo/SP, e filial na avenida Atlântica n. 1448, Socorro/SP.

cidade como espaço de Festa, conduzindo a luta. Foram articulados não só abaixo-assinados, mas também instrumentos legais como leis, decretos, ação civil pública, Estatuto da Cidade/Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM), requerimento de tombamento e Plano Diretor Estratégico (PDE) junto a órgãos públicos como a Câmara Municipal, Prefeitura, Prefeitura Regional de Pinheiros, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP) e Ministério Público Estadual.

A partir de 2013, com novos agentes engajados na luta, a articulação ocorre com os movimentos culturais da cena paulistana, da qual decorre a realização de um festival com diversas manifestações artísticas até o fechamento dos portões pelas incorporadoras. Após o fechamento, a articulação com grupos culturais permaneceu com a ocupação das ruas para as manifestações que incluíram indígenas da Aldeia Guarani e o Teatro Oficina, que também luta há anos pela área do entorno se tornar o Parque do Bixiga.

Da mesma forma que a sociedade civil se articulou em prol do parque, o capital, representado pelo mercado imobiliário, também o fez, só que para a manutenção de seus interesses privados, de especulação imobiliária, como deixar o terreno por décadas valorizando, sendo negociado entre empreendedores, e fechando os portões para a população não acessar a área verde, em 2013, e depois solicitando a reintegração de posse no Poder Judiciário.

Pertencente à família Uchôa, o terreno onde existia o Palacete Uchôa foi vendido às Cônegas da Ordem de Santo Agostinho, em 1907, onde instalam o Colégio des Oiseaux. No início da década de 1970, o prédio abrigou o Colégio Equipe, cujo centro cultural dos alunos promovia *shows* de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Raul Seixas, Luiz Gonzaga, entre outros. Em 1974 foi vendido à Teijin do Brasil que pretendia implantar um empreendimento hoteleiro e para isso demoliu o palacete, antes mesmo da tramitação e autorização da Prefeitura. Enquanto discutia-se a capacidade construtiva da área junto a órgãos públicos, em função da manutenção da preservação da área verde conforme reivindicava a sociedade civil e era assegurada nas matrículas dos imóveis, o terreno foi locado para estacionamento e para o Projeto SP, que realizou *shows* de Titãs, Capital Inicial, Blitz, entre outros, na década de 1990, e depois ao Circo Zanni. Em 1996, o ex-banqueiro do Banco de Crédito Nacional (BCN), Armando Conde, e sua esposa Lilly, compraram o terreno, que acabou tendo

autorização do CONPRESP para construção, mas passaram a propriedade para a Cyrela e Setin (Flamingo e Albatroz), em setembro/2013.

Na pesquisa foi identificado que a luta pelo Parque Augusta se deu, a princípio, por iniciativas particulares – abaixo-assinado, contatos com vereadores e gestores públicos municipais e ação civil pública – partindo do conhecimento técnico de cada um e articulação por meio de suas redes de amizades, contatos profissionais e de conhecidos, como relataram alguns dos entrevistados. Com o passar dos anos, outros agentes foram enredados e se enredando, cada um trazendo suas próprias articulações de redes, como um desenho em espiral de afetos engajados no direito à cidade em sua dimensão de Festa.

[...]eu nunca fui ativista, nunca participei [...] e a senhorinha falou: você é advogado [...] me procurou [...] e insinuou que eu fazia isso e tal [...] eu disse: não tenho tempo, [...] mas aí ela ficou insistindo, insistindo, insistindo, aí eu passava todo dia e aí comecei a ver uma pesquisa [...]faço uma ação popular [...] e tinha um colega de faculdade, que era especialista no assunto, e disse que eu poderia entrar ali com uma ação popular (PARQUE AUGUSTA ENTREVISTADO 3, 2021).

Sem pretensão de esgotar o mapeamento das articulações, o Quadro 3 apresenta uma cronologia da luta pelo Parque Augusta.

QUADRO 3–CRONOLOGIA DE ARTICULAÇÕES NO PROCESSO DO PARQUE AUGUSTA

(continua)

DATA	AGENTES	ESTRATÉGIA / INSTRUMENTOS	ARTICULAÇÃO
2013	Movimento Parque Augusta	Surgimento do Movimento Parque Augusta, reunindo os movimentos sociais Aliados do Parque Augusta, Parque Augusta Sem Prédios e OPA Audiência pública, com envio da íntegra para o prefeito e governador  Apresentação do Projeto de Lei nº 703/2013, que autoriza a desapropriação e uso social do terreno  Criação de perfil no Facebook  Pressão dos movimentos sociais ao prefeito Fernando Haddad para sancionar a Lei Ordinária Municipal n. 15.941	Democracia direta, organização horizontal e heterogênea Deputado Estadual Carlos Giannazi (PSOL) Vereador Toninho Véspoli (PSOL) Célia Marcondes, conselheira (SAMORCC) Representante do vereador Gilberto Natalini (PV) Organismo Parque Augusta Aliados do Parque SAMMORC Ativistas dos protestos de junho/2013 Prefeito Fernando Haddad
	Cyrela e Setin (Flamingo e Albatroz)	Fechamento dos portões de acesso ao bosque, desrespeitando pela primeira vez a fruição pública prevista em escritura	
	População	Ação civil pública	Justiça
2013 e 2014	Organismo Parque Augusta (OPA)	Ocupação de espaços públicos com atividades lúdicas, artísticas e culturais	Buraco da Minhoca, Casa Amarela, entre outros PicNic no Asfalto da Rua Augusta 24
2014 a 1º sem/2016	Advogados Ativistas	Participação nas assembleias semanais e GT de questões jurídicas  Assessoria em processos civis e criminais	Organismo Parque Augusta (OPA) Justiça
2014	Sem informação	Inclusão do Parque Augusta como ZEPAM no PDE - Lei Municipal n. 16.050/2014	Plano Diretor Estratégico
	Cyrela e Setin (Flamingo e Albatroz)	Revisão do projeto visando aprovação	Direito de protocolo
	Sem informação	Liminar para abertura imediata dos acessos obstruídos pelas incorporadoras	Justiça

<sup>24</sup> Outro nome encontrado para o evento Picnic à Moda Antiga.

(continuação)

DATA	AGENTES	ESTRATÉGIA / INSTRUMENTOS	ARTICULAÇÃO
2015	Cyrela e Setin (Flamingo e Albatroz)	CONPRESP aprova o projeto, mesmo irregular quanto à lei de tombamento do parque	CONPRESP
	Organismo Parque Augusta (OPA)	Ocupação do parque com atividades lúdicas, artísticas e culturais  Assembleias  Vigília criativa com acampamento no parque  1º e 2º Festival do Parque Augusta	Buraco da Minhoca Casa Amarela Coletivo Índigo Ocupe a Mídia ORGANISMO PIKNIK Ônibus Hacker Movimento Artístico de Ocupação Urbana M.A.O.U Matilha Cultural Voodoohop Canil_.Não Mate Ocupa Ouvidor 63 Rios e Ruas Mapeando o Comum BaixoXCentro Basuras-ma Bloco Psicoparque Memo Memo Coletivo Yopará entre outros Mulheres Negras (André Abujamra e Maurício Pereira) Marcelo Rubens Paiva Marcelo Tas Pedro Ekman Arnaldo Antunes, Edgar Escandurra e Taciana Barros Moises Patrício Teatro Oficina Campanha Índio é Nós (direitos indígenas)

(continuação)

DATA	AGENTES	ESTRATÉGIA / INSTRUMENTOS	ARTICULAÇÃO
2015	Cyrela e Setin (Flamingo e Albatroz)	Reintegração de posse do terreno Construção de tapume em volta do terreno	Justiça - 5ª Vara Cível do Fórum Central da Comarca de São Paulo
	Movimento Parque Augusta	Pedido de suspensão por 90 dias da reintegração de posse Contra a violência policial da reintegração de posse, o movimento marchou até a Prefeitura, plantou árvores no Vale do Anhangabaú, também ameaçado de requalificação Vigília do parque contra a construção do tapume e corte de árvores	Justiça - 5ª Vara Cível do Fórum Central da Comarca de São Paulo Prefeitura Municipal Projeto de requalificação do Vale do Anhangabaú Parque Augusta
	Ministério Público Estadual de São Paulo	Ação civil pública Audiência pública com ativistas para a venda do terreno à Prefeitura Prazo para a venda e se não fosse feita, a PM entraria com ação civil pública por irregularidades na aprovação do projeto e crimes ambientais Uso da indenização de R\$ 120 milhões desviados por Paulo Maluf fossem usados para viabilizar o parque	Prefeitura Municipal Movimento Parque Augusta Cyrela e Setin
	Rede Minha Sampa	Campanha Queremos o Parque Augusta 100% verde com envio de e-mail para o prefeito João Doria	Organismo Parque Augusta (OPA) NOSSAS.org
	Pesquisadores independentes	Identificação de patrimônio arqueológico no parque	Parque Augusta
2016	Ministério Público Estadual de São Paulo	Abertura do parque à população Entrega à Prefeitura do parque em função de dívidas do não pagamento de multas pelo fechamento do parque pelas incorporadoras	Cyrela e Setin Prefeitura Municipal
	Fazenda Pública de São Paulo	Audiência de conciliação e uso da transferência do potencial construtivo	Estatuto da Cidade Cyrela e Setin Prefeitura Municipal
	Movimento Parque Augusta	Visibilidade e sustentabilidade para a última área verde do centro	Virada Sustentável 2016 <i>PicNic no Asfalto</i> da Rua Augusta
2017	Movimento Parque Augusta sem Prédios	Manifestações populares Abordagem pessoal ao prefeito João Doria durante a operação Cidade Linda, na Praça da República	Prefeitura Municipal

(conclusão)

<b>DATA</b>	<b>AGENTES</b>	<b>ESTRATÉGIA / INSTRUMENTOS</b>	<b>ARTICULAÇÃO</b>
2017	Movimento Parque Augusta sem Prédios	Acordo de Transferência do Direito de Construir promove cisão no movimento, SAMORCC e Aliados do Parque aceitando e a OPA cobrando esclarecimentos sobre a aplicação da multa decorrente da ação civil pública do MPE Projeto comunitário do parque com apoio do Aliados do Parque e OPA	SAMORCC e Aliados do Parque OPA OPA e Aliados do Parque
	Ministério Público Estadual de São Paulo	Elaboração de proposta de permuta por terrenos públicos pelo instrumento de Transferência do Direito de Construir (TDC) Assinatura de protocolo de intenções para a criação do parque	Prefeitura Municipal Cyrela e Setin Estatuto da Cidade Plano Diretor Estratégico
2018	Ativistas Parque Augusta sem Prédios	Pressão para abertura do parque à população junto ao prefeito Bruno Covas	Prefeitura Municipal
	Ministério Público Estadual de São Paulo e Prefeitura Municipal	Acordo de autocomposição para a gestão do parque  Roda de conversa sobre a autogestão	Livraria Tapera Taperá Prefeitura Municipal Energia solar Recursos hídricos - Permeabilização do rio Augusta no interior do parque Patrimônio histórico - preservação do muro da rua Augusta Canteiro vivo Gestão comunitária
2019	Ministério Público Estadual de São Paulo e Prefeitura Municipal	Escritura do Parque Augusta passada para a Prefeitura de São Paulo	Prefeitura Municipal Ministério Público Estadual de São Paulo Cyrela e Setin Movimento Parque Augusta
2020	Conselho dos Povos	Autogestão e gestão compartilhada do Parque Augusta	Bloco Ilú Obá De Min UNEGRO Comunidade Guarani da Terra Indígena do Jaraguá Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) Organismo Parque Augusta

FONTE: A autora (2022)

Em Salvador, a Pedra de Xangô povoa o imaginário coletivo desde o tempo do Brasil escravagista, pois há relatos de que na região foram constituídos quilombos e seus habitantes, muitas vezes em fuga ou quem sabe para despistar o caminho de suas moradas, se utilizavam da fenda da pedra como passagem secreta. Naquela época e até as obras de construção da Avenida Assis Valente e das lagoas de estabilização de esgoto operadas pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) que degradaram nascentes e riachos, construídas pelo Governo do Estado, no âmbito do Programa Sanear, em 2005, a Pedra de Xangô ficava escondida pela mata e submersa em um olho d'água e ao mergulhar, os quilombolas afundavam e passavam para o outro lado da mata, desaparecendo como em um passe de mágica. Uma vez desnuda, a pedra foi vítima de atentados de intolerância religiosa por meio de sal e pichações. Registra-se, ainda, que a região era território dos índios Tupinambás (SILVA, 2019). O povoamento da primeira capital do Brasil por africanos imprime à cidade características da cultura daquele continente, sendo a religiosidade um dos aspectos mais marcantes.

Cajazeiras e região mantinham aspecto de zona rural, com fazendas agrícolas e um matadouro, sendo criado oficialmente o bairro em 1975. No entanto, desde 1939, havia terreiros instalados na área. Segundo o Mapeamento dos Terreiros de Salvador, citado pela pesquisadora Maria Alice Pereira da Silva, em seu livro *Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador*, após a liberação da obrigatoriedade da licença da Delegacia de Jogos e Costumes para o funcionamento de terreiros, em 1975, Cajazeiras passou a receber grande número deles, constituindo-se o segundo lugar com maior representatividade na cidade. Próximos à Pedra de Xangô eram 86, em 2008.

A aproximação desse contexto permitiu a elaboração da hipótese dos mapas de importância e de afetos ligados às questões simbólicas religiosas, de racismo e intolerância religiosa, sendo acrescidos depois da pesquisa com ancestralidade e sustentabilidade. Estas últimas duas dimensões dos afetos estão intimamente ligadas à cosmovisão presente no Candomblé, em que os Orixás e seus rituais estão integrados à natureza e transmitidos por gerações.

Para negros transportados para o Brasil, a ancestralidade, a memória, o patrimônio simbólico africano foram instrumentos utilizados a nível individual e coletivo para sobreviver e desafiar o perverso e desumano sistema escravagista (SILVA, 2019, p.39).



A partir da análise dos processos de luta pelo Parque em Rede Pedra de Xangô é possível relacionar afetos, desejos e mobilização em prol de um imaginário comum: a preservação do grande Otá dedicado a Xangô e a manutenção do espaço sagrado para a realização de rituais. Essas dimensões são atravessadas por séculos de luta e resistência do povo negro, que sofre com a intolerância e o racismo que, como observa Sodré (2019), teve e tem no culto aos ancestrais de linhagem (egum) e dos princípios cósmicos originários (orixá) um ato político de repatrimonialização, permitindo “relações de solidariedade no interior da comunidade negra” (SODRE, 2019, p.77) e além dela.

[...] e aí eu comecei de fato a ver de perto e entender o que era na prática um braço do racismo, que é a intolerância religiosa, e a invisibilidade que esse povo de terreiro ainda tem, né? [...]Olha, eu não tenho dúvida que o que me motivou a mim e a todos os religiosos, terreiros de Umbanda e Candomblé, a preservar aqui, não tenha dúvida que são o que pauta o nosso culto, ou seja, essa fé que nos move e o meio ambiente [...] a pedra em si, a mata que ali existe, a água (PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ ENTREVISTADO 1, 2021).

Eu não aceito. A pedra já foi muito degradada por pessoas que não sabe cultivar a natureza. Um pastor pegar 100 quilos de sal, 300 quilos de sal e jogar num Otá! Isso não existe. Eu abri um BO na delegacia 13ª [...]Precisamos sim acabar com essa intolerância, essa palavra intolerância religiosa[...] eu trabalho, fico junto por Xangô, eu tenho um amor ao grande rei, ave Maria (PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ ENTREVISTADO 2, 2021).

Então, eu digo que essa tolerância veio por conta que ela sabia, reconhecia a ancestralidade dela, ela optou por ser evangélica, mas isso não a fez uma pessoa intolerante e nem por isso ela negou toda a herança que nós temos, tanto que eu digo: o que sou hoje é porque minha mãe me ensinou (PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ ENTREVISTADO 3, 2021).

Segundo Silva (2019, p.18), “a saída do isolamento e a adoção de estratégias coletivas como a denúncia legal e a organização para reivindicação de seus direitos, são os mecanismos utilizados pelo povo de terreiro para evitar o desaparecimento dessa cultura”. A religião afro-brasileira é o que sustenta e configura o aparato discursivo e cultural que articulou os diversos terreiros, e não só do Candomblé, mas também da Umbanda, na luta pelo direito à cidade como espaço sagrado, mítico, de realização de cerimônias aos orixás. Como estratégia, o povo de santo levou as cerimônias para a rua, primeiro com a *Lavagem da Pedra de Xangô*, transformada depois em um ato estritamente religioso, com o *Amalá*<sup>25</sup> de Xangô, fazendo surgir a *Caminhada da Pedra de Xangô*. Contra a implosão da pedra também se articularam

<sup>25</sup>Amalá: caruru de quiabos, com farinha de arroz ou de mandioca, comida de Xangô.

movimentos ambientalistas e comunitários da região de Cajazeiras, além da Fundação Gregório de Matos, órgão municipal de fomento à política cultural de Salvador. Em 2021, foi realizada a *Fogueira de Xangô*, em 29 de junho (Figuras 21 e 22), e uma cerimônia afro-brasileira de casamento, em 10 de julho (Figura 23), reafirmando o caráter religioso do espaço público.

FIGURA 21 – FOGUEIRA DE XANGÔ



FONTE: A autora (2021)

FIGURA 22 – FOGUEIRA DE XANGÔ



FONTE: A autora (2021)

FIGURA 23 – CASAMENTO AFRO-BRASILEIRO



FONTE: Pedra de Xangô (2021)

Conforme citado por autoridades e representantes do povo de santo presentes à cerimônia da *Fogueira de Xangô*, a luta pelo parque se deu pela articulação de um tripé composto pelo poder público, sociedade civil e academia. O Quadro 4 apresenta uma síntese das articulações identificadas, mas sem pretensão de esgotá-las.

QUADRO 4– CRONOLOGIA DE ARTICULAÇÕES NO PROCESSO DO PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ

(continua)

DATA	AGENTES	ESTRATÉGIA / INSTRUMENTOS	ARTICULAÇÃO
2005	EMBASA Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER)	Executar o planejamento urbanístico de Salvador, implantando a Avenida Assis Valente e lagoas de estabilização, sendo preciso implodir a Pedra de Xangô	Programa Sanear
2005	População	Ocupação da área do entorno da Pedra de Xangô com fins de moradia	Habitação
2005	Lideranças comunitárias Ramalho de Souza Barreto	Convocação do povo de santo para se mobilizar contra a implosão da pedra Ramalho se acorrenta à pedra, em vigília contra a implosão e cria a Associação de Proteção à Pedra do Ramalho, dando seu nome a ela Apresentação à CONDER de projeto de preservação da pedra por seu valor simbólico religioso	CONDER Povo de santo Movimento de Unidade Democrática de Salvador (MUDE)
2009	Povo de santo Nações Ketu, Angola e Jeje Moradores Movimentos sociais de Cajazeiras Colégio Estadual Renan Baleeiro Fundação Gregório de Matos Cajaverde Associação Pássaro das Águas	Realizar um ritual de Candomblé na Pedra de Xangô aliada à uma caminhada, que primeiro foi a Lavagem da Pedra de Xangô e depois se tornou a Caminhada da Pedra de Xangô	Candomblé Poder público estadual e municipal
2014	Povo de santo	Ampliar a representatividade na Caminhada da Pedra de Xangô, envolvendo outras religiões como combate à intolerância religiosa	Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) Conselho Ecumênico Baiano de Igrejas Cristãs (CEBIC) Movimento Focolares
2014	Evangélicos Neopentecostais	Atentado à pedra, com derrame de 200 quilos de sal e envolta em sacos plásticos	Intolerância religiosa
2014	Comunidade Movimentos por moradia Grileiros	Ocupação ilegal da área para habitação Acionar o poder público para a retirada dos invasores da área	Irmandade Religiosa de Ojés, Ogans e Tatas (SIOBÁ)

(continua)

<b>DATA</b>	<b>AGENTES</b>	<b>ESTRATÉGIA / INSTRUMENTOS</b>	<b>ARTICULAÇÃO</b>
2014	Povo de santo à nível nacional	Acionar órgãos públicos denunciando o atentado à pedra, com relatório entregue ao Ministério da Justiça da República Denúncia na imprensa, dando visibilidade ao caso Ato de desagravo na Pedra de Xangô Envolver a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (SEPROMI)	Ministério da Justiça da República Imprensa SEPROMI
2014	SEPROMI	Reunião de representantes de órgãos públicos municipais e estaduais para desenvolver ações conjuntas de proteção à Pedra de Xangô Ações imediatas: limpeza da área, iluminação, reforço na segurança e identificação dos autores Criação do Fórum Permanente em Defesa da Pedra de Xangô	Esfera estadual: Secretaria de Cultura (SECULT) Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) Fundação Pedro Calmon (FPC) Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI) Polícia Militar (PM) Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM) CONDER Esfera municipal: Secretaria Municipal de Reparação (SEMUR) Secretaria de Cidade Sustentável (SECIS) Fundação Gregório de Matos (FGM) Representantes das religiões afro-brasileiras
2014	Fórum Permanente em Defesa da Pedra de Xangô	Aula Pública Pedra de Xangô - Nzazi - Sogbô - território sagrado, dentro do Projeto História e Memória da População Afrodescendente, do Centro de Memória da Bahia/Fundação Pedro Calmon Visita técnica à Pedra de Xangô por órgãos públicos e sociedade civil	Fundação Pedro Calmon Sociedade civil Órgãos públicos

(conclusão)

<b>DATA</b>	<b>AGENTES</b>	<b>ESTRATÉGIA / INSTRUMENTOS</b>	<b>ARTICULAÇÃO</b>
2015	SEPROMI	Desativação do fórum, por desinteresse da nova gestão da secretaria	Desativação do Fórum Permanente em Defesa da Pedra de Xangô
2015	SECIS Movimento ambientalista Movimento Negro Associação de moradores Povo de santo	Permanência do fórum e desenvolvimento de ações: cartografia dos lugares sagrados e diagnóstico socioambiental preliminar, que subsidiou a proposta de criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal Assis Valente e do Parque em Rede Pedra de Xangô, que foram incorporadas ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador; apresentação do documento e solicitação da criação das Unidades de Conservação (UC) à Câmara de Vereadores	CBPM Academia Câmara de Vereadores
2015 a 2017	Associação Brasileira de Preservação da Cultura Afro-ameríndia (AFA) Associação Pássaros das Águas	Solicitação de tombamento da pedra ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), sendo negado por não atender aos critérios definidos na Lei Estadual de Tombamento Nova solicitação, desta vez ao município Tombamento da Pedra de Xangô e de 17 hectares do entorno, considerado sítio histórico do antigo Quilombo Buraco do Tatu – Decreto Municipal n. 28.434, de 05/05/2017	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) Câmara Municipal FGM Lei de Preservação do Patrimônio Cultural do Município (8.550/2014)

FONTE: A autora (2021)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do engajamento afetivo e político de diferentes agentes nas lutas dos parques estudados foi permeada por energias individuais e coletivas diversas, na maioria convergentes, mas também divergentes como a cisão entre os movimentos em prol do Parque Augusta quando da apresentação do acordo de transferência do terreno. No entanto, aqueles que defendiam o parque compactuavam de imaginários comuns de futuro: o direito à cidade em sua dimensão de Festa, embora contraditórios em como seria a forma de ocupação entre autogestão e atividades culturais e um espaço de contemplação aos moldes dos parques no estilo europeu da região. Por meio das entrevistas, os engajados espelharam seus lugares de produção do real e da luta, que advém da existência, experiências e comportamentos de cada um deles em suas trajetórias de vida pela e na cidade que almejam continuar tendo o direito de ocupar para lazer, fruição e manutenção do simbólico. Assim, a todo momento articulam, desarticulam e rearticulam redes em prol de objetivos coletivos. A oficialização dos parques foi a materialidade dessas mediações afetivas, como sugere Grossberg (2012).

No Parque Augusta, moradores, arquitetos e urbanistas, advogados, artistas, ambientalistas de várias faixas etárias e frequentadores ou não do espaço verde urbano se colocaram no lugar de agentes da produção da luta, elaborando aparatos discursivos, seja na mediação dos contatos mais próximos ou pelas redes sociais, alcançando o objetivo de mobilização em prol da oficialização do parque público. O discurso de preservação da única área verde no centro de São Paulo, espaço para fruição sem prédios, 100% verde, sustentou a luta e orientou as mediações que ocorreram junto a órgãos públicos, com mobilização de afetos, com vitória sobre o capital especulador do mercado imobiliário.

No Parque em Rede Pedra de Xangô, o aparato discursivo teve um viés cultural muito forte, pautado pela religiosidade afro-brasileira e histórico pela área que foi ocupada pelo Quilombo Buraco do Tatu. Os rituais do povo de santo e a cosmovisão na qual a natureza está presente com grande força foram as energias articuladoras que, em espiral, envolveram ainda ambientalistas, acadêmicos e órgãos do governo voltados à cultura e à igualdade racial. Formado o tripé habitantes, academia e poder público, potencializou-se o afeto, assegurando o espaço público para a manifestação

religiosa do povo de santo, já tão perseguido e tolhido em sua existência como exigência de reparação histórica.

O direito à cidade veio à tona nos mapas de importância, sendo o planejamento urbano sem a participação e o controle social um aspecto que colocou em disputa os espaços urbanos dos parques. Por outro lado, foi pelos próprios instrumentos do planejamento como o Estatuto da Cidade, por exemplo, que as soluções se deram, evidenciando a norma como instrumento de luta, mais do que como instrumento tácito de efetivação de políticas públicas. Os territórios sofreram ainda disputas associadas à imposição da ordem hegemônica, configuradas na exploração imobiliária, mas, a partir da participação e do controle social ausentes no planejamento urbano e convocados pelos afetos engajados politicamente, foi possível prevalecer a afirmação do direito à cidade em sua dimensão de Festa. Citando Grossberg (2012), a dimensão do afeto é poderosa, desconcertante e até perturbadora, vencendo o capital em São Paulo e transbordando do terreiro os rituais religiosos e levando-os para o espaço público em Salvador.



## **ARTIGO 3 – AGENDAS E DISPUTAS NA CONSTRUÇÃO DE TERRITORIALIDADES AFETIVAS**

### **RESUMO**

A reforma urbana nos tempos atuais vai além das lutas e resistências por direitos básicos como a habitação, sua gênese. As demandas instituem agendas que passam a contemplar o direito à cidade em sua plenitude, não só incluindo, mas destacando a dimensão de Festa, aqui estudada e apresentada na forma de espaços públicos e privados transformados em parques municipais. Por meio dos estudos de caso do Parque Augusta, em São Paulo/SP, e do Parque em Rede Pedra de Xangô, em Salvador/BA, este artigo discute as trajetórias dos movimentos engajados afetiva e politicamente nas disputas, apresentando, sem esgotar todo o histórico das lutas, suas agendas, agentes, táticas e estratégias. As trajetórias são analisadas conforme propõe Viveiros (2020), por eixos mobilizadores transversais de direito à cidade e sua interação entre escalas e do processo de mútua constituição da sociedade civil e do Estado a partir das interações, articulações, convergências, divergências e conflitos. Esse olhar ainda ocorre por meio de categorias que analisam a formação e a articulação dos agentes; a construção de princípios éticos políticos e a formação de identidade coletiva; das arenas e disputas de agendas; e a disputa de léxico na política urbana.

**Palavras-chave:** Direito à cidade. Festa. Parque. Reforma urbana. Territorialidades.

## INTRODUÇÃO

A trajetória da formação e articulação dos agentes sociais engajados na luta pelo direito à cidade no Brasil, desde os anos 1960, com destaque para a atuação de movimentos de moradia, da Igreja Católica progressista e intelectuais ligados à pauta urbana é longa, tensa e carregada de contradições (VIVEIROS, 2018). Essa construção, inicial, entremeada pelas lutas e processos pela redemocratização do país, estava orientada principalmente para a conquista da moradia e construção de direitos nos territórios e se ampliou na perspectiva de luta pelo direito à cidade de uma forma mais abrangente, agregando outras agendas no seu percurso. Uma delas é considerar o direito à cidade em sua dimensão de Festa (LEFEBVRE, 2001), possibilitando a apropriação e fruição no espaço público, como destaca o prefácio do livro *Direito à cidade e hegemonia: movimentos, articulações e disputas no Brasil e no mundo*:

Mas o direito à cidade está também colocado enquanto utopia experimental, os lugares do possível, os espaços favoráveis à felicidade, como concebeu o próprio Lefebvre, sinalizando um contínuo fazer da cidade, com possibilidade intrínseca de carga transformadora (VIVEIROS, 2020, p.14).

As lutas pela reforma urbana questionaram as estruturas de poder existentes e avançaram principalmente no plano jurídico e político, resultando, por exemplo, nos capítulos relativos à política urbana na Constituição Federal de 1988; na criação do Estatuto da Cidade, em 2001; e na criação e implantação do Ministério das Cidades, em 2003, dentre outras conquistas. Ao mesmo tempo, outras dimensões seguem em construção (e retrocesso), gerando estruturas e forças que organizam a vida cotidiana, perpassada pelo poder econômico, social, cultural e político. Esse arcabouço legal constitui-se como marco regulatório para o direito à cidade que, no entanto, sem a participação e controle social abre brechas para que tanto o Estado quanto interesses do capital hegemônico apliquem suas táticas e estratégias em defesa de agendas que na maioria desconsideram as pautas sociais e muitas vezes agravam os problemas sociais, como se verifica hoje no contexto da pandemia de COVID-19 e nas tentativas de desmonte da política urbana, social e outras pela gestão do governo federal de Jair Messias Bolsonaro (PSL/PP).

O que se percebe, décadas depois, é que o ideário da reforma urbana traçado no início dos anos 1960 e reafirmado em 1986 na defesa de “uma nova ética social,

que condena a cidade como fonte de lucros para poucos em troca da pobreza de muitos” (VIVEIROS, 2018, p. 73) ainda vigora e está na pauta dos novos arranjos dos movimentos em defesa do direito à cidade. Este se expandiu da luta pela moradia e pela infraestrutura, abarcando também o desejo pelo espaço público, pelo meio ambiente, e inscrevendo, cada vez mais, a dimensão cultural. As formas de engajamento afetivo e político da sociedade às causas também se alteraram, bem como a organização dos movimentos implicados nas lutas, muitos agora formados como coletivos culturais, com formatos mais flexíveis, menos hierárquicos e muitas vezes fluidos e fugazes, quando se trata de uma causa específica, que, uma vez resolvida, dissipa a mobilização e as articulações. Esses formatos e arranjos mais recentes das lutas sociais pelo direito à cidade requerem o exame, sobretudo como territorialidades que constroem “possibilidades de afirmação e transformação da sociedade urbana – e disputa de hegemonia” (VIVEIROS, 2020, p. 29).

Sobre a dissipação dos movimentos e dos ativistas quando da conquista de suas lutas, após a inauguração do Parque Augusta<sup>26</sup>, em 06/11/2021, alguns expressaram pelo Facebook o sentimento do engajamento afetivo, da união e o fim da “batalha”:

Foi muita e muita gente lutando cada um dentro das suas possibilidades, qualidades e com muita garra. E a soma da força, persistência e muito ideal, acabou dando certo. Outros parques também estão lutando e espero que consigam logo a sua implantação. Ana Dulce Pitan Maraschin (FACEBOOK/IBEREMELLO, 2021).

Acredito que agora os encontros serão mais eventuais mesmo, pois não precisamos mais lutar tanto, podemos descansar e passear, sem a obrigação de estarmos todos juntos ao mesmo tempo, como era preciso antes. Mas acho que tb tive um sentimento próximo do que imagino ter sido o seu. Tem um fenômeno interessante que acontece com alguns soldados quando voltam da guerra: eles podem sentir-se descolados e saudosos da guerra, mesmo com seus horrores, pois tão intenso quanto as batalhas é tb o vínculo que criaram entre si. Vínculo que pós guerra não se sustenta e causa essa saudade de quando ele ainda existia. Daniel Silva (FACEBOOK/IBEREMELLO, 2021).

Para estudar os processos das disputas pelo direito à cidade em sua dimensão de Festa, nos casos do Parque Augusta, em São Paulo, e Parque em Rede Pedra de

---

<sup>26</sup>Após a morte de Bruno Covas, prefeito de São Paulo, em cuja gestão foi assinado o acordo com a Setin e Cyrela para a transferência do terreno para a municipalidade, o vereador Rodrigo Goulart (PSD) apresentou projeto de lei para homenageá-lo, batizando o parque com seu nome. A proposta teve adesão de outros 38 vereadores, de 15 diferentes partidos, sendo sancionada lei e publicada em 16/09/2021. A atitude foi criticada pelo movimento em prol do Parque Augusta, que questiona a legitimação dos anos de luta e o oportunismo político, sendo que neste trabalho a referência será apenas e somente Parque Augusta.

Xangô, em Salvador, são adotadas as categorias analíticas sugeridas por Viveiros (2018, 2020). Tratam-se de dois eixos mobilizadores que atuam de forma transversal nas conexões e contradições das disputas: 1. direito à cidade na interação entre escalas; 2. direito à cidade no processo de mútua constituição da sociedade civil e do Estado (VIVEIROS, 2020). Essas dimensões visam explicitar as interações de articulações instituídas pelo engajamento afetivo e político dos agentes e destes com a priorização de agendas em disputas, bem como perpassa as relações da sociedade civil com o poder público, entendendo a cidade como “uma obra aberta, expressão do encontro entre cultura e política” (VIVEIROS, 2020, p.31).

A análise de Viveiros (2020) propõe ainda a aplicação de quatro categorias: 1. formação e articulação dos agentes; 2. construção de princípios éticos-políticos e a formação de identidade coletiva; 3. arenas e disputas de agendas; 4. disputa do léxico da política urbana. Em ambos os estudos se evidencia uma agenda central, a defesa do direito à cidade em sua dimensão de Festa, como preconiza Lefebvre (2001). Neste artigo, a ênfase será dada às disputas por dentro do Estado, em processos políticos e jurídicos.

Conhecer os espaços de disputa é imprescindível para o entendimento dos processos de luta e resistência, relações, mediações e tensões contra-hegemônicas pelo direito à cidade. A estrutura e a organização desses espaços, os critérios e as hierarquias de acesso, os espaços de decisão interferem e orientam a atuação dos agentes sociais e suas estratégias e táticas. “[...] as condições estruturais e conjunturais das arenas, postas (ou impostas), nas quais se inserem ou dialogam, os agentes sociais definem agendas e criam estratégias e táticas na busca de reconhecimento, pactuação e assimilação” (VIVEIROS, 2018, p. 53).

É certo que as agendas em confronto são muito específicas em cada um dos casos e implicaram em distintas interações de escalas e processos entre sociedade civil e Estado. Em São Paulo, interesses imobiliários de grandes incorporadoras colocaram-se em evidência e diante de suas investidas de poder hegemônico foram construídas as pautas de resistência e luta daqueles que desde a década de 1970 tinham assegurado o direito de uso do espaço público, o qual já entendiam ser um parque.

Era um parque. Havia uma passagem entre as ruas Caio Prado e Marquês de Paranaguá, eu disse pro meu pai, escuta, tem um parque ali, ali embaixo

naquele quarteirão, antes da Marquês de Paranaguá. Ele disse não e aquele terreno vai ser um hotel, um hotel de categoria internacional, que o prefeito Jânio Quadros já disse que derrubaram o prédio<sup>27</sup> e que vai ser um hotel, então é muito caro esse terreno, então não será um parque. Eu disse, que pena, tão fantástico, é um parque, tá pronto. Aí passaram-se anos, o prefeito Jânio Quadros realmente fez um documento, como municipalidade, um decreto<sup>28</sup>, dizendo que lá dentro da área só poderia ser construído um prédio para hotel e de categoria internacional, e que o resto seria livre, com uma área livre, como um parque pra população (ENTREVISTADO 1, 2021).

No caso da Pedra de Xangô, ações de desenvolvimento urbano, conduzidas sem participação e controle social, criaram as condições de evidenciação do conflito e ensejaram a mobilização dos moradores de Cajazeiras e, principalmente, o engajamento efetivo e simbólico do povo de santo em torno do Otá sagrado dedicado aos orixás e caboclos. Toma-se como ponto de partida para as disputas no território a demanda por habitação e a implantação de política pública para atendê-la, a qual promoveu a desapropriação na região chamada Miolo<sup>29</sup> de Salvador para a implantação do Complexo Habitacional Cajazeiras, por meio do Decreto Estadual n. 24.922, de 20/10/1975, sendo o Plano Urbanístico Integrado Cajazeira datado de 1978, sob coordenação da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CEDURB).

O projeto compreendia 16 milhões de m<sup>2</sup>, construção de sete bairros, sendo articulado à consolidação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), com a oferta de conjuntos habitacionais, infraestrutura e serviços públicos como forma de ordenar o uso e a ocupação do solo e inibir a ocupação espontânea (SANTOS, 2021), sendo considerado “um dos principais eixos metropolitanos do planejamento da cidade de Salvador” (ALMEIDA, 2005, p. 31). A disputa de léxicos na política habitacional, estudada por Almeida (2005), apontou que na década de 1970 o planejamento estatal visava a solução para

---

<sup>27</sup> O prédio em referência é o Palacete Uchôa, demolido em 1974.

<sup>28</sup> Jânio Quadros teve mandato de 1985/1988, antes de sua gestão o poder público havia publicado outros decretos relativos ao Parque Augusta: Decreto Municipal n. 9.238/1970, decreta o terreno como de utilidade pública e sobre os imóveis serem objeto de futura desapropriação para preservação da área verde e funcionamento de instituições culturais; Decreto Municipal nº 10.766/1973, alínea a, art. 1º, não ultrapassar 10% de desmatamento da área verde preservada; Decreto Municipal n. 10.954/1974 revoga o de 1970, de utilidade pública e apresenta condicionantes previstas no Decreto Municipal nº 10.766/1973, para preservação de área verde e celebrar Termo de Compromisso; Decreto Municipal 15.645/1979 altera o Decreto de 1973, retira a definição de flexibilizar as potencialidades edificantes, preserva integralmente as áreas verdes; Lei Municipal nº 10.365/1987 protege toda a área verde do parque; Decreto Municipal nº 37.794/1999 acrescenta artigo ao Decreto de 1973 para fechamento com grades de proteção nos portões de acesso e horário regulamentado de abertura.

<sup>29</sup> Área compreendida entre a avenida Paralela e a BR 324, sentido Leste/Oeste, até a represa do Ipitanga, ao Norte.

a ordem urbana em detrimento ao “caos urbano”, da “desordem urbana”, dos “males sociais” e do “crescimento desordenado das cidades” (ALMEIDA, 2005, p. 32).

No entanto, a práxis social e urbana, a morosidade da burocracia estatal, deixaram evidentes que a região de Cajazeiras, constituída bem antes da inauguração dos conjuntos habitacionais em 1982, estava fora de compasso com o planejamento e execução das ações públicas, como destaca Almeida (2005):

Cajazeiras é um exemplo real do jogo político, que, dentre outras coisas, produz a ineficiência do poder público frente a carência habitacional, da especulação imobiliária; bem como resulta também da crise do financiamento da construção e dos novos movimentos urbanos, que colocam em cena atores na disputa pelos espaços, sujeitos invisíveis até então (ALMEIDA, 2005, p. 17-18).

Ao longo das décadas, em cada etapa das lutas para que os espaços se transformassem em parques municipais públicos, a agenda foi se configurando e reconfigurando, exigindo novas escalas de articulações e relações, sejam elas com o Estado, a academia ou novos agentes sociais, tanto em nível local quanto nacional e internacional. Dessa forma, as estratégias e as táticas adotadas por cada um dos agentes/ movimentos acompanharam as necessidades impostas a cada tempo, evidenciando a “agregação de forças, ampliação dos repertórios e dos sentidos das disputas, além do aporte de distintas compreensões sobre o direito à cidade” (VIVEIROS, 2020, p. 42).

Partindo da agenda orientada pelo direito à cidade, as territorialidades do Parque Augusta e do Parque em Rede Pedra de Xangô configuradas nas disputas, cada um nas suas especificidades, têm no direito à cidade um ideário articulado à fruição no espaço urbano e ao simbólico sagrado como recursos à defesa do público e do coletivo e, especificamente, do espaço público. Este, dotado de valores historicamente construídos na relação da população com os elementos da natureza que perduram, das lutas e resistências dos povos escravizados e nativos no Brasil, da religião e da ancestralidade afro-brasileiras.

Em seu livro *O direito à cidade*, Henri Lefebvre indica que a própria cidade é uma obra, que ganha sentido de espaço apropriado para a festa cujo uso principal das ruas, praças, edifícios e monumentos deveria ser a Festa. A obra tem valor de uso, com riquezas aplicadas sem nenhuma outra vantagem além de prazer e prestígio, em contraposição ao valor de troca, que tem na cidade capitalista a vantagem de acumulação de riquezas.

No direito à cidade em sua dimensão de Festa, a centralidade cultural ganha evidência, no entanto, o capitalismo que tem ela como lugar de consumo e consumo de lugar prevalece (LEFEBVRE, 2001). “Parques de diversão, jogos coletivos de todas as espécies persistem nos interstícios da sociedade de consumo dirigida, nos buracos da sociedade séria que se pretende estruturada e sistemática, que se pretende tecnicista” (LEFEBVRE, 2001, p. 131). Nesse contexto, os espaços de reunião que davam sentido à Festa morrem ou vão se perdendo, transformados pela sociedade de consumo. Uma outra centralidade se destaca, a lúdica, para restituir o sentido da obra, onde o tempo, inscrito e escrevendo o espaço, tem prioridade sobre o espaço.

Lefebvre (2001) aponta que é no sistema urbano que se dão os conflitos entre o valor de uso – a cidade, a vida urbana, o tempo urbano - e o valor de troca – os espaços comprados e vendidos, o consumo de produtos, dos bens, dos lugares e dos signos:

Entre mobilização da riqueza (em dinheiro, em papel) e o investimento improdutivo na cidade, entre acumulação do capital e sua dilapidação nas festas, entre a extensão do território dominado e as exigências de uma organização severa desse território em torno da cidade dominadora. Esta última se protege contra qualquer eventualidade através da organização corporativa que paralisa as iniciativas do capitalismo bancário e comercial. (LEFEBVRE, 2001, p.14).

Os casos estudados trazem que, tanto em São Paulo quanto em Salvador, os conflitos se deram considerando essas premissas trazidas por Lefebvre, que tem a cidade como arena dessas interações (LEFEBVRE, 2001). Ele traz o sentimento, no caso o amor pela cidade, como o que leva os grupos ao conflito entre a centralidade capitalista e a centralidade lúdica, com suas multiplicidades de relações e contradições, entre a riqueza e a pobreza, entre poderosos e oprimidos; esse afeto que, como afirma Grossberg (2012), articula e mobiliza e também desarticula e rearticula sentidos e propósitos. Sodré (2019) aponta a potência da rua como espaço de impulso de criatividade, sua característica de espírito livre e por isso tão temerária pelo poder hegemônico, tanto do Estado quanto do capital, como espaço da vida cotidiana e da produção simbólica, “lugar de uma atmosfera emocional ou afetiva – *éthos*” (SODRÉ, 2019, p. 148, grifo do autor).

## TERRITÓRIOS E RESISTÊNCIAS

Os territórios, tanto do Parque Augusta quanto do Parque em Rede Pedra de Xangô, têm as gêneses de seus processos históricos de territorialização relacionados, principalmente, ao espaço em suas dimensões da geografia e da geologia. Para Raffestin (1993), o espaço geográfico é apoio, substrato, palco preexistente ao território. O território, na sua abordagem, é construído a partir da apropriação do espaço: “é o espaço transformado historicamente pelas sociedades” (RAFFESTIN, 1993 apud SAQUET; SPOSITO, 2008, p.78). Em torno da manutenção desses espaços – o bosque de Mata Atlântica no Parque Augusta como território verde no centro de São Paulo e o rochedo, no Parque em Rede Pedra de Xangô como território sagrado do povo de santo – é que se deram os movimentos contra-hegemônicos de luta e resistência afetiva e política que culminaram na oficialização, pelo Estado, das áreas em parques públicos promovendo o direito à cidade em sua dimensão de Festa.

O terreno que ocupa parte do quarteirão formado pelas ruas Marquês de Paranaguá, Augusta e Caio Prado, no bairro da Consolação, região central de São Paulo, em 1902 passou das mãos da família Uchôa para a titularidade das Cônegas da Ordem de Santo Agostinho<sup>30</sup>. No local foi instalado o Colégio des Oiseaux, para mulheres da elite paulistana. Lá estudaram personalidades como Ruth Cardoso, Marta Suplicy, Patrícia Galvão (Pagu) e Zélia Gattai<sup>31</sup>. O bosque era um lugar de contemplação e meditação das religiosas e alunas, estando aberto ao público em geral para que também assim desfrutasse, trazendo a centralidade lúdica e sagrada para o espaço.

A configuração do território do Parque em Rede Pedra de Xangô se deu a partir da formação rochosa de cerca de 8 m de altura x 30 m de diâmetro, com data estimada em 2 bilhões de anos, tempo geológico, localizada na Avenida Assis Valente, área remanescente de Mata Atlântica, mata ciliar de pequenos riachos, pântanos e afluentes em grotões e vales, fazendo limite sul com a Área de Proteção Ambiental (APA) Joanes-Ipitanga, na sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Itapuã, região de Cajazeiras, Salvador. A pedra é elemento importante na cosmovisão africana, lugar

<sup>30</sup>A Associação Instrutora da Juventude Feminina era a mantenedora do Colégio des Oiseaux.

<sup>31</sup>“Atrás da escola das meninas ricas, a famosa Des Oiseaux onde estudaram figuras conhecidas da elite paulistana como Marta Suplicy e Ruth Cardoso, estava a escola onde Zélia estudava, a escola das meninas pobres, sem nome, cuja entrada não era a elegante porta principal da rua Caio Prado, mas um portão nos fundos do terreno, com entrada pela rua Augusta” (VANNUCHI, 2021, p. 214).



sagrado de culto a vários orixás, o principal deles Xangô, permanecendo essa característica nas religiões afro-brasileiras. Na região, o terreiro mais antigo, Ilê Axê Omí Karê Lewi, foi instalado em 1939, no bairro Fazenda Grande IV, mas antes disso, o rochedo conhecido anteriormente como Pedra do Buraco da Onça era refúgio, se tornando território de resistência tanto de quilombolas quanto dos habitantes originários, os índios Tupinambás.

Para Saquet (2008), a compreensão do espaço geográfico como território perpassa por processos culturais inerentes às relações de poder como as identidades simbólico-culturais, juntamente com as relações econômicas e políticas, as redes e a natureza exterior do homem. (SAQUET, 2008apud SAQUET; SPOSITO, 2008). No caso do Parque Augusta, o simbólico-cultural trazido pelos coletivos engajados afetiva e politicamente na luta e resistência do movimento contra-hegemônico tem centralidade lúdica na figura de um parque público, com projeto coletivo e gestão popular, para lazer, cultura e todas as dimensões implicadas. A partir dos estudos arquitetônicos para a elaboração do projeto, feitos pelo arquiteto Samuel Kruchin, revelou-se também a dimensão do sagrado estabelecido pelas Cônegas da Ordem de Santo Agostinho na área de contemplação do bosque (TAPERA TAPERÁ, 2018). No Parque em Rede Pedra de Xangô, a religiosidade afro-brasileira deixa evidente que o simbólico-cultural é a dimensão sagrada e sua relação com a natureza. Segundo Sodré (2019), o ordenamento simbólico da comunidade afro-brasileira se dá por sua identidade de grupo, suas marcas que imprimem a relação dela com a terra, o céu, as árvores, os rios e com outros seres humanos. Dessa maneira, escreve a história da cidade, “que é o espaço exclusivo e ordenado das trocas” (SODRÉ, 2019, p.24). A partir dessa integração indissociável, o movimento reivindica e transforma o território em Área de Proteção Ambiental Municipal Vale da Avenida Assis Valente e, posteriormente, no parque em rede, cujo projeto desvia a avenida para preservar o Otá que, em 2005, era “uma pedra no meio do caminho” e seria implodida.

Nas trajetórias, as agendas, as arenas, as estratégias e as táticas acionadas nas disputas, os enfrentamentos e as conquistas foram constituídos por mediações econômicas – incorporadoras e expansão imobiliária da cidade – e das políticas públicas – legislação urbanística e ambiental, programas e projetos – envolvendo a sociedade e o Estado. Também contou com a aplicação, por parte do capital e do Estado, de diferentes estratégias conforme demandas das várias etapas das disputas desenhando-se uma “ideologia desterritorializante dos livres fluxos mercantis, que

procuram acabar com as territorialidades culturais, com o enraizamento, com as relações físicas e sagradas entre o indivíduo e seu espaço circundante” (SODRÉ, 2019, p.28).

Analisando o conjunto de agentes, articulações e arranjos envolvidos nas disputas, é possível identificar que os processos tiveram envolvimento de diferentes indivíduos e organizações sociais (instituições) públicas, privadas e não-governamentais com suas normas, regras, objetivos, princípios, representações e características econômicas, políticas e culturais em múltiplos arranjos sociais e territoriais. Conforme classificação de Raffestin (2003), referenciado por Saquet e Sposito (2008), nota-se que o Parque Augusta e o Parque em Rede Pedra de Xangô têm as características de territórios do cotidiano e das trocas, mas preferencialmente, de territórios de referência e sagrado. No território de referência predomina o caráter “histórico e imaginário, é material e imaterial (memória individual e/ou coletiva); é território a que se habitou ou se conhece através de leituras e lembranças, que podem ser afetivas ou conflituosas”. E o território sagrado é aquele que está “ligado diretamente à atuação das igrejas (religiões) [...] São campos de força estabelecidos historicamente por relações de controle e influência política e/ou sagrada” (RAFFESTIN, 2003 apud SAQUET; SPOSITO, 2008, p. 85, grifo do autor).

Para a comunidade afro-brasileira, como destaca Sodré (2019), o patrimônio simbólico tem relação com a memória cultural. Desprovidos de seu território físico, os africanos têm na diáspora a possibilidade de se reterritorializar, ocorrendo por meio do patrimônio simbólico e religioso, das festas, danças e musicalidade. Soma-se a esse processo a cosmogonia que integra a terra, sua fertilidade e ciclo da vida, ao ritmo do universo como dimensão do sagrado. “Cada linhagem africana faz da terra, portanto, objeto de desejo, tanto por motivos de sobrevivência material quanto simbólicos” (SODRÉ, 2019, p. 53). Essa linhagem, explica Sodré (2019), é o conjunto das relações de ascendência e descendência regidos por uma ancestralidade definida não só biologicamente, mas também política, mítica e ideologicamente e traz a dimensão coletiva: “Patrimônio é algo que remete à coletividade, ao anti-individualismo” (SODRÉ, 2019, p. 71).

Os territórios de resistência do Parque Augusta e Parque em Rede Pedra de Xangô estão vinculados aos coletivos culturais e ambientais, terreiros de candomblé, academia e toda pessoa que foi tocada pelo imaginário da dimensão lúdica e sagrada que os espaços urbanos de Mata Atlântica proporcionam. Esses agentes sociais

instituíram, marcaram e definiram a base das relações sociais (PORTO-GONÇALVES, 2001 apud ZIBERCHI, 2015). “Se não fosse dessa maneira, se esse sujeito não encarnasse relações sociais diferentes, contraditórias com a sociedade hegemônica, não haveria necessidade de se criarem novas territorialidades” (ZIBERCHI, 2015, p. 38). E essas relações perpassam pela auto-organização dos agentes sociais e pelo afeto, conforme postula Ziberchi (2015, p.45).

## PARQUE AUGUSTA 100% PÚBLICO: NÃO VAI TER PRÉDIO!

O terreno de 23.733 m<sup>2</sup>, composto por duas matrículas registradas no 5º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, localizado no quarteirão entre as ruas Marquês de Paranaguá, Augusta e Caio Prado, esteve no centro da disputa entre os moradores que, desde 1975, tinham assegurado o acesso à área de mata em escritura pública, Termo de Compromisso e Retificação de Termo de Compromisso assinados entre seus proprietários, Associação Instrutora da Juventude Feminina, Teijin do Brasil Importação e Exportação Ltda. (Figura 24) e Consolação Hotéis e Turismo Ltda, e a Prefeitura Municipal<sup>32</sup>. Os documentos previam o cumprimento de seus termos pelos signatários e seus sucessores a qualquer título na propriedade.

FIGURA 24 –TEIJIN EXPONDO SUA PROPRIEDADE DO TERRENO



FONTE: Arnaldo/Estadão(2021)

É possível identificar algumas escalas do direito à cidade na interação entre os agentes da sociedade civil, organizada ou não, destes com o Estado, entre os agentes econômicos do setor de incorporações imobiliárias e destes com o Estado, tendo estas ocorrido majoritariamente no âmbito municipal, mas com desfecho intermediado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo/Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital. Por parte do poder hegemônico exercido pelas empresas e sua capacidade de rivalizar a cidade na relação com sociedade civil, querendo fazer

<sup>32</sup> Matrícula nº 12.952 (7.600m<sup>2</sup>), com Termo de Compromisso assinado com a municipalidade em 13/08/1974; Matrícula nº 12.953 (16.133 m<sup>2</sup>), com Termo de Compromisso assinado com a municipalidade em 25/08/1975 e Instrumento de Rati-ratificação do Termo de Compromisso, assinado em 04/09/1986.

prevalecer o valor de troca sobre o de uso, o histórico da exploração imobiliária do terreno ganha destaque. A Associação Instrutora da Juventude Feminina, mantenedora do Colégio des Oiseaux, que funcionava no Palacete Uchôa (Figura 25), construído em 1902, aliena 7.600 m<sup>2</sup> para a Cedro do Líbano Empreendimentos Ltda, em escritura firmada em 22/11/1968. Em função do crescimento da região que levou à verticalização na rua Augusta e aumento no tráfego de veículos, as Cônegas da Ordem de Santo Agostinho resolveram transferir o colégio para o Morumbi, bairro distante e para onde estava se deslocando a elite paulistana, inaugurando o Colégio Nossa Senhora do Morumbi (VANNUCHI, 2020, p. 217).

FIGURA 25 – PALACETE UCHÔA – COLÉGIO DES OISEAUX



FONTE: Milton/Estadão (2021)

Como parte das estratégias das incorporadoras para a produção imobiliária está um tipo de investimento de maior porte, com a mobilização de capital de grandes investidores interessados em lucrar com nesse mercado. A Cedro do Líbano Empreendimentos Ltda. então se transforma em sociedade anônima, passando a ser denominada Companhia Paranaguá de Empreendimentos, em 15/06/1972, posteriormente a Paranaguá Empreendimentos Ltda, em 11/01/1976. No mesmo ano, em 11 de dezembro, a titularidade da propriedade passa para a Teijin do Brasil Importação e Exportação Ltda. Cabe destacar ainda a figuração, nos documentos, da Enbasa – Engenharia e Comércio S/A como promitente compradora do terreno e a Teijin Ltda., sediada em Tóquio, Japão, sendo representada pela Teijin do Brasil (SÃO PAULO, 2016).

A pretensão das incorporadoras era instalar, no terreno, um conjunto turístico com hotel e dependências, cujo projeto deveria considerar o estabelecido no Decreto

Municipal n. 9.238/70, de 30/12/1970, que havia decretado a propriedade como de utilidade pública e orientava quanto à preservação da área verde. No entanto, o poder público municipal não chegou a efetivar a expropriação do imóvel. Um novo decreto, n. 10.766/73, de 07/12/1973, dispôs sobre a preservação das áreas verdes e livre utilização pública, levando às titulares na época, Associação Instrutora da Juventude Feminina e Teijin do Brasil<sup>33</sup>, a assinar dois Termos de Compromisso, um para cada matrícula do imóvel, com o Município de São Paulo se comprometendo a uma série de obrigações<sup>34</sup> para que pudessem realizar o empreendimento:

1º) a construir no aludido terreno um conjunto turístico constante de hotel e respectivas dependências; 2º) dar ao imóvel em questão exclusivamente a destinação prevista neste termo. Em consequência, obriga-se ainda: a) a não ultrapassar com as edificações a taxa de ocupação máxima de 25% do imóvel, admitida a altura suficiente para que a área construída total corresponda ao limite permitido pela Lei para a zona 5 do Município com finalidade de hotelaria; b) a manter, em toda integralidade, a área verde existente, preservando a, ampliando-a e submetendo-a a tratamento adequado de acordo com as mais modernas técnicas de concepção paisagística, isolando a inclusive, para a sua proteção, durante a construção; c) observado o projeto, a não abater nenhuma árvore existente no local, mesmo doente ou por qualquer motivo condenada, sem prévia e expressa autorização do Município, a ser dada por seu Departamento de Parques ou outro órgão competente, o qual deverá manifestar-se no prazo de 15 dias a contar da data do pedido respectivo; d) a projetar de forma que os estacionamentos e a circulação de veículos de passageiros ou cargas bem como o abastecimento e remoção de lixo, na área não construída possam ser feitos livremente para atendimento do hotel, sem qualquer embaraço e sem prejuízo para a conservação e manutenção da área verde referida no item 'b' deste acordo, e de modo a não causar ou agravar dificuldades de tráfego nas ruas Marquês de Paranaguá e Caio Prado, providências essas já exigidas pela Lei 8.006/73; e) a permitir a utilização da área verde pelo público em consonância com a utilização de hotel de categoria internacional a ser construído no local; f) integrar no projeto a praça central da área verde do parque, sem qualquer obstrução à sua normal ventilação, de tal forma que o acesso de pedestres à praça se realize sem perda de continuidade entre as áreas verdes e edificação, e se efetue pelas ruas Marquês de Paranaguá e Caio Prado, sendo utilizado um sistema estrutural que permita atingir esse objetivo; g) a construir um edifício que contenha fundamentalmente uma parte habitacional e uma parte operacional e destinadas a contatos culturais, sociais e comerciais dos hóspedes e demais usuários do conjunto que será integrada profundamente ao parque, em constante contato, tanto visual como físico, com árvores e as paisagens; h) a efetuar as construções rigorosamente de acordo com as exigências legais fixadas para a zona da sua situação; 3º) O inadimplemento de qualquer das obrigações ora assumidas pela Associação e especialmente das mencionadas na cláusula 2a deste termo de compromisso, sujeitará o proprietário ou promitente comprador legalmente investido na posse do imóvel ao pagamento da multa até o valor do terreno onde se situa a área verde, na época de sua imposição, sem qualquer

---

<sup>33</sup>Nesse Termo de Acordo configura ainda a Enbasa – Engenharia e Comércio S/A como titular. Quando da assinatura do Instrumento de Re-ratificação do Termo de Compromisso de 29/08/1975, em 14/09/1986, além da Teijin do Brasil, a Consolação Hotéis e Turismo Ltda configurava como proprietária da área.

<sup>34</sup>As obrigações dos termos são as mesmas, para as duas matrículas.

prejuízo do embargo das obras e de outras medidas administrativas ou judiciais cabíveis, a exclusivo critério do município, quanto a sua escolha e aplicação e sem prejuízo ainda das medidas civis ou criminais cabíveis em relação aos responsáveis diretos e indiretos pelo descumprimento das aludidas obrigações, salvo as hipotecas devidamente comprovadas, de caso fortuito ou força maior; 4º) o presente compromisso obriga a todos os seus termos a Associação e seus sucessores a qualquer título na propriedade do imóvel; 5º) a Associação obriga-se a requerer ao respectivo registro imobiliário a averbação do inteiro teor do presente instrumento à margem das transcrições 45.162 e 17.942 dos Cartórios de Registro de Imóveis 1a e 5a Circunscrições desta Capital. Face ao presente termo de compromisso, e o atendimento das exigências do decreto municipal nº 10.766/73, competirá à PMSP a revogação do decreto municipal 9.238/70. Assinam este termo a Enbasa – Engenharia e Comércio S/A, pelos promitentes compradores do terreno, bem como a Teijin do Brasil Industrial, Comercial e Agropecuária Ltda. por si e como representante da Teijin Ltd., Tóquio, Japão, empresários que constituirão o Conjunto Turístico, todos manifestando-se de inteiro acordo com os termos aqui expressos e obrigando-se a cumpri-los. Este ajuste ficará sem efeito na hipótese de não ser aprovado o Projeto de construção de Hotel e Conjunto Turístico, nos termos das diretrizes básicas já apresentadas à Prefeitura, juntamente com o requerimento de que resultou este termo. CERTIFICA mais, que o terreno situado na confluência das Ruas Caio Prado e Marquês de Paranaguá, foi matriculado sob n. 12.952, neste Registro, conforme cópia reprográfica anexa. (g.n.) (SÃO PAULO, 2016, fls. 5-6)

Uma vez estando a ocupação máxima restrita a 25% do imóvel e tendo que preservar a mata, as incorporadoras, em 1974, lançam mão do Palacete Uchôa, colocando abaixo (Figura 26) a obra projetada pelo arquiteto francês Victor Dubugras para abrir espaço para o projeto do conjunto hoteleiro. Na pesquisa documental não foi localizada informação a respeito da data precisa da demolição, nem do motivo das empresas não terem concluído o empreendimento. Durante esse período, o terreno foi explorado comercialmente para estacionamento, começando na década de 1970 e seguindo pelas seguintes, com registro de locação de 01/07/1989, para Metropark Estacionamentos e Garagens S.C. Ltda. (Figura 27), incorporada em 1993 pela Unipark Estacionamentos e Garagens S.C. Ltda, e depois à Patropi Estacionamentos (SÃO PAULO, 2016). Outra locação, entre 1985 e 1987, foi para o Projeto SP, uma casa de espetáculos sob a lona de circo que recebeu atrações como Titãs, Camisa de Vênus, Capital Inicial, Lulu Santos, Paralamas do Sucesso, Blitz, Milton Nascimento e atrações internacionais como Stanley Clarke (ENTINI; LEITE; BATISTA, 2021, não paginado).

FIGURA 26 – DEMOLIÇÃO DO PALACETE UCHÔA



FONTE: Palermo; Lucio (2021)

FIGURA 27 – EXPLORAÇÃO DO TERRENO COM ESTACIONAMENTO



FONTE: Arnaldo/Estadão (2021)

Em setembro de 1996, o imóvel foi vendido para Armando Conde e sua esposa, Linda Lilly Conde. Filho do fundador do Banco de Crédito Nacional (BCN), formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), Conde atuou na instituição bancária até o final da década de 1990, quando saiu e se dedicou ao mercado de incorporações e loteamentos, por meio da Conde Desenvolvimento Imobiliário Ltda (EVILSON, 2019). Segundo matéria da revista Veja São Paulo (2016), Conde era ainda sócio da Setin Empreendimentos Imobiliários Ltda, para quem passou a posse do terreno em setembro de 2013, em conjunto com a Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações<sup>35</sup>.

<sup>35</sup>O acordo judicial que põe fim a Ação Civil Pública, quem assina pelas incorporadoras Setin e Cyrela são, respectivamente, a Flamingo Investimentos Imobiliários Ltda e a Albatroz – Investimentos Imobiliários Ltda.



Segundo matéria publicada pela revista *Época*, em 20/07/2010, com o título *Ex-banqueiros sob investigação. Banco Central intima os antigos donos do BCN e Banco Garantia para esclarecer suspeita de fraudes cambiais de US\$ 1,7 bilhões*, a construção da fortuna da família Conde se fez “a partir de sólidas relações políticas” (NOGUEIRA; ALBERTO JÚNIOR; ROCHA, 2010, sem paginação), quando o Brasil passava pela reforma do sistema financeiro nacional. No início dos anos 1970, Pedro Conde era o vice-presidente da Associação dos Bancos de São Paulo e Armando Conde dirigente do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro. O BCN chegou a figurar na lista das 10 maiores instituições bancárias do país, com Pedro Conde integrando o Conselho Monetário Nacional (CMN). Nos governos federais de João Figueiredo e de José Sarney foi conselheiro do Palácio do Planalto e de ministros da Fazenda. A trajetória de Pedro Conde entra em declínio no mundo financeiro quando se associa a Naji Nahas em uma especulação na bolsa que resulta em quebra de vários investidores. Em 1997, o BCN foi vendido ao Bradesco e Pedro se volta ao mercado imobiliário, assim como o irmão havia feito antes (NOGUEIRA; ALBERTO JÚNIOR; ROCHA, 2010).

Sobre a demolição do Palacete Uchôa, importante destacar que a prática foi adotada mais tarde pelas tradicionais famílias paulistas, que ostentavam suas riquezas construindo belos casarões na Avenida Paulista. Na noite de 20/07/1982, a cidade de São Paulo viu começar a desmoronar parte de sua história. Escavadeiras descaracterizaram dois casarões, na sequência mais um, o de Josephina Lotaf, conhecido como a casa mourisca, cuja família se recusou a receber a notificação da Secretaria de Cultura que informava sobre a possibilidade de tombamento. Os ataques na calada da noite levaram até o secretário à época fazer vigília nos imóveis, mas não adiantou, dentre os 31 casarões com previsão de tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), 24 viraram lembranças, dentre eles a Mansão Matarazzo. A família Conde, proprietária de um imóvel construído em 1932, no número 1125, optou pela demolição racional sendo erguido no terreno o prédio do Citibank (PONTES, 2013).

A história marcante de demolição dos casarões da Avenida Paulista feita pelos proprietários durante a noite para evitar o tombamento pelo poder público e, dessa maneira, deixá-los impossibilitados de negociações no mercado imobiliário com altos rendimentos se cruza com a do Parque Augusta. Foi a partir desse episódio de 1982 que as leis de tombamento passaram por revisão e, em 1984, os advogados Modesto

Carvalhosa e o historiador Benedito Lima de Toledo ajudaram a criar a Lei de Transferência de Potencial Construtivo (PONTES, 2013), utilizada como solução para o imbróglgio entre as incorporadoras Setin e Cyrela e a Prefeitura de São Paulo visando passar o terreno para a municipalidade.

Preocupado com o destino do parque, até então assim reconhecido pelo poder público municipal que nominava dessa forma a área de mata do terreno nos decretos de utilidade pública, um morador tomou a iniciativa de solicitar tombamento junto ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP). Para dar mais força ao pedido, ele se articulou com os moradores do entorno para que assinassem um abaixo-assinado. Em 20/06/1994, por meio do Protocolo CONPRESP nº 175/94, iniciava a saga pela preservação dos remanescentes construtivos e arbóreo do Parque Augusta. Sem retorno sobre o andamento do processo, em 31/10/1997, o cidadão registra o Protocolo nº 528/97 solicitando informações, as quais somente em 09/09/2001 foram dadas por meio do Ofício nº 935/2001, indicando que fora aberto o processo de tombamento. Este ocorreu por meio da Resolução de Tombamento nº 23, em 2004, das construções remanescentes do Colégio des Oiseaux, datado da primeira década do século XX, e do maciço arbóreo, delimitando o gabarito de edificações no lote do bosque para até 36 metros e no lote adjacente, de até 45 metros, e qualquer construção adjacente ao bosque deveria estar a 10 metros. Essa delimitação da área de preservação somada às restrições construtivas já existentes no terreno contribuiu para fazer crescer o imaginário de um parque sem prédio e 100% público.

O mesmo CONPRESP, em 2006, por meio de decisão administrativa, havia negado autorização a Armando Conde para a construção de um hipermercado (MARQUÊS JÚNIOR, 2019). Na sequência, um novo projeto, dessa vez para a construção de três torres, sendo duas residenciais e uma comercial, é aprovado por unanimidade na 439ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 09/09/2008. Além dos trâmites legais visando à aprovação para início do empreendimento, as estratégias usadas pelo proprietário envolveram abordagens junto aos ativistas, visando a ludibriá-los e conquistar seus apoios. Sobre essa atuação, seguem depoimentos:

Mas sou ativista [...] eles vinham me procurar pra construir diversas coisas e, em 2004, eles tentaram fazer na área um hipermercado [...] a rua Augusta não comporta aquilo, é uma via pequena, e então a gente bateu muito contra

isso [...] o Eduardo Jorge<sup>36</sup> fez uma audiência pública e o dono do terreno foi, o dono do terreno na época era o Armando Conde, ex-banqueiro [...] e ai eu cheguei a falar: senhor Armando, se eu fosse dona dessa área eu doaria pra a cidade de São Paulo isto, e teria um parque, meu parque com meu nome pro resto da vida, o senhor entraria pra a história, ele me fez até um gesto horrível, dizendo: aqui pra você, e disse bem assim: não, eu quero meu dinheiro, e vai ter parque, e vai ter construção. E tinha ido também um arquiteto famoso aqui de São Paulo, professor da USP, ele me mostrou um projeto pra hipermercado e ele me disse: você escolhe se prefere janelas arredondadas, uns quatro alambrados, escolhe, vai ficar lindo e o fundo fica pra você encher de verde, e a gente dizia: o senhor não entendeu nada, nós queremos um parque 100% verde, um parque inteiro e nenhuma construção lá dentro, ponto (ENTREVISTADO 1, 2021).

[...] eles vieram pra cima de mim com tudo, ai começam aquelas questões paralelas, um desses escritórios que defendia as construtoras, tinha uma colega minha de faculdade, de classe, que falou: não podemos conversar, porque teve o discurso, aquele discurso, você quer fazer sua história, mas eu não posso ficar conversando aqui não [...] ai pronto, eu sei dizer que se por isso ou por outros assuntos, essa colega minha [...] saiu da advocacia, foi morar num sítio, foi embora, [...] não sei se foi coincidência ou não [...] ai eles falaram: não, nós vamos construir prédios, mas vamos deixar as árvores [...] ai eu comecei a sofrer uma certa perseguição [...] e comecei a temer pela minha integridade física (ENTREVISTADO 3, 2021).

O terreno adquirido pela quantia de R\$ 3,9 milhões, em 1996, após o projeto das três torres aprovado, foi repassado à Flamingo Investimentos Imobiliários Ltda e a Albatroz – Investimentos Imobiliários Ltda, em setembro/2013, rendendo a Armando Conde e sua esposa, R\$ 27,3 milhões. Da transação constava uma cláusula de retrovenda, com prazo de 24 meses, prorrogável por mais 12 meses, caso as incorporadoras “não obtivessem aprovação de empreendimentos imobiliários residencial e comercial imaginados para o local” (MARQUÊS JÚNIOR, 2019, p. 94). Os novos proprietários entraram, então, com um projeto no CONPRES, em substituição ao aprovado em 2008, para a construção de três edifícios, sendo um com 45 metros de altura e um deles no terreno de matrícula nº 12.953, junto aos itens tombados em 2004 (MARQUÊS JÚNIOR, 2019).

Sobre o interesse das incorporadoras na região, Vannuchi (2020) destaca em sua tese de doutorado que a revitalização do centro de São Paulo ganha força e articulação em 1991, quando foi fundada a Associação Viva o Centro. A disputa pela agenda da produção imobiliária empresarial ganhou escala internacional com a entidade, que era formada por agentes sociais representantes do capital, em sua maioria proprietários de imóveis na área em foco, sendo “fundamental o papel

---

<sup>36</sup>Eduardo Jorge, filiado ao Partido Verde (PV), foi titular da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, de 2005 a 2012, durante as gestões dos prefeitos José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e Gilberto Kassab, do Partido da Frente Liberal (PFL).

hegemônico desempenhado pelo Banco de Boston” (FRUGOLI JR, 2001, p. 34). Nas palavras de Henrique de Campos Meirelles, à época presidente da Associação Viva o Centro e do Banco de Boston no Brasil, durante o debate *A degradação ambiental da avenida Paulista*, em 10/03/1994,

O movimento de Boston, por exemplo, que eu olhei com bastante cuidado – o de Barcelona também -, mas no caso de Boston era impressionante: o centro de Boston estava pior que o de São Paulo, e voltou a ser hoje o centro de fato da cidade, vital do ponto de vista econômico, cultural etc. O centro de Boston chegou a ser chamado na época de *combat zone*, isto é, zona de combate, onde tinha drogas, criminalidade, prostituição, não se passava à noite etc. E hoje em dia não, é a região onde as pessoas moram, dá para ir ao cinema, dá para passear, comprar, trabalhar etc. Evidentemente que lá o aporte financeiro do setor público é de outra ordem, mas os propósitos do movimento foram mais ou menos nessa mesma direção. (FRUGOLI JR, 2001, p. 34-35)

Frugoli Jr (2001) aponta como tática da Associação Viva o Centro para a proposta de revitalização da região colocar o centro tradicional como estratégico para a vida metropolitana e São Paulo como uma “cidade mundial”, sobretudo “ao empresariado estrangeiro, que se dirige à cidade para a realização de negócios, sem falar na presença crescente de turistas etc.” (FRUGOLI JR, 2001, p. 37). Outra linha de ação da entidade foi a produção de conhecimento, por meio da realização de pesquisas, workshops e seminários e edição de publicações periódicas e pronunciamentos à imprensa. Na análise de Frugoli Jr (2001), o conhecimento produzido por esse arcabouço deveria ser olhado tanto do aspecto de conexões e prática concreta de revitalização no âmbito de interesse da região central da cidade quanto de um “discurso ideológico, que dê substrato a intervenções cujos resultados neguem seus pressupostos, atingindo sobretudo as camadas populares” (FRUGOLI JR, 2001, p. 39). Nesse sentido, a Associação Viva o Centro se utilizou da estratégia de construção de uma identidade de região voltada aos interesses capitalistas, disputando léxicos da política urbana.

Retomando a agenda e as arenas de disputas entre mercado imobiliário e a sociedade civil, aqui representada pela população interessada no Parque Augusta 100% público e sem prédios, mediadas pelo Estado, Marquês Júnior (2019) relaciona entre os atos legais e administrativos favoráveis aos ativistas que ocorreram de forma simultânea as alienações do terreno, além dos citados, a inclusão do parque no Plano

Diretor Estratégico (PDE) de 2002 e a promulgação da Lei Municipal n. 15.941/2013<sup>37</sup>, assinada pelo prefeito Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 23/12/2013, criando o Parque Augusta. Houve ainda a revisão do PDE, permitindo o enquadramento da área do Parque Augusta como Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM).

Mesmo concordando com Vannuchi (2020) de que o Estado, em um modelo neoliberal, se torna favorável para os negócios “incentivando investimentos e garantindo o retorno dos atores privados, seja com práticas de desregulamentação urbanística, seja com incentivos fiscais, seja pela transferência do fundo público” (VANNUCHI, 2020, p. 47) como ocorreu com as agendas da Associação Viva o Centro, o que se constatou no caso do Parque Augusta foi que a luta e o engajamento transpassaram várias matizes ideológicas e políticas. Por ser uma luta de décadas, o movimento interagiu com a gestão de Paulo Maluf (ARENA), prefeito biônico da ditadura militar que sancionou o primeiro decreto em favor da área, em 1970, até Bruno Covas (PSDB), que assinou o acordo judicial pondo fim à disputa e transferindo para a municipalidade a área para a implantação do parque, em 10/08/2018. Destacou-se no período dois mandatos de perfil de esquerda, comandados pelo PT, com Marta Suplicy (2001/2004) e Fernando Haddad (2013/2016). No entanto, a pauta dos ativistas pelo direito à cidade em sua dimensão de Festa não foi atendida em sua plenitude, apenas encaminhada pelos governantes como a publicação de decreto de utilidade pública do terreno para área verde, mas não a sua efetivação. Ou ainda a prática dos gestores públicos, observada durante a pesquisa, de avançar nas demandas do movimento, mas não as efetivar por completo, como foi o caso do prefeito Fernando Haddad, que criou o parque no papel no primeiro ano de mandato, mas não o implantou. Decerto que no caso do Parque Augusta a soma de recursos para a aquisição do terreno era alta e o orçamento municipal disputado pelos vários setores de gestão urbana.

Outros aparatos discursivos e jurídicos foram acionados pela sociedade civil, organizada em coletivos sejam de ativistas, associações ou culturais, ou por iniciativa particular como a do advogado Silvio Rodrigues, que moveu uma ação popular antes

---

<sup>37</sup>Advindo do Projeto de Lei nº 345/2006, de autoria dos vereadores Aurélio Nomura (PSDB), Juscelino Gadelha (PSB), Cel. Camilo (PSD), Cel. Telhada (PSDB), Floriano Pesaro (PSDB), Gilson Barreto (PSDB), Mário Covas Neto (PSDB), Patrícia Bezerra (PSDB), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Young (PPS) e Toninho Vespoli (PSOL).

da expiração do prazo do Decreto de Utilidade Pública (DUC). Antes de entrar com a ação, foi preciso que o prefeito Fernando Haddad confirmasse o desinteresse em implantar o parque. Por meio da imprensa, o gestor declarou que se tivesse os R\$ 100 milhões necessários para efetivar o parque, investiria em creches, não sendo o espaço público uma prioridade (ZANCHETTA, 2013, sem paginação).

E eu vi também que o [...] Decreto de Utilidade Pública [...] determinava que a Prefeitura policiasse o parque, né? Ia prescrever numa quinta-feira, [...] e se prescrevesse, pô, não ia ter mais DUC, não ia ter mais nada, ia ser liberado [...] para as construtoras construírem [...] o empreendimento delas [...] eu sem saber o que tava acontecendo; como eu cheguei de última hora, o que a gente pode fazer é entrar com uma Ação Popular, mas como eu não tinha contato com os ativistas [...] eu sozinho entrei com a Ação Popular, mas pra entrar com a Ação Popular eu precisava que a Prefeitura se manifestasse formalmente dizendo: não, não vamos fazer o parque, e nessa época o Prefeito era o Haddad, que foi meu colega de faculdade, [...] já tinha visitado ele quando ele era Ministro da Educação, aí ele falou assim: você vai entrar com essa ação contra o Haddad? Eu falei: não, eu vou entrar com a ação contra o prefeito, que no caso é ele, fazer o que? Paciência [...] eu tinha que ter a manifestação expressa do prefeito dizendo que não na segunda, na terça eu entrei, na quarta distribuí, aí na quinta a suspensão do DUC não foi, tive que ir contra o prefeito, contra a Câmara de Vereadores, o presidente da Câmara pra que votasse, assim em regime de urgência, urgentíssima, o decreto do parque (SILVIO RODRIGUES, 2021).

O CONPESP colocou em pauta a aprovação de projetos de intervenção em bens protegidos na 574ª Reunião Ordinária, realizada em 10/09/2013; no entanto, o advogado Silvio Rodrigues informou previamente ao órgão a existência da Ação Popular e destacou os impedimentos legais para liberação do projeto. Esta acaba ocorrendo em janeiro de 2015, mas, conforme alerta o Organismo Parque Augusta (OPA) no seu perfil do Facebook (Figura 28), as incorporadoras ainda teriam que tramitar a proposta por outros órgãos públicos até o alvará de construção.

FIGURA 28 – NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE APROVAÇÃO DO CONPESP



FONTE: Parque Augusta (2015)

Em 12/04/2016, o Ministério Público do Estado de São Paulo, por meio da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital, promoveu uma Ação Civil Pública contra as incorporadoras Setin e Cyrela e o município de São Paulo. Na petição inicial foram discorridos os fatos históricos de violações à legislação ambiental aos bens tombados e os processos de licenciamento dos empreendimentos solicitando apuração das eventuais irregularidades e omissões administrativas. No documento são citados o OPA e a Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores do Bairro Cerqueira César (SAMORCC) como sociedade civil organizada na luta e resistência pelo parque. A pesquisa bibliográfica e os entrevistados apontam para a importância do engajamento do promotor Silvio Antônio Marquês para o desfecho do caso do Parque Augusta.

Silvio Marquês foi quem rastreou a fortuna desviada para paraísos fiscais pelo então prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. Entre 1993 e 1996, saíram dos cofres da prefeitura mais de US\$ 300 milhões, sendo que a Prefeitura propôs uma ação nas Ilhas Jersey, em 2012, tendo ganho e repatriado US\$ 33 milhões. Em um acordo firmado entre o Ministério Público de São Paulo e o Deutsche Bank, a instituição financeira alemã pagou ao poder público municipal US\$ 18 milhões a título de indenização por danos morais e coletivos causados à população, sendo o recurso destinado à construção de creches, em 2014. Em fevereiro de 2015, outros acordos por danos morais coletivos, desta vez com os bancos UBS e Citibank, renderam R\$ 63 milhões à Prefeitura em função do desvio de recursos das obras da Avenida Águas Espraiadas e do túnel Ayrton Sena. Segundo o promotor Silvio Marquês, em coletiva de imprensa para anunciar o acordo, o dinheiro seria usado para a compra do terreno do Parque Augusta. Fernando Haddad alertou, entretanto, para a necessidade de abrir mais vagas em creches e que seria necessário avaliar as prioridades da cidade (DINHEIRO..., 2015).

Com valor venal da área do parque em R\$ 128 milhões, o recurso do acordo seria insuficiente para a compra junto à Setin e Cyrela, sem contar a disputa de aplicação de recursos na educação, conforme desejava Haddad (Figura 29). Foram várias as rodadas de negociações entre Prefeitura, incorporadoras, movimentos sociais e Ministério Público, intercaladas por mobilização em prol do Parque Augusta até sua conclusão em 2018. Nesse período, acabou a gestão de Fernando Haddad e assumiu João Agripino da Costa Doria e os ativistas temeram pelo pior em função de suas ligações com as construtoras estampadas nas colunas sociais, como em 2014,

quando a Cyrela celebrou os 14 anos de carreira como artista plástica de sua esposa, Bia Doria em “badalado evento (que) contou com a presença de personalidades” (CYRELA..., 2016, não paginado).

FIGURA 29 – MANIFESTAÇÃO NA PREFEITURA DE SÃO PAULO



FONTE: Parque Augusta (2015)

Finalmente, em 10/08/2018, foi encerrada a Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público de São Paulo, à qual foram agregados além da Prefeitura, Setin e Cyrela, a SAMORCC, Movimento Ecológico (MOVIECO), Associação de Moradores e Amigos do Bairro da Consolação e Adjacências (AMACON), Gilberto Natalini<sup>38</sup> e Silvio Rodrigues (autores populares) pondo fim a todos os processos abertos. A solução encontrada foi o Município emitir uma Declaração de Potencial Construtivo Passível de Transferência, com doação dos imóveis. O acordo previu ainda, em contrapartida, que Setin e Cyrela pagassem ao Município o valor de R\$ 9.850.000,00, sendo R\$ 6.250.000,00 para as obras de implantação do parque, construção de um boulevard na rua Gravataí, ligando-o à praça Roosevelt. Outros R\$ 2 milhões seriam aplicados na manutenção do espaço, com prazo de dois anos e R\$ 1.600.000,00 para obras da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

<sup>38</sup>Gilberto Natalini teve cinco mandatos como vereador, entre 2000 e 2020, tendo ocupado o cargo de secretário municipal do Verde e do Meio Ambiente. Foi filiado ao PSDB até 2010, quando ingressa no Partido Verde (PV).



A Transferência do Direito de Construir (TDC) é um instrumento jurídico e político estabelecido pelo Estatuto da Cidade e adotado no PDE, aprovado em 2014, em São Paulo. O instituto permite que o proprietário de um imóvel considerado de interesse público, como o terreno do Parque Augusta, pudesse transferir ou alienar para outra área o potencial construtivo originalmente previsto. De acordo com a Lei Municipal nº 16.050/2014, a TDC pode ser acionada para a proteção de imóveis tombados e de significativo valor histórico e cultural, execução de melhoramentos viários e implantação de corredores de ônibus, realização de programas de regularização fundiária e provisão de Habitação de Interesse Social (HIS), implantação de parques municipais e proteção de áreas verdes particulares. No entanto, desde a criação, sua utilização para parques municipais ocupava “uma posição coadjuvante no universo emergente das TDC” ganhando destaque com o Parque Augusta, se revelando “uma empreitada valiosa e surpreendentemente rentável para o mercado privado de potencial construtivo” (SOUZA; PERETTO; SEO; 2019, p. 1).

Em artigo publicado em 29/01/2015, em seu *blog*, a urbanista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Raquel Rolnik, contrapunha alguns argumentos contrários à ideia defendida pelo movimento em prol do Parque Augusta 100% público e sem prédios, sendo um deles relativo ao direito de os proprietários implementarem o que quiserem no terreno apontando a TDC como solução para o caso, uma vez que estava assegurada no PDE, e por ser a área do parque, uma ZEPAM.

Os proprietários têm o direito de implementar o projeto que quiserem lá, afinal, são os donos do terreno.

Não. Em primeiro lugar, porque a Constituição Federal, que prevê o direito de propriedade, também afirma que a propriedade deve cumprir com uma função social. Ou seja, proprietários não podem fazer o que bem querem em seus terrenos, seus empreendimentos devem atender à função social que é definida no plano diretor de cada cidade. Além disso, há muito tempo a legislação urbanística de São Paulo separa o direito de propriedade do direito de construir. Sendo assim, mesmo sendo donos do espaço, os proprietários não precisam necessariamente utilizar o direito de construir no seu próprio terreno, esse direito pode ser transferido para outro local da cidade. A transferência do potencial construtivo é o nome técnico do instrumento, previsto no Plano Diretor, que confere aos proprietários de áreas destinadas para preservação ambiental – a área do Parque é uma Zona Especial de Preservação Ambiental (Zepam)! – o direito de utilizar ou vender para alguém que o utilize o potencial construtivo não utilizado ali, para outros terrenos da cidade. Essa é, a meu ver, a melhor solução para viabilizar o Parque Augusta sem que seja necessário que a Prefeitura gaste milhões de reais com desapropriação: os proprietários transferem o potencial e doam o terreno para

a Prefeitura, contribuindo com a construção de uma cidade agradável para todos (ROLNIK, 2015, sem paginação).

Apesar de seu caráter inovador e disciplinar para as primeiras experiências da TDC no Brasil, a Lei Municipal n. 9.725/1984 teve uma única finalidade: a preservação de determinados imóveis protegidos, fato que “acabou contribuindo para uma caracterização da TDC sobretudo como instrumento de proteção ao patrimônio histórico” (SOUZA; PERETTO; SEO, 2019, p. 3). A Lei Municipal n. 12.349/1997 reforçou esse aspecto quando vinculou e circunscreveu a possibilidade de aplicação aos imóveis tombados, com valor histórico e cultural e, mais tarde, com as Leis Municipais n. 13.430/2002 e n. 13.885/2004, que instituíram o PDE e a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. De 2002 a 2014 foram emitidas 39 Declarações de Potencial Construtivo Passível de Transferência e 48 transferências de potencial construtivo efetivadas, sendo apenas uma com finalidade diferente à preservação de imóveis tombados (SOUZA; PERETTO; SEO, 2019).

A partir de 2014, com ajustes no PDE, a TDC foi atualizada, ampliando as suas finalidades o que, provavelmente, fez aumentar as solicitações, chegando, em quatro anos, a 152 imóveis tombados com declaração emitida e 36 transferências de potencial construtivo de imóveis demarcados como Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC). Por meio da Lei Municipal n. 16.402/2016, legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, o regramento do PDE-2014 foi complementado em uma “tentativa de equilibrar e controlar o potencial construtivo que passou a ser disponibilizado no mercado particular” (SOUZA; PERETTO; SEO, 2019, p. 7). No entanto, a revisão permitiu a multiplicação de tal potencial construtivo, na modalidade doação para implementação de parques, sendo este o caso aplicado ao Parque Augusta, analisado à luz do Decreto Municipal n. 58.289/2018, que garantia celeridade ao processo de análise da TDC.

A TDC do Parque Augusta foi com doação do terreno de 23.733 m<sup>2</sup> para a Prefeitura Municipal, com garantia às incorporadoras da possibilidade de uso e alienação de aproximadamente 3.400 m<sup>2</sup> de potencial construtivo, correspondendo a 14% da área do terreno. Como ressaltam SOUZA, PERETTO e SEO (2019), à primeira vista poderia parecer desvantagem para a Setin e Cyrela tal quantitativo, mas ele é exponencialmente multiplicado a depender do bairro onde a transferência será efetivada.

De acordo com as projeções e simulações feitas no bojo deste artigo, os aproximados 3.400 m<sup>2</sup> de potencial construtivo garantido às incorporadoras se multiplicam enormemente quando efetivamente transferidos para outros imóveis. Por exemplo, caso a transferência fosse feita integralmente para empreendimentos residenciais localizados na Subprefeitura da Vila Mariana, os mesmos 3.400 m<sup>2</sup> poderiam se transformar em mais de 200.000 m<sup>2</sup>. Caso a transferência fosse feita integralmente para uma Subprefeitura com menos oferta de infraestrutura pública e, portanto, com valores de referência da OODC<sup>39</sup> mais baixos, como é o caso da Vila Prudente, os 3.400 m<sup>2</sup> poderiam corresponder a quase 600.000 m<sup>2</sup> (SOUZA; PERETTO; SEO, 2019, p. 7).

Apesar de conquistado o direito ao Parque Augusta, a solução dada que permitiu a multiplicação do potencial construtivo foi questionada por alguns ativistas, mas a doação foi efetivada. Como salienta Vannuchi (2020), o modelo neoliberal do Estado, apesar da tentativa de solução à reivindicação do movimento em prol do parque, foi totalmente favorável para o capital, mantendo a ordem distante hegemônica. Isso ficou evidenciado ainda nos corretores que se colocavam às portas do Parque Augusta, entregando folhetos de lançamentos de imóveis na região, se aproveitando da valorização que o espaço público trouxe.

No processo de luta e resistência pelo Parque Augusta, além das estratégias apresentadas acima, o movimento se utilizou da ocupação da área do parque e das ruas com festa para promoção do direito à cidade em sua dimensão de Festa. O imaginário coletivo foi construído no final de 2013 e anos seguintes, de forma mais intensa durante a ocupação do parque quando nele houve a realização de duas edições de festivais e outras atividades lúdicas, culturais, artísticas e de educação, levando milhares de pessoas a conhecer aquele “parque já pronto”, reforçando o sentimento de pertencimento àquela mata que desde os anos 1970 era frequentada pela população. Outra estratégia do Organismo Parque Augusta (OPA) foi promover a discussão sobre qual imaginário de parque os agentes desejavam por meio de debates, assembleias, fóruns e pesquisa, além da utilização das redes sociais como Facebook e Instagram para a mobilização e formação identitária do movimento. Outras escalas foram acionadas, com a luta pelo espaço público se integrando a movimentos como o em prol da defesa dos índios Guarani e do Parque do Bixiga.

---

<sup>39</sup>Outorga Onerosa do Direito de Construir.

## **PEDRA DE XANGÔ: LUGAR SAGRADO AFRO-BRASILEIRO CONSTRUINDO REDES**

As disputas em torno da Pedra de Xangô trazem à tona a questão do planejamento urbano quanto à habitação, ao saneamento e à mobilidade, entrelaçada pela preservação ambiental, patrimonial e cultural, o direito ao culto religioso com matriz africana e o direito à cidade em sua dimensão de Festa (LEFEBVRE, 2001), com espaços públicos destinados à cultura. Na linha do que coloca Sodré (2019), os projetos de desenvolvimento urbano encaminhados pelo Estado não se realizam de forma participativa e assim se distanciam da realidade histórico-cultural das populações, inclusive aquelas mais diretamente afetadas, ao contrário, trazem a centralidade dos interesses do capital.

A visão positivista do futuro, que tem alimentado a ideia ocidental de progresso, costuma ser antiterritorial ou antiecológica, por deixar-se reger inteiramente pela lógica da quantidade, aquela implícita na rentabilidade das economias de escala. Num país como o Brasil, isso tem graves consequências, quando se examinam as relações do Estado e das grandes empresas com os territórios e suas comunidades. Os planos de desenvolvimento ou industrialização revelam-se incapazes de apreender a realidade histórico-cultural das populações (das tribos indígenas às pequenas comunidades pobres) no que diz respeito às relações com o meio ambiente, a terra e os recursos naturais (SODRÉ, 2019, p. 154).

A ocupação urbana de Salvador iniciou-se pela região voltada para a Baía de Todos os Santos, onde se encontra o Centro Histórico e, ao longo dos tempos, se expandiu sentido Norte, pela faixa litorânea atlântica, mantendo-se o Miolo com características rurais. Em Cajazeiras e região localizava-se um “conjunto de fazendas na antiga zona rural de Salvador [...], o verde predominava, os cheiros de mato e de terra exalavam no ar”, rememora Maria Alice Pereira da Silva, cujos tios mantinham um matadouro em Águas Claras que, na década de 1970, era o “responsável pelo abastecimento de carne bovina de toda a cidade de Salvador” (SILVA, 2019, p.14).

Com a criação, pelo Governo do Estado, da CEDURB, em 1976, o órgão passa a desenvolver o planejamento integrado para as cidades de médio porte, incluindo planos diretores, projetos integrados e o planejamento habitacional. Entram em pauta três grandes projetos - Projeto Urbanístico Integrado Cajazeira<sup>40</sup>, Projeto Urbanístico

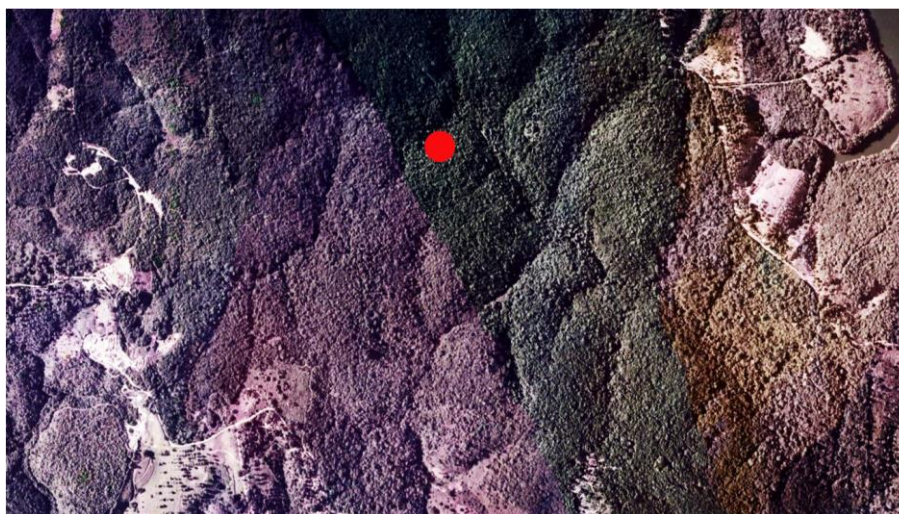
---

<sup>40</sup>Pela pesquisa identificou-se que o bairro Cajazeiras, no plural, se refere ao conjunto de empreendimentos habitacionais que levam esse nome e um número e que o projeto urbanístico estava no singular.

Integrado Caji e Projeto Urbanístico Narandiba - para darem “soluções permanentes para o grave problema da moradia”, em função do “modo desordenado e irracional” e do “processo acelerado das ocupações espontâneas” na capital, preocupação do Estado (ALMEIDA, 2005, p.15-16).

Para a implantação dos projetos foram desapropriadas as fazendas União, Cajazeiras, Jaguaripe de Cima (ou Grande) e Chácara Nogueira, em um total de 16 milhões de m<sup>2</sup>. No entanto, a Habitação e Urbanização da Bahia S.A. (URBIS) legalizou apenas 6,9 milhões de m<sup>2</sup>, sendo a área remanescente ocupada, alienada e incorporada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) para implantação de centros comerciais, equipamentos urbanos, sistema de tratamento de esgoto, venda direta ao morador no caso de fundo de lote e Programa de Arrendamento Residencial (PAR) (SILVA, 2019). A Pedra de Xangô, até então escondida pela Mata Atlântica, está inserida nessa região (Figura 30).

FIGURA 30 – IMAGEM AÉREA DE CAJAZEIRAS E LOCALIZAÇÃO DA PEDRA DE XANGÔ



FONTE: Conder (1976 apud Silva, 2019)

O Projeto Urbanístico Integrado Cajazeira, elaborado inicialmente pela CEDURB, com a extinção do órgão em 1979, é transferido para a URBIS pela administração estadual de Antônio Carlos Magalhães. Com isso, o projeto passa a ser vinculado à política habitacional do Banco Nacional de Habitação (BNH) e ao Plano Nacional de Habitação Popular (PLANAH). Segundo analisa Almeida (2005), inicialmente o projeto propunha integração dos elementos urbanos em nível metropolitano, com a implantação de um grande núcleo habitacional com serviços públicos, infraestrutura e equipamentos como cinema, supermercado, feira livre, escolas, unidades de saúde, posto policial, templos religiosos, auditórios, biblioteca

pública, lojas, bancos etc. Contemplava ainda a criação de um novo polo de atração na cidade com a implementação de vias, sendo a mais importante a Via Regional, como prolongamento da Via Aratu, e do Centro Regional de Comércio e Serviços. No entanto, a partir da execução do projeto pela URBIS, manteve-se a forma funcionalista, mas

perdeu-se a proposta original do projeto integrado e prevaleceu a setorização, através da implantação de núcleos habitacionais, uma vez que importava, sobremaneira, o máximo de agilidade na captação de recursos junto ao BNH para a produção maciça de moradias e regulação da terra, o que implicava a compra das glebas desapropriadas (ALMEIDA, 2005, p.71).

Viveiros (2020), quando trata do movimento pela reforma urbana, enfocando o direito à cidade, aponta que no período da Ditadura Militar (1964-1985) as “forças impulsionadoras” desses movimentos arrefeceram, retomando-as após o processo de reabertura política, obtendo como conquista a inclusão dos artigos 182<sup>41</sup> e 183<sup>42</sup> na Constituição Federal, em 1988. E, citando Klintowitz (2015), corrobora com a análise de Almeida (2005) quanto à diretriz do Governo do Estado de seguir a política habitacional da época, que se restringiu basicamente à produção habitacional do BNH (VIVEIROS, 2020, p. 100).

A centralidade do planejamento urbano, no caso estudado, está no impacto da mobilidade, especificamente por meio da implantação da Avenida Assis Valente, sistema viário que se coloca em interação com a política habitacional que permitiu o uso e ocupação do Miolo de Salvador com a implantação dos conjuntos habitacionais, com a demanda por moradia dos movimentos sociais e as ocupações irregulares. Entretanto, em 2005, física e literalmente, uma pedra no caminho de tal planejamento urbano provocou mudanças. Estas se deram pela formação e articulação de diferentes agentes, em diferentes escalas, produzindo interações (e conflitos) entre sociedade civil e do Estado em defesa do espaço público em sua dimensão de Festa.

Retomando o histórico da ocupação do Miolo de Salvador, o plano da URBIS previa vias de articulação entre os diversos núcleos e desses com a cidade, de

---

<sup>41</sup>Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (Regulamento) (Vide Lei nº 13.311, de 11 de julho de 2016).

<sup>42</sup>Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (Regulamento).

penetração para os conjuntos, locais de uso exclusivo para setores dentro dos núcleos e caminhos exclusivos para pedestres em áreas de declividade mais forte. Outro ponto foi que cerca de 70% da área do projeto ficaram livres e sem estratégia quanto ao seu uso e ocupação, sendo a proposta de centros comerciais e de serviços substituída por indicação de áreas para implantação de equipamentos comunitários nos empreendimentos, sendo estes conforme demandas apresentadas por eles. Em 1982, o projeto é ampliado com a compra direta de mais quatro áreas, em um total de 3,8 milhões de m<sup>2</sup>, sendo sistematizado o Projeto Urbanístico Integrado Cajazeira – Fazenda Grande.

A implantação dos conjuntos habitacionais se deu de forma escalonada, com Cajazeira 1, 2 e 3 compondo um único lote de licitação; seguidos de Cajazeira 4 e 5, os primeiros a serem implantados; Cajazeira 6, 7, 8, 10 e 11; Cajazeira 9 não concluiu a venda do terreno pelo proprietário, o Instituto de Assistência e Previdência do Servidor do Estado da Bahia, ficando sem implementação. Com a ocupação do território, em 1984, foi elaborado o Plano de Equipamentos Urbanos de Cajazeira na gestão do governador João Durval Carneiro, mas também sem efetividade, deixando áreas vazias por longo período e o atendimento das demandas ocorreu por órgãos setoriais das esferas estadual e municipal. “A partir daí, os espaços públicos e coletivos são redimensionados, em consequência não mais de escolhas formais e dos traçados funcionais, mas da própria dinamização urbana” (ALMEIDA, 2005, p.76).

A questão da moradia se revela agenda do e no território de Cajazeira, colocando em disputa a oferta do “sistema oficial” e a do “sistema autônomo”<sup>43</sup> (ALMEIDA, 2005, p. 84). Entre 1970 e 1990, em Salvador, a URBIS construiu 30.000 unidades habitacionais destinadas à população com renda até cinco salários mínimos, enquanto estima-se que ocorreram 60.000 ocupações espontâneas. Em Cajazeira foram entregues 10.866 habitações pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e 6.824 em processo autônomo (ALMEIDA, 2005). Essas dimensões da disputa pelo direito à moradia puseram em xeque a política pública do BNH de construção do imaginário da “segurança física, social e econômica que se sustentava no discurso oficial da ‘casa própria’” (ALMEIDA, 2005, p.85), o Estado e sua política pública habitacional frágeis diante das ocupações que cresciam no entorno.

---

<sup>43</sup>Almeida (2005, p.140) se refere a “sistema oficial” como a produção planejada, enquadrada à época nos moldes do SFH, e a “sistema autônomo”, a produção informal, das ocupações.

O Complexo Habitacional Cajazeira é composto pelos bairros Cajazeira 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10 e 11, Fazenda Grande 1, 2, 3 e 4, Águas Claras e Boca da Mata. “Uma cidade dentro da cidade” (SILVA, 2019, p. 61) que, além dos empreendimentos, têm as ocupações irregulares, “o que vem agravar mais ainda os problemas de esgotamento sanitário e as questões ambientais” (SILVA, 2019, p. 62). Em 2005, o território sagrado onde se localiza a Pedra de Xangô entrou em disputa com o Governo do Estado/CONDER que queria implodir o Otá para seguir o traçado da Avenida Assis Valente, além de ter implantado na área as lagoas de estabilização de esgoto com recursos do Programa Sanear (SILVA, 2019, p.62). Segundo matéria do jornal A Tarde, publicada em 03/06/2007, a via inaugurada em 2005 estava com 5,5 Km de extensão e obras inacabadas, ao custo de R\$ 5.948.000,00, e “não funciona como elo de ligação e de escoamento do tráfego entre Cajazeiras e Fazenda Grande” (FONSÊCA, 2007, sem paginação), trazendo mais elementos para a análise quanto à ineficiência do poder público no planejamento urbano.

A ameaça à pedra articulou imediatamente em torno da agenda de sua preservação não só o povo de santo, mas também moradores da região, como Ramalho de Souza Barreto, presidente da Associação de Proteção à Pedra do Ramalho, que se acorrentou ao Otá, pela qual disse ter se apaixonado e batizado com seu nome, e o movimento ambientalista (SILVA, 2019, p.66). No percurso da luta pela preservação da Pedra de Xangô e sua transformação em espaço público foi criada a Associação dos Terreiros de Candomblé Cajazeiras e Adjacências Pássaro das Águas, conformando alianças políticas a partir de elos identitários, conforme foi possível verificar em relatos dos entrevistados desta pesquisa. Outra entidade que o povo de santo integrou à luta foi a Associação Brasileira de Preservação da Cultura Afro Ameríndia (AFA), criada, em 2004, com o objetivo de combater a violência contra o povo de santo, a intolerância religiosa e institucional.

Pra participar nós fizemos uma associação chamada Pássaro das Águas, nós não, Mãe lara. Fez uma caminhada e chamou os terreiros, onze terreiros pra participar e aí nós fomos. [...] Ela chamou Mãe lara, conversou [...] elas duas e aí Mãe lara fez o Pássaro das Águas e começou a chamar e convocar. A Mãe saía pra convocar os terreiros, pra fazer a participação porque juntos somos mais fortes (ENTREVISTADO 2, 2021).

A primeira vez que ouvi falar da pedra foi através da representante da Associação Pássaro das Águas, não, foi antes [...] através do movimento e da mobilização que eles faziam, mas oficialmente pra conhecer a história da pedra, isso foi em 2011, quando a Associação Pássaro das Águas teve onde eu trabalhava solicitando apoio para a Caminhada da Pedra de Xangô (ENTREVISTADO 3, 2021).



Então foi o primeiro contato que eu tive com a pedra, a partir das solicitações da Pássaro das Águas e da AFA e também da Câmara de Vereadores (ENTREVISTADO 4, 2021).

Recebo um telefonema, na verdade vários telefonemas, porque a gente já tinha um trabalho, já começava a organizar um trabalho com os terreiros [...] e as pessoas relatando e pedindo ajuda, que queriam implodir. A palavra que as pessoas usavam era essa, que queriam implodir a Pedra de Xangô (ENTREVISTADO 1, 2021).

A estratégia de mobilização envolvendo imprensa, poder público, academia, povo de santo, ambientalistas e outros agentes surtiu efeito e o traçado da Avenida Assis Valente foi desviado. Mas o projeto deixou marcas como o desmatamento que desnudou a Pedra de Xangô. Antes protegida pela natureza e agora localizada e visível há cerca de 3 metros da via de tráfego. Essa situação expôs os rituais religiosos aos olhos do mundo, tornando o Otá mais vulnerável a manifestações e ações de intolerância religiosa e preconceito, além de ofertar uma área propícia à ocupação irregular. Mas também mobilizou o povo de santo a intensificar a estratégia de visibilidade do Candomblé, levando-o para o espaço público, realizando rituais no Otá e a caminhada fortalecendo a identidade religiosa e cultural de matriz africana.

Em 08/11/2014, o Otá foi envolto em sacos plásticos e recebeu cerca de 200 Kg de sal, elemento “utilizado reconhecidamente nas práticas religiosas evangélicas e, sobretudo, neopentecostais para a ‘queima’, [...] espécie de purificação” (SILVA, 2019, p.103). Diante do atentado, o movimento buscou novamente a estratégia de denúncia à mídia para dar visibilidade ao ocorrido e o Ministério da Justiça Federal foi acionado, solicitando providências quanto à agressão.

Uma das articulações do povo de santo em prol da preservação da Pedra de Xangô é, sem dúvida, sua própria fé e devoção aos orixás, caboclos e encantados que os protegem e guiam nessa trajetória afetiva de lutas e conquistas, conforme relatos dos entrevistados:

[...] nós conversamos antes da inauguração e eu disse assim: olha, nem pra Marujo, Caboclo Marujo chegar e dar um tapa no ouvido do governador pra ele poder ir lá até a pedra com a gente, quando eu falei isso Marujo respondeu em Fábio e deu aquele de lá típico dele: ê lá mama, [...] deu aquela gargalhada e foi embora. Bom, no momento da inauguração eu tinha convidado algumas pessoas que eu conhecia, [...] umas pessoas de terreiro também, de lá de Cajazeiras [...] e aí o chefe de cerimônia, que até hoje é nosso amigo, e não sei porque cargas d’água ele acabou me convidando pra fazer uma fala pelo povo de terreiro, né? E aí, quando ele me chamou, eu subi ao palanque, saudei a ancestralidade indígena e tal; e disse: governador, eu gostaria de pedir em nome de toda comunidade, o povo de terreiro, que o senhor e sua comitiva descesse conosco até a pedra, nós gostaríamos muito que o senhor visitasse porque é um local [...] importante [...] que precisa de

preservação. Nesse momento, eu senti que ele fez assim, é como se tivesse alguma coisa. Aí nós quatro, um olhou para o outro, aí eu disse: é rapaz, que o negócio parece que vai dar certo. Não é que ele pegou o microfone depois da minha fala, solicitou a comitiva e ele e nós descemos até lá, fomos todos andando até a pedra, aí, naquele momento, nós solicitamos a ele a retirada do barro (ENTREVISTADO 1, 2021).

[...] E aí tava todo mundo junto, geralmente as reuniões nossa lá na pedra têm sido assim [...] uma metade do grupo pode ir e a outra não pode. Nessa, graças à Deus e aos orixás, coincidentemente todos do grupo, só faltou uma única pessoa [...] Maria Alice até tirou uma foto e depois postou lá no Instagram, no momento em que eu estou conversando com o pessoal e tudo aquilo que a gente estava vivenciando e vendo ali naquele momento era uma forma que Xangô tava mostrando que enquanto nós colocarmos ele na frente, tudo ali vai acontecer aos poucos, a cada momento (ENTREVISTADA 5, 2021).

Uma das estratégias do movimento em defesa da transformação do espaço sagrado em espaço público foi realizar anualmente, desde 2010, a Caminhada da Pedra de Xangô (Figura 31). A partir do evento, a organização foi envolvendo em uma espiral crescente outros agentes, sejam eles públicos, culturais, religiosos, sociedade civil organizada, academia, ambientalistas, moradores, todas as nações de matrizes africanas etc. Foi assim que Maria Alice Pereira da Silva se viu mobilizada pela causa em 2011, ao ponto de ir buscar no Mestrado meios para contribuir para a preservação da pedra. A partir daí foram acionadas estratégias, táticas e articulações voltadas ao conhecimento técnico-acadêmico, legislação, participação e controle social em políticas públicas que resultaram no Parque em Rede Pedra de Xangô.

[...] eu conheço a história daquele lugar, a minha família foi uma das primeiras pessoas a chegar em Cajazeiras, isso em meados de 1975 [...] comprou terras lá em Águas Claras para montar [...] um matadouro, meus tios eram comerciantes [...] responsáveis pelo abastecimento de carne bovina na cidade de Salvador, mensalmente eles abatiam quatro mil cabeças de gado. [...] eu não conseguia entender, enquanto operadora do Direito, porque até aquele presente momento, isso era 2011, a Pedra de Xangô ainda não teria sido tombada, certo? E eu disse, pensei bem assim: se o Direito não me responde a essa questão, eu vou pra a Arquitetura e Urbanismo, porque eu tenho que ter uma resposta (SILVA, 2021).

FIGURA 31 – CAMINHADA PEDRA DE XANGÔ



FONTE: Reprodução/TV Bahia– G1 BA (2020)

Tentando fazer uma sistematização das estratégias de preservação do Otá, mas longe de esgotar as possibilidades e de abarcar toda a complexidade e escalas das ações desenvolvidas e agentes articulados, o movimento tomou algumas iniciativas voltadas à institucionalização da área em parque público, além das ações de ocupação e manifestações na própria pedra e ruas adjacentes desde as ameaças de implosão e do atentado de intolerância religiosa como, por exemplo, a Caminhada da Pedra de Xangô e os rituais religiosos em espaço público. São elas: 1. de participar da elaboração do PDDU/2016; 2. de solicitar ao município o tombamento<sup>44</sup> da pedra; 3. de lutar para transformar a área em parque em rede<sup>45</sup> para melhor preservar a pedra e o meio ambiente do entorno. A primeira estratégia foi alcançada por meio de encaminhamento da demanda e participação em audiências públicas do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Em 19/02/2016, Maria Alice apresentou de forma oral e escrita na 2ª Audiência Pública – Tema Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura, por meio do Grupo de Estudos Étnicos e Raciais em Arquitetura e Urbanismo (EtniCidades), da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da

<sup>44</sup>Lei Municipal nº 8.550/2014, institui normas de proteção e estímulo à preservação do patrimônio cultural, regulamentada pelo Decreto Municipal n. 27.179, de 29/04/2016.

<sup>45</sup>O Parque Pedra de Xangô traz uma proposta pioneira na cidade de Salvador por possuir em sua concepção a espacialidade em rede, que tece uma territorialidade em teia. Um parque não é mais uma superfície contínua, com um perímetro bem definido e claro. É uma teia que se flexibiliza no sítio e nas ocupações pré-existentes, garantindo a sobrevivência e continuidade de uma gama de espaços sagrados: pedras, árvores, riachos, nascentes, matas. Estes elementos naturais constituíam um todo, mas em virtude das intervenções de infraestrutura urbana de mobilidade e das ocupações tiveram seus elos desconectados. Tornaram-se ilhas, arquipélagos de lugares sagrados espalhados que precisam ser reconectados, não como um território contínuo, mas em rede (FÓRUM PERMANENTE EM DEFESA DA PEDRA DE XANGÔ, 2016)

Bahia (UFBA), a proposição: “Art. 143, inc. XVI, Mapa 07-SAVAM – O Parque Pedra de Xangô faz referência à área circunscrita” (SALVADOR, 2016, p.9), abordando que

[...] em novembro de 2015, a Faculdade de Arquitetura realizou um seminário<sup>46</sup> do qual resultou um relatório com vinte propostas a serem apresentadas nesta Audiência. Ademais, tratou sobre seu projeto de mestrado, que tem como tema a Pedra de Xangô. Lembrou que muitos terreiros de Candomblé são considerados terreiros de laje e usam espaços verdes públicos para realizar muitas de suas atividades e afirmou que, atualmente, estima-se haver mais de 500 terreiros em Cajazeiras. Informou que o PDDU prevê o Parque da Pedra de Xangô e o da Fazenda Grande II, mas que, com relação ao primeiro, faz referência apenas à área circunscrita à Pedra; afirmou que o previsto no documento não atende ao povo-de-santo; e concluiu dizendo que as áreas por ele utilizadas estavam sendo catalogadas para que houvesse ampliação do espaço destinado ao Parque da Pedra de Xangô (SALVADOR, 2016, p.30/31).

Na 4ª Audiência Pública, em 25/02/2016, a Comissão Técnica do PDDU informou não haver viabilidade técnica para a solicitação porque o parque estava “enquadrado como Parque de Bairro e sua delimitação definitiva deveria ser objeto de estudo específico e regulamentação pelo Poder Executivo” (SALVADOR, 2016, p.6). O Parque em Rede Pedra de Xangô voltou à pauta na 7ª Audiência Pública – Tema: Meio Ambiente/SAVAM. O arquiteto Fernando Teixeira, representando a Secretaria Municipal de Urbanismo (SUCOM), explicou que a política de meio ambiente ocorria por Lei Complementar, cabendo ao PDDU reafirmá-la e com ênfase nas bacias hidrográficas; e que o plano de 2008 previa cinco parques, enquanto o atual elevava o quantitativo para 39, dentre eles o da Pedra de Xangô, em Cajazeiras, e o Parque Marinho, na Barra.

Em 23/05/2016, na 18ª Audiência Pública – Tema Relatório Final Parte I e II, Maria Alice e Mozart Estrela comentaram sobre o encaminhamento de emenda sobre a Área de Proteção Ambiental (APA) da Avenida Assis Valente ser do interesse do movimento negro, subsidiada por estudos técnicos, os quais não existiam no PDDU, e que “o vereador Eliel a encaminhara equivocadamente, não tendo ela, por essa razão, sido acatada” (SALVADOR, 2016, p.51). Sendo assim, às 12h25min é protocolado novo pedido endereçado ao presidente da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente da Câmara de Vereadores da Cidade de Salvador, o

---

<sup>46</sup>Relatório do Seminário Salvador e Suas Cores: Espaço Urbano e Segregação Étnico-racial, 16/11/2015, auditório I, Faculdade de Arquitetura, UFBA. “20 – Criação do Parque Municipal da Pedra de Xangô em Cajazeiras – sítio histórico, arqueológico, cultural, étnico e ambiental no Miolo da Cidade do Salvador” (SILVA, 2017, p.305).

vereador Léo Prates, assinado por dezenas de movimentos<sup>47</sup> presentes à sessão requerendo “a ampliação da poligonal do Parque Pedra de Xangô incorporando o parque da Fazenda Grande II, tudo conforme estudos em anexo (docs. 1 a 43)” (SILVA, 2017, p. 307). Nessa audiência, Roque Peixoto também pediu a palavra em defesa do parque, colocando que “estava em jogo a sobrevivência” da prática religiosa, do povo de santo, e que a área estava em disputa com os interesses imobiliários, sendo que a delimitação seria a “consolidação de sua proteção legal” (SALVADOR, 2019, p.56). A articulação com a UFBA, por meio do Mestrado de Maria Alice, possibilitou o processo formativo do povo de santo e o fortalecimento de suas identidades coletivas, ampliando as alianças e os repertórios, sobretudo técnicos, com participação de professores e estudantes, como mostra o trecho da entrevista disposto a seguir:

[...]nem eu nem Maria Alice somos arquitetas. Então, nesse momento, aí o apoio vem da UFBA, da pessoa de Fábio Velame. Nessa parte ele que dá toda a orientação, olhe, isso não pode ser assim porque vai por esse caminho aqui, é melhor vocês irem por esse. Ele nos dá o Norte em relação a essa área que não é muito do nosso conhecimento acadêmico [...] para que houvesse a questão do tombamento, a gente precisava de uma série de estudos, que se fosse feito de forma convencional levaria anos, né? Até porque são estudos caros [...] estudos geológicos [...] a gente conseguiu através da Faculdade de Geografia lá da UFBA [...] estudo da fauna e da flora, uma coisa muito cara pra gente pagar, a gente conseguiu também através das pesquisas que são desenvolvidas junto à UFBA, os professores cederam seus alunos, fizeram um semestre de trabalho voltado para a área de Mata Atlântica (ENTREVISTADO 5, 2021).

O Residencial Fazenda Grande 8B é um dos oito dentre os 25 projetados que foram executados na região administrativa Cajazeira 10, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Vale de Fazenda Grande. Trata-se de um empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida – Fundo de Arrendamento Residencial (PMCMV-FAR) entregue em 2013, com 560 unidades habitacionais destinadas à demanda dos movimentos sociais Frente de Luta Popular, Confederação

---

<sup>47</sup>EtniCidades; Conselho Municipal das Comunidades Negras (CMCN); Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado (CDCN); Movimento Negro; Associação dos Moradores da Fazenda Grande I – Quadras E e F; MUDE Salvador; CAJAVERDE; Associação Pássaro das Águas; Associação Beneficente Social, Cultural e Religiosa Deusa Vó Nan; Casa dos Olhos do Tempo que Fala da Nação Angolão Paquetan; Associação Pedra do Ramalho, Associação Religiosa de Cooperação Entre Terreiros (ARDECENTE); Irmandade Beneficente de Ojés, Ogans e Tatas (SIOBÁ); Ilê Axé Odé Toke Ji Lodem; Ilê Axé babá Ulufn Alá; Coletivo de Entidades Negras (CEN); Organização Religiosa e Cultural Ilê Asé Tumbi Ode Oji (ORCIATOO); Associação Brasileira de Preservação da Cultura Afro Ameríndia (AFA); Núcleo de Religiões de Matriz Africana da PM-BA (NAFRO); Rede de Religiões de Matriz Africana do Subúrbio (RREMAS); Associação das Baianas de Acarajé, Mingau e Receptivo do Estado da Bahia (ABAM); Instituto Pedra de Raio; Associação Cultural Bloco Carnavalesco Afro Ilê Aiyê; bloco Afro Olodum e Maria Alice Pereira Silva.

Nacional das Associações de Moradores (CONAM), Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS), União de Moradia Popular da Bahia (UMP), Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), Movimento em Defesa da Moradia e do Trabalho (MDMT) e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MST) (LIMA, 2018, p.12).

A destinação das unidades habitacionais para a demanda dos movimentos sociais por moradia é o resultado de anos de luta e resistência, dos quais foram traçadas estratégias como manter representação no Conselho das Cidades (ConCidades) e articulações com os governos municipal e estadual, promotores das políticas públicas de habitação.

Movimentos sociais promoveram uma forte articulação para consolidação do residencial desde a aprovação da sua construção até o processo de seleção dos beneficiários [...] se deu por demanda direcionada na qual havia o compartilhamento de demandas entre Prefeitura Municipal e Estado da Bahia. Em acordo por meio do CONCIDADES definiu-se que seriam atendidas demandas de movimentos sociais constantes no FNHIS<sup>48</sup> que ainda não haviam sido contempladas, além de demandas provenientes de áreas de risco e aluguel social (LIMA, 2018, p.17).

Em 2016, com a elaboração do PDDU de Salvador, as áreas verdes destinadas à implantação dos empreendimentos habitacionais do Vale de Fazenda Grande, do qual faz parte o Residencial Fazenda Grande 8B (Figura 32), entraram em disputa, tensionando as agendas por moradia, preservação e conservação ambiental e direito à cidade em sua dimensão de Festa, aqui expressa fortemente pela proteção de culto religioso<sup>49</sup> e implantação de parque público. No entanto, a mobilização e articulação pela preservação da Pedra de Xangô, espaço sagrado do povo de santo inserido na área, começou anos antes, culminando no PDDU que assegurou a APA Municipal Vale da Avenida Assis Valente e do Parque em Rede Pedra de Xangô (Figura 33):

Art. 261 – Fica instituída a Unidade de Conservação Municipal denominada Área de Proteção Ambiental – APA Municipal Vale da Avenida Assis Valente e do Parque em Rede Pedra de Xangô, sendo os seus limites territoriais aqueles representados no Mapa 07.

§ 1º A Área de Proteção Ambiental – APA Municipal Vale da Avenida Assis Valente e do Parque em Rede Pedra de Xangô tem por objetivo promover o compartilhamento de seus usos e a ocupação do território do vale do Ribeirão

<sup>48</sup>Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

<sup>49</sup>Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Itapuã com base nas suas características socioambientais e socioculturais, levando em consideração a precípua participação da comunidade e da sociedade civil nos processos de planejamento e de gestão ambiental, bem como o respeito e proteção dos valores histórico-culturais, étnicos-religiosos e de seus modos de vida.

§2º Nos termos do art. 254 desta Lei, deverão ser elaborados o plano de manejo e definidos programas de gestão visando a conservação ambiental da UCM<sup>50</sup> (SALVADOR, 2016, p.128-129).

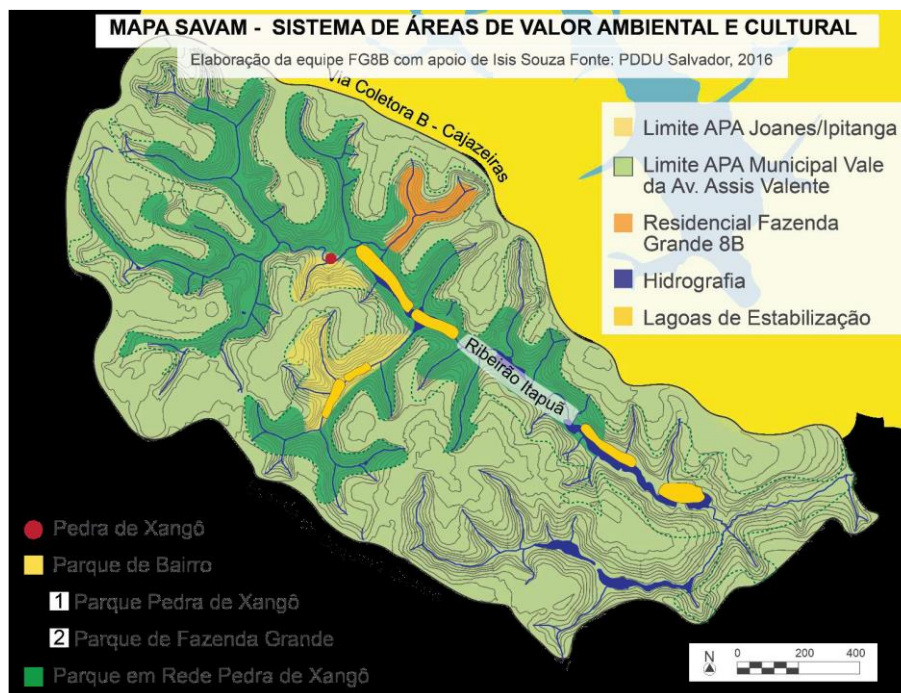
FIGURA 32 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA PEDRA DE XANGÔ E EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS



FONTE: SEDUR (2014 apud Silva, 2019)

FIGURA 33 – MAPA DO SISTEMA DE ÁREAS DE VALOR AMBIENTAL E CULTURAL (SAVAM)

<sup>50</sup>Unidade de Conservação Municipal.



FONTE: Lima(2018)

A segunda estratégia, o tombamento da pedra, teve processo iniciado pela Associação Pássaro das Águas e AFA e pela Câmara Municipal de Salvador, por indicação do vereador Silvio Humberto, e concretizada em 22/11/2016, por meio do parecer técnico de Luiz Antônio de Souza, membro do Conselho Consultivo de Patrimônio da Fundação Gregório de Matos (FGM), representando a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O processo de tombamento envolveu o proprietário fundiário da área, órgãos da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Salvador, órgãos do governo do Estado – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) e CONDER – e o Ministério Público da Bahia.

Salvador sediou, entre 28 e 31 de julho de 2014, o I Seminário Internacional para Preservação do Patrimônio Cultural Brasil Nigéria, do qual participou o Alaafin de Oyo, sua majestade imperial Oba Ladeyemi III. O líder é tido como o pai e guardião do povo loruba, herdeiro da coroa de Xangô, e como tal foi convidado a visitar a Pedra de Xangô. Essa estratégia de articulação em escala internacional permitiu visibilidade ao movimento em prol da preservação do Otá, sendo citada no preâmbulo do Projeto de Indicação nº 259/14, do vereador Silvio Humberto, encaminhado à Câmara Municipal, em 12/11/2014. O parlamentar se aproveitou da declaração do prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto de que a pedra seria o primeiro espaço contemplado pela Lei do Tombamento, sancionada em janeiro/2014, e solicitou formalmente ao prefeito a efetivação do que anunciara, nos seguintes termos: “que realize o ato



administrativo de tombamento da Pedra de Xangô e designe efetivo da guarda municipal para garantir a segurança do patrimônio” (SILVA, 2017, p. 355).

Tentativas anteriores de tombamento do Otá foram encaminhadas ao IPAC, pelo Governo do Estado da Bahia por meio da Fundação Pedro Calmon e da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia<sup>51</sup>, em atendimento à demanda da Associação dos Terreiros de Candomblé Cajazeiras e Adjacências Pássaro das Águas, formalizada por ofício da entidade em 18/10/2011. Como resposta, o órgão emitiu a Informação Técnica nº 024/2011, assinada pela gerente da Gerência de Patrimônio Material (GEMAT), Naira de Souza Gomes, declarando que a “Lei 8.895/03, que institui normas de proteção e estímulo a preservação do patrimônio cultural do Estado da Bahia, não prevê a salvaguarda do patrimônio natural” e sugere outro instrumento jurídico para isso, “no âmbito municipal, são os Planos Diretores que se encarregam de estabelecer formas de preservação do patrimônio através do planejamento urbano”(SILVA, 2017, p. 333).

Outro pedido de tombamento<sup>52</sup> foi formulado pela mesma associação ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/BA). A Informação Técnica nº 0083/14, elaborada pelo arquiteto Denis Alex Barboza de Matos, reconhece estudos que indicam a existência na área do Quilombo do Urubu, a importância da pedra para as religiões de matriz africana e a ameaça que vinha sofrendo pela especulação imobiliária da região e se baseia no Decreto Lei nº 25, de 30/11/1937, que dispõe sobre a impossibilidade de alterações do bem tombado que ficaria sobre guarda de quem o detiver, para solicitar documentos para a abertura de processo de tombamento (SILVA, 2017). Salienta-se que a área era de titularidade da URBIS, conforme informado em correspondência do órgão, datada de 22/11/2013 (SILVA, 2017), e que os pedidos de tombamento se referiam à Pedra do Buraco do Tatu. Segundo Silva (2019), a Pedra de Xangô tem várias denominações que expressam o “sentimento de pertença que as nações Ketu, Angola e Jeje e demais segmentos nutrem para com a pedra sagrada”, sendo elas Nzazi, Sogbo, do Buraco do Tatu, da Onça e do Ramalho (SILVA, 2019, p. 17).

Sobre as diferenças e a aproximação entre as nações africanas como bantos, gêges, nagôs e outros, Sodré (2019) destaca ter havido um tempo em que “os negros,

---

<sup>51</sup>Ofícios nº 876/2011/GAB e nº 097 2011, da Fundação Pedro Calmon e Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

<sup>52</sup>A solicitação gerou o processo IPHAN nº 01502.000252/2014-54.

forros ou não, se organizavam etnicamente através de pontos de trabalho, conhecidos como ‘cantos’”, na Salvador do início do século XX (SODRÉ, 2019, p. 56). No entanto, conforme fontes de tradições orais isso inexistiu na formação sociocultural de maneira acentuada, sendo que a historiografia aponta para rivalidades de outras ordens e constituição de diferentes tradições étnico-culturais, como a linha congo-angola do terreiro do Bate-Folha e “um intercâmbio profundo entre os terreiros dos cultos baianos”, impondo aos orixás, voduns e inquices mais do que a posição de entidades religiosas, “mas principalmente suportes simbólicos – isto é, condutores de regras de trocas sociais – para a continuidade de um grupo determinado” (SODRÉ, 2019, p. 57). Sendo essa integração das nações africanas verificada no movimento em prol da transformação da Pedra de Xangô em espaço público.

A Informação Técnica do IPHAN/BA traz um descritivo ambiental da área, características geológicas do bem a ser tombado, aspectos históricos e culturais manifestando “a necessidade de ações para maior valorização do sítio urbano do ponto de vista geocientífico-cultural-religioso-paisagístico” (FGM, 2016, p.3). Nele são trazidos alguns pontos de articulação entre “as práticas religiosas dos negros” e “a apropriação do espaço para essas práticas [que] garantiram a manutenção do patrimônio paisagístico e ecológico” da cidade, bem como “a especulação imobiliária e o descontrole do uso do solo urbano permitido pelo poder público [que] assumiram o papel de ameaça maior em aniquilar os sítios religiosos negros” (FGM, 2016, p.4). O parecer tem um ponto importante que explicita as dificuldades do povo de santo nessa luta pelo reconhecimento de sua cultura e direito ao culto relacionadas ao preconceito e intolerância religiosa dos quais são alvo, que se estendeu ao conselheiro, quando este relata às interrogações de seus pares conselheiros de que não sabiam que ele era de Candomblé, que nunca saberá “se [...] teriam tom de zelo ou reprovação velada”, e pergunta se “precisa ser praticante de uma religião para emitir parecer sobre o tombamento de monumentos religiosos? Entendo que a defesa do Patrimônio Cultural cabe a todos nós” (FGM, 2016, p.5). Por fim, fez a sua recomendação:

Recomendo a este Conselho a aprovação do Tombamento Municipal da Pedra de Xangô e Área Considerada Sítio Histórico do Antigo Quilombo do Urubu, ressaltando: i) a necessidade de adequação do traçado da Poligonal de Tombamento e da Poligonal de Entorno, aos aspectos morfológicos do sítio, sobretudo as sub-bacias e as linhas de drenagem natural; ii) o estabelecimento de uma poligonal de entorno imediato ao monumento lítico

Pedra de Xangô e iii) a compatibilização do traçado da APA com a poligonal da área tombada, isto é, do monumento Pedra de Xangô e de seu entorno. Recomendo, ainda, que: i) sejam desobstruídos os córregos e veios d'água ou mesmo que se proceda à revitalização de cursos d'água eliminados com a construção da Avenida Assis Valente, de modo a voltar a correr água na pedra sagrada; ii) a alteração do traçado da via Assis Valente de modo a afastá-la, convenientemente, do Monumento, garantindo sua integridade e dos fiéis e visitantes; iii) por fim a imperiosa necessidade de desativação das lagoas de estabilização, solução provisória encontrada pela EMBASA para esgotamento sanitário dos conjuntos habitacionais construídos na região (FGM, 2016, p.9).

Em 2016, apesar da criação do parque no PDDU e do tombamento da Pedra de Xangô pela municipalidade, o desmatamento no entorno continuava sendo uma grande vulnerabilidade por conta da ocupação irregular. Em 08/08/2016, a FABS, o terreiro Ilê Axê Opô Afonja, o Bloco Afro Ilê Aiyê e Maria Alice, enquanto advogada, assinaram a denúncia ao Ministério Público do Estado da Bahia, por meio do Núcleo de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural (NUDEPHAC) e do Centro de Apoio às Promotorias de Meio Ambiente e Urbanismo (CEAMA), de ocupação do território por 150 famílias (SILVA, 2017). O *site* Fala Cajazeiras publicou matéria, em 29/08/2018, sobre a ação de fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), com apoio da Guarda Civil Municipal, que culminou na remoção de “35 barracos de madeira desabitados e 61 demarcações de terra na área da Pedra de Xangô [...] 140 metros de cerca, cinco embriões e oito barracos de alvenaria irregulares desabitados” (FALA CAJAZEIRAS, 2018, sem paginação). Importante destacar que essa denúncia articulou o movimento em prol da Pedra de Xangô e o movimento por moradia, por meio da FABS, uma das entidades que indicou demanda para a ocupação do Residencial Fazenda Grande 8B, o mesmo que teve áreas subtraídas para compor o parque.

Mais de um ano depois da Lei n. 9.069/2016, que dispôs sobre o PDDU, o poder público publicou o Decreto Municipal n. 29.057, de 25/10/2017, instituindo um Grupo de Trabalho<sup>53</sup> para acompanhar a criação da Unidade de Conservação do Vale da Avenida Assis Valente e do Parque em Rede Pedra de Xangô. Em abril de 2018, ocorreu a contratação<sup>54</sup> da empresa de urbanismo, arquitetura e engenharia, a Consultoria Floriano Freaza e Amoedo (FFA) para a elaboração de diagnóstico

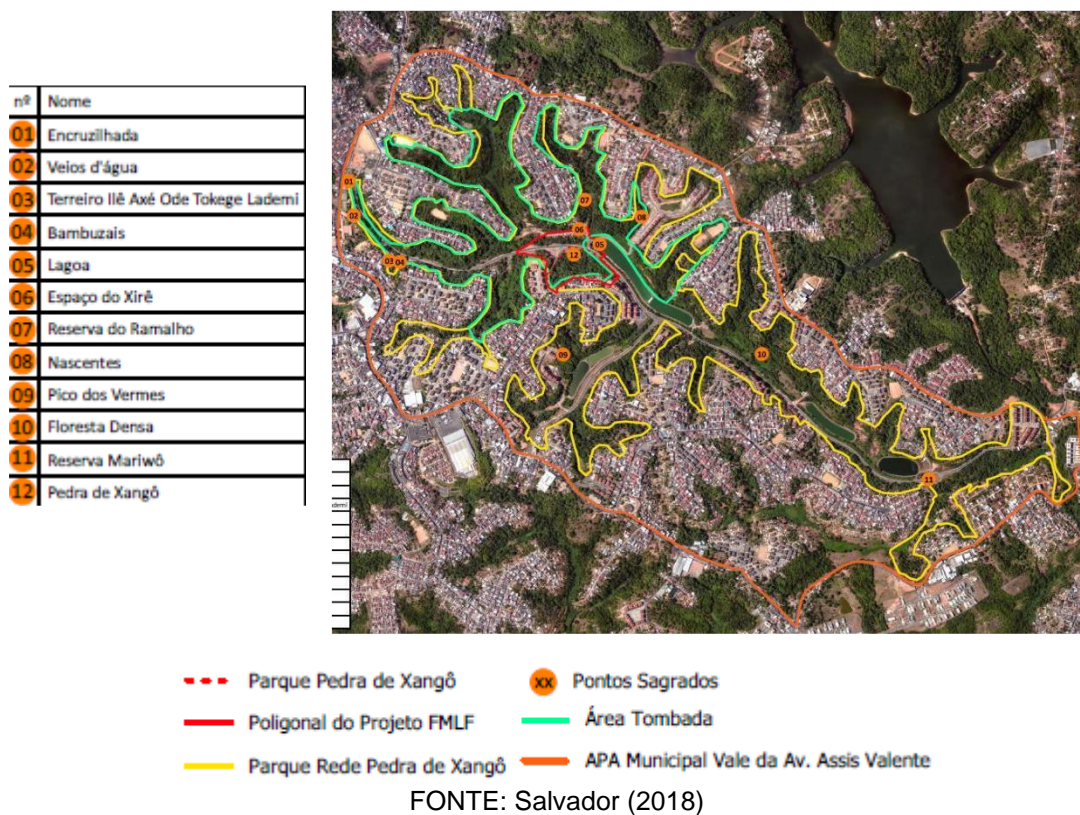
---

<sup>53</sup>Composto por representantes da Secretaria Cidade Sustentável e Inovação (SECIS), Casa Civil, SEDUR, Fundação Gregório de Mattos (FGM), Empresa de Limpeza Urbana do Salvador (LIMPURB), Secretaria de Manutenção da Cidade (SEMAN), Secretaria Municipal da Reparação (SEMUR) e Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ).

<sup>54</sup>Tomada de Preços nº 002/2018-FMLF (tipo técnica e preço). Processo nº 099/2018 FMLF. (FIGUÊREDO JÚNIOR; PEREIRA, 2018)

socioterritorial e ambiental do Parque em Rede Pedra de Xangô e dos projetos executivos. A Figura 34 apresenta o levantamento dos pontos sagrados do território que iam muito além do entorno da pedra. O conceito do projeto previa um lugar de (con)vivência, onde os caminhos e espaços possibilitariam ter “a experiência cotidiana da cultura afro-brasileira” como samba de roda, jongo, gira, xirê etc. Um lugar de memória para exposição de acervo que conte a história das religiões de matriz africana. E um lugar de intimidade, com trilhas pela natureza e o sagrado (SALVADOR, 2018, p. 8).

FIGURA 34 – PONTOS SAGRADOS DO PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ



Como resultados do diagnóstico foram apontadas as situações da proximidade da pedra com a avenida, a pressão das ocupações em áreas remanescentes dos conjuntos habitacionais e espaço segmentado no entorno do então monumento tombado. Sendo assim, a proposta de poligonal de intervenção sugeria ampliação dos 31 mil m<sup>2</sup> para 67 mil m<sup>2</sup> e desvio da Avenida Assis Valente e da Rua Santa Engrácia. Sim, aquela pedra no meio do caminho resistiu, mobilizou e articulou afetos em prol do direito à cidade em sua dimensão de Festa e mudou o curso da avenida que a ameaçou (Figura35), bem como o planejamento urbano possibilitando à cidade, seus moradores e visitantes um espaço público de manutenção do culto religioso de matriz

africana e toda sua cosmovisão de natureza. O projeto foi desenvolvido com o conceito apresentado na Figura 36.

FIGURA 35 – POLIGONAL DE INTERVENÇÃO DO PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ COM A PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO TRAÇADO DAS VIAS



FONTE: Salvador (2018)

FIGURA 36 – PERSPECTIVA GERAL DO PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ



FONTE: Salvador (2018)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de caso dos processos de luta e engajamento afetivo e político de agentes envolvidos na transformação de espaços, privado e público, em espaços públicos, evidenciando o direito à cidade em sua dimensão de Festa demonstraram que o caminho é longo, sinuoso e com pedras que podem ser encaradas como dificuldades ou serem transformadas em centralidades para a vitória por meio de articulações em torno de agendas comuns, estratégias e táticas. Como destaca Viveiros (2018, 2020), essas trajetórias dos movimentos sociais e culturais implica a formação de identidades comuns de agentes, sejam públicos, privados ou da sociedade civil com diferentes propósitos, visando articulações como forma de potencializar as formas de disputas contra-hegemônicas, as quais contribuíram para a oficialização do Parque Augusta e do Parque em Rede Pedra de Xangô.

Nesses processos fica evidente o papel das assessorias técnicas e populares em interações com movimentos sociais e culturais que nos casos se deram por meio de grupos de extensão universitária e mesmo por profissionais engajados pelo afeto. Essas assessorias foram importantes para assegurar informação, discussão e o debate abertos, a ampliação de repertórios fortalecendo as lutas na busca das soluções aos problemas a serem enfrentados. Essa articulação com a academia e os profissionais especializados amplia a escala local, alcançando horizontes que favorecem os processos de fortalecimento identitário e de grupos, movimentos, minorias. Aliada à estratégia de ocupar os espaços públicos com festa para assegurar o direito à cidade em sua dimensão de Festa proporciona o alargamento desse horizonte. Por outro lado, aproximou o Estado e o capital desse exercício de cidadania para o reconhecimento das demandas da população em esferas mais abertas.

No Parque Augusta, a agenda sempre foi bem definida: um parque 100% verde, sem prédios, público, sendo que todos os segmentos envolvidos no movimento de luta em prol dele tinham esse entendimento comum. E, em torno dessa agenda, pessoas com desejos e expectativas individuais, em pares ou em coletivos foram se agregando e articulando ações em diferentes escalas e setores. Desde a mobilização de amigos e entre eles, moradores do entorno do parque, associações e de representantes dos poderes público legislativo, executivo e judiciário, academia, imprensa, intelectuais, agentes culturais e artistas estiveram envolvidos no processo. Essa gama de agentes foi condizente com o amplo espectro de atividades que

aconteceram, principalmente quanto às ocupações das ruas e do próprio terreno, dando visibilidade à luta. Como estratégia de fortalecimento do engajamento dos agentes, o movimento promoveu eventos culturais, de diálogo e formação identitária coletiva que reforçaram qual concepção de espaço público ocuparia a área em disputa com o capital imobiliário em pleno centro de São Paulo.

No caso da Pedra de Xangô, a agenda também estava definida ao começo: a preservação do grande Otá como espaço sagrado de culto às entidades afro-brasileiras. No entanto, nessa trajetória ficou evidenciado que não bastaria deixá-la em pé, seria necessário manter também a mata à sua volta, pois a cosmovisão do Candomblé é interligada à natureza. Ao estudar o entorno da Pedra de Xangô, o escritório contratado para a fase de estudo e concepção do projeto do parque indicou, no diagnóstico elaborado, 12 pontos sagrados no entorno, surgindo a ideia de um parque em rede.

Apesar desse trabalho não propor abordagem comparativa dos casos estudados, é indispensável apontar para um ponto de congruência entre eles quanto ao acionamento da legislação e seus instrumentos operativos. Nas suas disputas foi necessário mergulhar nesse conhecimento jurídico-urbanístico operativo e reconhecer neles os pontos que asseguravam o direito à cidade em sua dimensão de Festa, acionando a participação e o controle social para fazerem valer suas reivindicações. Foi assim com a inclusão da mata na ZEPAM, em São Paulo, e da APA e parque no PDDU, em Salvador, por exemplo.

Para lograr as conquistas foram acionadas diversas estratégias e táticas a partir do que se apresentava em cada contexto. Além de apoiarem as suas lutas nos normativos legais, ocuparam as ruas com festa para assegurar a Festa. Colocaram as convergências entre as agendas em disputas, acima das divergências, quando havia um objetivo maior a ser alcançado, demonstrando possibilidades de encontros quando há princípios, valores e propósitos comuns que os aproximam do direito à cidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como o próprio título da dissertação sugere, o trabalho se desenvolveu com o objetivo de identificar o que motivou pessoas, movimentos sociais e coletivos culturais ao engajamento afetivo e político nas lutas e resistências pela transformação de espaços, privado, no caso do Parque Augusta, e público, no Parque em Rede Pedra de Xangô, em parques municipais, efetivando assim o direito à cidade como lugar de Festa. Os motivos que levaram à mobilização estão entrelaçados aos históricos tanto pessoais quanto coletivos e sociais dos agentes engajados e ainda dos próprios processos e contextos em si, como em uma simbiose com capacidade de potencialização do poder constitutivo do afeto, conforme propõe Grossberg (2012).

Para entender as motivações que levaram os agentes, sejam eles representantes da sociedade civil organizada ou de forma individual no exercício de sua cidadania, ao engajamento afetivo e político em prol dos parques, a pesquisa se baseou em referenciais teóricos das dimensões do afeto. Partiu-se de Maturana (1995, 2005), que radicaliza ao afirmar que o ser humano primeiro sente para depois organizar o racional a respeito do vivido, colocando as emoções como coordenadoras de condutas, dialogando com Toro (2005), que indica o acionamento de desejos pelas emoções, sendo que estes, quando compartilhados no coletivo, desenham imaginários comuns, e com Grossberg (2012), que aponta a capacidade constitutiva do afeto em articular desejos e se fazer articuladora de forças transformadoras.

A partir desse referencial teórico e das informações coletadas na pesquisa foi possível identificar que o afeto, enquanto emoção vivida ao longo da trajetória de vida dos agentes, forjou o Mapa de Importância das dimensões capazes de afetar enquanto aspectos de acometimento e engajamento. A história e a experiência vivida, pessoal e coletivamente, os sentimentos e emoções como aqueles que dão prazer, geram paixões e desejos e fazem aflorar os temas de importância. Identificou-se que os agentes engajados no movimento do Parque Augusta se importavam de alguma forma com a expansão urbana, a exploração imobiliária, a conservação e preservação dos patrimônios ambiental, histórico e cultural, com processos democráticos que assegurem direitos como o da sustentabilidade para futuras gerações e até mesmo a valorização imobiliária da região de implantação do parque. Para os agentes engajados no movimento pelo Parque em Rede Pedra de Xangô, o Mapa de Importância levantou as mesmas dimensões, tendo diferenciação quanto aos temas, sendo alguns deles intrinsecamente associados à questão racial negra e direitos como a igualdade racial e combate à intolerância religiosa e seu desdobramento de



fortalecimento da identidade cultural afro-brasileira, da ancestralidade e sustentabilidade para futuras gerações. No aspecto urbano, foram trazidas a exploração imobiliária, a conservação e preservação dos patrimônios ambiental, histórico e cultural e o turismo.

O resultado do Mapa de Afetos aponta para dimensões relacionadas ao que Grossberg propõe como um conjunto de forças com potencial constitutivo de articular um agente a outros agentes e colocá-los em articulação, mediação, operação de múltiplos aparatos para a luta, resistência dos movimentos e transformações dos espaços em parques públicos. Essas dimensões são a energia, os humores, as emoções, reflexões, desejos, paixões e sentimentos, tanto de abrangência individual quanto coletiva, capazes de uma orquestração afetiva.

No Mapa de Afetos do Parque Augusta foram identificados temas relativos ao direito à cidade como a exploração dela pelo capital, possibilidades de lazer e cultura; ao direito à democracia, à participação (aqui englobando o engajamento e resistência), ao exercício político, à vida saudável agora e para futuras gerações. No mapa do Parque em Rede Pedra de Xangô foram observados temas de afetos que colocarei como negativos em termos de experiência vivida pelos agentes e coletivos, mas que foram trazidos como afetos de grande potencial de engajamento e força transformadora, sendo eles a humilhação, a injustiça, o racismo, o fanatismo, a intolerância religiosa e a perseguição. Em contraponto estão a esperança, a resistência, o engajamento, a fé, a ancestralidade, a sacralidade e Xangô. Vale salientar que as dimensões e os temas de importância e de afeto estão intrinsecamente imbricados, como também deles aos desejos, sendo tênues as linhas de separação entre eles.

Os desejos compartilhados desenham um imaginário comum e seu compartilhamento entre todos é a centralidade da mobilização, conforme destaca Toro (2005), estando ele intrínseco ao Mapa de Importância e ao Mapa dos Afetos, uma vez que suas dimensões também são comuns entre os agentes engajados. No entanto, é possível inferir que há dois, ou mais, imaginários compartilhados sendo eles o dos habitantes que querem espaços públicos de fruição oficializados pelo poder municipal e o do poder hegemônico com representatividade majoritária do capital, mas também do Estado e de outros movimentos, como o de moradia. Como destaca Lefebvre, “esses grupos rivalizam no amor pela sua cidade (LEFEBVRE, 2001, p.13), independentemente de qual direção esse poder constitutivo do afeto segue, sendo

certo que geram agendas e estas entram em disputa nos territórios. Sendo assim, esses imaginários se transformaram nas agendas de disputa dos territórios em questão, articulando e colocando em articulação agentes dos mais diversos segmentos, desenvolvendo estratégias e táticas de luta e resistência também em arenas variadas. Uma vez configurada a agenda de direito à cidade em sua dimensão de Festa, as disputas com o poder hegemônico constituíram-se de um caminho longo, trilhado pelos movimentos, entremeado de estratégias que envolveram não só aspectos legais e burocráticos, quanto do próprio uso da festa que ocupou as ruas como forma de visibilidade às causas. Conforme avançavam no tempo, escrito em décadas como o caso do Parque Augusta, mas não menos demorado no Parque em Rede Pedra de Xangô, as estratégias eram desenvolvidas a partir dos afetos engajados dos agentes que mobilizavam discursos e outros aparatos a favor da luta e resistência.

A análise da trajetória das disputas, conforme sugere Viveiros (2018, 2020), apontou que os agentes engajados mobilizaram, agiram e interagiram com outros ativismos, sejam eles indígenas, ambientalistas ou raciais; com a academia, e em diferentes escalas no Estado, com os âmbitos municipal, estadual e federal. Essa interação se deu tanto com os instrumentos legais, como o Estatuto da Cidade, ação civil pública e solicitações de tombamento do patrimônio, por exemplo, quanto pelas relações pessoais e institucionais.

## REFERÊNCIAS

- II FESTIVAL Parque Augusta. **Grupo do Bom Estar e da Felicidade**. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/38BsKg3>>. Acesso em: 20 set. 2021.
- ALIADOS DO PARQUE AUGUSTA. **Grupo Público**. Facebook. Disponível em: <<https://bit.ly/3G9c1gq>>. Acesso em: 20 set. 2021.
- ALIADOS DO PARQUE AUGUSTA. **Picnic à moda antiga – 5.<sup>a</sup> edição**. Facebook. São Paulo, 31 ago. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/38l23WN>>.
- ALMEIDA, Tania Maria Scofiel de Souza. **Cajazeira**. Planejamento, processos de ocupação e contradições: um percurso entre os discursos e as práticas que configuraram o território Cajazeira. 2005. 156 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Salvador, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/3lsF8Sa>>. Acesso em: 12 fev 2022.
- APARICIO, Juan Ricardo. De mapas, cartografías y coyunturas sobre la relación entre la cultura y el poder: itinerarios y desafíos de los Estudios Culturales. **Revista de Estudios Sociales**, n. 64, p.106-117, 2018. DOI. <https://doi.org/10.7440/res64.2018.08>. Acesso em: 11 abr. 2021
- ARNALDO. In: ENTINI, Carlos Eduardo; LEITE, Edmundo; BATISTA, Liz. Parque Augusta em fotos inéditas: escola, shows em lona de circo e estacionamento. **Estadão** [online], 06 nov. 2021. Acervo Estadão. Disponível em: <<https://bit.ly/3yPVE7>>.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA AFRO AMERÍNDIA – AFA. Disponível : <<https://bit.ly/38GMejg>>.
- BAHIA. **Caminhada da Pedra de Xangô reuniu grande público em defesa da liberdade religiosa**. Salvador/BA: Governo do Estado da Bahia, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, 9 fev. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3sMwlsM>>. Acesso em: 5 dez. 2020.
- BERNIÉ-BOISSARD, Catherine. A cidade em festas: símbolos de identidades, lugar de resistência? **Revista Cidades**, v. 8, n. 13, p. 371-380, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3wzqWNN>>. Acesso em: 7 dez. 2020.
- BONOMO, Mariana; SOUZA, Lídio. (2010). Dimensão icônica e campo afetivo na objetivação das representações sociais de rural e cidade. **Memorandum: Memória E História Em Psicologia**, v. 19, p. 159-183, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3MChNJQ>>. Acesso em: 11 abr. 2021.
- BRAGA, Ana. Lawrence Grossberg e os Estudos Culturais Hoje. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – E-compós**, v. 16, n. 2, p. 2-13, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3Pym3vA>>. Acesso em: 28 mai. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <<https://bit.ly/3yPEAO1>>. Acesso em: 8 dez. 2020.

BUSQUET, Grégory; GARNIER, Jean-Pierre. Un pensamiento urbano todavía contemporáneo. Las vicisitudes de la herencia lefebvriana. **Urban**, n. 2, p. 41-57, set. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/38K8nNv>>. Acesso em: 20 set. 2021.

CAJAZEIRAS MEU PAÍS. **A história da caminhada da Pedra de Xangô**. 1 vídeo (5min29seg). Disponível em: <<https://bit.ly/3air4IR>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

CENTENAS de pessoas participam de caminhada contra a intolerância religiosa em Salvador. **G1 BA**, 09 fev. 2020. Disponível em: <<http://glo.bo/3wyb3ab>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

CHACUR, Fabian. A Barca dos Amantes – Milton Nascimento (1986/Polygram). **Mundo Pop – O pop de ontem, hoje, e amanhã...**, 6 dez 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3wy70KV>>. Acesso em: 15 nov 2021.

COSTA, Rogério Heasbaert. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CUNHA, André Arias Fogliano de Souza. **As revoltas de junho de 2013**: uma cartografia afetiva dos enunciados e das imagens do levante brasileiro. 2017. 254 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Estudos Pós Graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3wyfvFR>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

CYRELA celebra 14 anos de carreira de Bia Doria. **Elite Magazine** (online), 18 abr. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3MBSRC3>>.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3lwCBqg>>. Acesso em: 03 nov 2020

DIAS, Eduardo. Caminhada da Pedra de Xangô reúne 5 mil pessoas em Cajazeiras. **Correio**, Salvador, 9 fev. 2020. Disponível em: <<http://glo.bo/3PBVIg8>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

DINHEIRO que teria sido desviado por Maluf pode ser usado em Parque Augusta. Acordo com bancos deve devolver R\$ 63 milhões aos cofres da cidade. **Notícias R7**, São Paulo, 12 fev 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3sPTa4l>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

ENTINI, Carlos Eduardo; LEITE, Edmundo; BATISTA, Liz. Parque Augusta em fotos inéditas: escola, shows em lona de circo e estacionamento. **Estadão** (online), 06 nov. 2021. Acervo Estadão. Disponível em: <<https://bit.ly/3yPVE7>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

EVILSON, João. Morre aos 86 anos ex-fazendeiro dono da Codeara no Araguaia. **Olhar 21**, 15 mar. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3yUcn8S>>. Acesso em: 14 nov.2021.

FALA CAJAZEIRAS. **Cajazeiras: Trilha ecológica na Pedra de Xangô acontece no próximo dia 15**. 12 dez. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3MwZntU>>. FERNANDES, Victor José Alves; CASTELFRANCHI, Yuriy. Afinidade, Afetividade, organização: processos de mobilização de blackblocs. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 55, n. 1, p. 12-23, jan./abr. 2019. DOI: 0.4013/csu.2019.55.1.02. Disponível em: <<https://bit.ly/3G3wblA>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

FERREIRA, Marcelo Costa. O coletivo “Advogados Ativistas” em São Paulo: identidade profissional, comunicação e patrocínio dos assistidos da Geração Y e dos direitos de terceira geração. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 7, n. 3, p. 109-140, 17 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.21910/rbsd.v7i3.364>. Disponível em: <<https://bit.ly/3Lth5Ny>>.

FIGUÊIREDO JÚNIOR, Sérgio Magarão; PEREIRA, Ricardo Galeno Fraga A. Pedra de Xangô: a geodiversidade presente nas tradições afrodescendentes da cidade de Salvador-Bahia. **49º Congresso Brasileiro de Geologia**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3G5AO4J>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

FONSÊCA, Adilson. Avenidas continuam sem conclusão. **A Tarde**, Salvador, 03 jun. 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/3lwrPQB>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

FÓRUM PERMANENTE EM DEFESA DA PEDRA DE XANGÔ. **Por que a criação da APA Municipal Assis Valente e do Parque em Rede Pedra de Xangô?** Salvador: 2016.

FRUGOLI JUNIOR, Heitor. Conflitos e negociações em torno da requalificação do centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro. **Revista Plural**, n. 8, pg. 29-62, 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/3wlt58q>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

GERHART, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODOI, Emilia Pietrafesa de. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. **Raízes**, v. 34, n. 2, p. 8-16, 15 dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2014.v34.411>. Disponível em: <<https://bit.ly/3wypdqE>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

GROSSBERG, Lawrence. **Estudios culturales em tiempo futuro**: como es el trabajo intelectual que requiere el mundo de hoy. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

GROSSBERG, Lawrence. Lutando com anjos: os estudos culturais em tempos sombrios. **Matrizes**, v. 9, n. 2, p. 13-46, 2015. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v9i2p13-46. Disponível em: <<https://bit.ly/38Lsjj0>>. Acesso em: 20 set. 2021.

GWIAZDZINSKY, Luc. A cidade por intermitência: do tempo da festa a um urbanismo dos tempos. **Cidades**, v. 8, n. 13, p. 339-357, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/39GC96a>>. Acesso em: 5 dez. 2020.

HARDT, Michael. Para que servem os afetos? **Intersemiose. Revista Digital**. Ano IV, n. 07, jan/jun 2015. ISSN 2316-316X. Disponível em: <<https://bit.ly/3LAofQj>>. Acesso em 20 set. 2021.

HORI, Paula. **Práticas urbanas transformadoras**: o ativismo urbano na disputa por espaços públicos na cidade de São Paulo. 2018. 228 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3lsM2a3>>.

HYFRONX. Parque Municipal das Terras do Bixiga. **Teatro Oficina**. São Paulo, 18 jul. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3wAL14W>>. Acesso em: 19 set. 2021.

INSTRUMENTO de reti-ratificação do Termo de Compromisso assinado em 29 de agosto de 1975, entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a empresa Teijin do Brasil – Importação e Exportação Ltda. **5º Cartório de Imóveis de SP**. Documento digitalizado, 05/09/1986, L 004 – p. 46-57. Disponível em: <<https://bit.ly/3MwiR1l>>. Acesso em: 14 nov. 2021.

KILSZTAJN, Yacov. **Parque Augusta**: movimentos sociais urbanos. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3Lthkbu>>. Acesso em: 5 dez. 2020.

LEFÉBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Adriana Nogueira Vieira; OLIVEIRA, Liana Silvia de Viveiros e; SOUZA, Maria José Andrade de. O direito nas trincheiras da cidade: urbanismo corporativo e práticas contra-hegemônicas. **Revista Direito e Praxis**, v. 11, n. 01, p. 612-644, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/48189>. Disponível em: <<https://bit.ly/3NmQino>>. Acesso em: 31 ago. 2020.

LIMA, Carolina Santos. **Residencial Fazenda Grande 8B (MCMV)**: criando espaços de convivência por meio da Arquitetura. 2018. 74 f. Trabalho de conclusão (Especialização em assistência técnica para habitação e direito à cidade) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3PDALBQ>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

LISTA de prefeitos da cidade de São Paulo. **Wikipédia, a enciclopédia livre**. Disponível em: <<https://bit.ly/3PxKHN4>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MANGUE, Priscila. Parque Augusta, em São Paulo, vai se chamar “Prefeito Bruno Covas”. **UOL Notícias**, São Paulo. 16 out. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3G8sv8c>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

MARINO, Cintia Elisa de Castro. **Cidade em festa, cidade em disputa**: ativismo e apropriação do espaço urbano em São Paulo no início do século XXI. 2018. 257 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3lwLWOM>>. Acesso em: 9 mai. 2020.

MARQUÊS JÚNIOR, José Jair. Parque Augusta no município de São Paulo: instituições estatais e não estatais envolvidas na consolidação desse equipamento urbano e as dinâmicas de negociação. **Cadernos Jurídicos**, ano 20, n. 52, p. 91-105, nov./dez. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3NtueYe>>.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**. Campinas: Editorial Psy, 1995.

MATURATA, Humberto. **A ontologia da realidade**. MATURANA, Humberto; MAGRO, Cristina; GRACIANO, Miriam; VAZ, Nelson (orgs.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. 1ª Ed. atualizada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MENESES, Fernanda. Festival de capoeira reúne brasileiros e estrangeiros na Pedra de Xangô. **Correio**, Salvador, 4 ago. 2019. Disponível em: <<http://glo.bo/3lvUjdp>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Raymond Williams e estruturas de sentimentos: os afetos como criatividade social. Dossiê Raymond Williams: leituras interdisciplinares. **Resgate Rev. Interdiscip. Cult.**, v. 28, p. 1-22, e020007. DOI: 10.20396/resgate.v28i0.8658395. Disponível em: <<https://bit.ly/3Mz56PO>>.

MILTON. In: ENTINI, Carlos Eduardo; LEITE, Edmundo; BATISTA, Liz. Parque Augusta em fotos inéditas: escola, shows em lona de circo e estacionamento. **Estadão** (online), 06 nov. 2021. Acervo Estadão. Disponível em: <<https://bit.ly/3yPVE7>>.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Acordo entre MP-SP e Deutsche Bank garante depósito de R\$ 46,8 milhões em conta da Prefeitura de SP**. 11 nov. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3wzXnM3>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. O cotidiano e a produção do espaço. Transcrição: GONTIJO, Felipe. **Mom Edições**, Belo Horizonte, 2006. Palestra proferida no III Colóquio de Pesquisas em Habitação. Disponível em: <<https://bit.ly/38Bvdaj>>. Acesso em: 7 dez. 2020.

MONUMENTO da Pedra de Xangô é tombado pela Prefeitura de Salvador. **G1**. Salvador, 04 mai. 2017. Disponível em: <<http://glo.bo/3LzKjdy>>. Acesso em: 11 set. 2021.

NATALINI. **Vem Parque Augusta!** [online]. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3wqRG2O>>.

NOGUEIRA, Aguinaldo; ALBERTO JÚNIOR, Carlos Alberto; ROCHA, Eliziário Goulart. Ex-banqueiro sob investigação. **Revista Época**, 20 jul 2010. Disponível em: <<http://glo.bo/3lyU0yx>>. Acesso em 14 nov. 2021.

OLIVEIRA, Cinara Brito de. **Multidão: uma reflexão sobre participação social, política e afeto**. 2016. 89 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3wxpQ4N>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Silva de. **Parque Augusta na luta pelo comum urbano: uma etnografia de redes e ruas**. 2019. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciências). – Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/38H98qK>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

OPA REVISTA. **OPA** [versão online]. São Paulo, n. 1, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/39Mhuh6>>. Acesso em: 5 dez. 2020.

PALACETE FÁBIO UCHÔA. **Arquivo Arq.** [s.d.] Disponível em: <<https://bit.ly/3G4lhCl>>.

PALERMO, Oswaldo Luis; LUCIO, Antonio. In: ENTINI, Carlos Eduardo; LEITE, Edmundo; BATISTA, Liz. Parque Augusta em fotos inéditas: escola, shows em lona de circo e estacionamento. **Estadão** [online], 06 nov. 2021. Acervo Estadão. Disponível em: <<https://bit.ly/3yPVE7>>.

PARDUE, Derek; OLIVEIRA, Lucas Amaral de. Direito à cidade: problema teórico e necessidade empírica. **Revista Plural**, v. 25.2, p. 1-19, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3LtBlid>>. Acesso em: 20 set. 2020.

PARQUE AUGUSTA. **Grupo público**. Facebook. Disponível em: <<https://bit.ly/3yOASUS>>. Acesso em: 20 set. 2021.

PARQUE AUGUSTA. **Perfil**. Facebook. Disponível em: <<https://bit.ly/3wMGRXY>>. Último acesso em 20 set. 2021.

PARQUE AUGUSTA. **Perfil**. Instagram. Disponível em: <<https://bit.ly/3LziFgQ>>. Acesso em: 20 out. 2021.

PARQUE AUGUSTA 100% PÚBLICO. **Facebook**. Disponível em: <<https://bit.ly/3LNvSmB>>. Acesso em: 20 set. 2021.

PARQUE AUGUSTA – Prefeito Bruno Covas. **Wikipédia – a enciclopédia livre**. Disponível em: <<https://bit.ly/3ySbMoo>>. Acesso em: 20 set. 2021.

PARQUE AUGUSTA. **Revelião na Augusta – Psicoparkou**. Facebook. São Paulo, 01 jan. 2014a. Disponível: <<https://bit.ly/3wsVoJ8>>.



PARQUE AUGUSTA. **Ensaio do BlocoPsicoparque Memo**. Facebook. São Paulo, 15 fev. 2014b. Disponível: <<https://bit.ly/3wxsp7f>>.

PARQUE AUGUSTA. **Manifestação na prefeitura de São Paulo**. Facebook. São Paulo, 12 jan. 2015a. Disponível em: <<https://bit.ly/3wE1p4E>>.

PARQUE AUGUSTA. **Nota de esclarecimento sobre aprovação do CONPRESP**. Facebook. São Paulo, 28 jan. 2015b. Disponível em: <<https://bit.ly/3wCMt6N>>.

PARQUE AUGUSTA. **Bloco Ocupa Vc Tamén**. Facebook. São Paulo, 16 fev. 2015c. Disponível em: <<https://bit.ly/3MDx6lC>>.

PARQUE AUGUSTA. **Cinemata – Cinema Livre na Rua**. Facebook. São Paulo, 09 mai. 2015d. Disponível: <<https://bit.ly/38xXZbP>>.

PARQUE AUGUSTA. **Festival Parque Augusta**. Facebook. São Paulo, 01 jan. 2016a. Disponível: <<https://bit.ly/3G2xcR8>>.

PARQUE AGUSTA. **Formulário dos desejos PA - Qual é o seu maior desejo para o Parque Augusta?** Facebook. São Paulo, 11 mai. 2016b. Disponível em: <<https://bit.ly/3wum9Nw>>.

PARQUE AUGUSTA. **Formulário dos desejos PA - Qual é o seu maior desejo para o Parque Augusta?** Facebook. São Paulo, 13 mai. 2016c. Disponível em: <<https://bit.ly/3lu7rj6>>.

PARQUE AUGUSTA. **Dia das crianças – Banda Pequeno Cidadão**. Facebook. São Paulo, 12 out. 2016d. Disponível em: <<https://bit.ly/3wGJPNh>>.

PARQUE AUGUSTA. **Festival Parque Augusta – Os Mulheres Negras**. Facebook. São Paulo, 30 jun. 2017a. Disponível: <<https://bit.ly/3wGJhHd>>.

PARQUE AUGUSTA. **Resultado do formulário dos desejos PA**. Facebook. São Paulo, 06 ago. 2017b. Disponível em: <<https://bit.ly/3adBwRL>>.

PARQUE AUGUSTA. **Resultado do formulário dos desejos PA**. Facebook. São Paulo, 07 ago. 2017c. Disponível em: <<https://bit.ly/3wDRDj8>>.

PARQUE AUGUSTA. **Resultado do formulário dos desejos PA**. Facebook. São Paulo, 07 ago. 2017d. Disponível em: <<https://bit.ly/382asEc>>.

PARQUE AUGUSTA. **Vou contar uma breve história... Iberê Bandeira de Mello**. Facebook. São Paulo, 06 nov. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3NmW9cg>>. Acesso em: 07 nov. 2021.

PARTIDO VERDE. **Biografia – Eduardo Jorge**, 23 abr 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3sNrOfs>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

PEDRA DE XANGÔ. **Perfil**. Facebook. Disponível em: <<https://bit.ly/3sP07CF>>. Acesso em: 20 set. 2021.

PEDRA DE XANGÔ. **Perfil**. Instagram. Disponível em: <<https://bit.ly/3wyJFsz>>. Acesso em: 20 set. 2021.

PEDRA DE XANGÔ. **Amalá de Xangô**. Instagram. Salvador/BA, 26 dez. 2020. Disponível: <<https://bit.ly/3G19Tal>>.

PEDRA DE XANGÔ. **Casamento afro-brasileiro**. Instagram. Salvador/BA, 12 jul. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3yKR5dT>>.

PEDRA de Xangô finalmente é tombada em ação da prefeitura. **G1 BA**. Salvador, 04 mai. 2017. Disponível em: <<http://glo.bo/3wK2acF>>. Acesso em: 11 set. 2021.

PEDRA sagrada do candomblé na BA é pichada e oferendas são destruídas. **G1 BA**. Salvador, 13 nov. 2014. Disponível em: <<http://glo.bo/3G7FKWR>>. Acesso em: 11 set. 2021.

PONTES, Felipe. Quando os casarões da Paulista foram destruídos pelos próprios donos. **Revista Crescer**, Ed. 233, 2013. Disponível em: <<http://glo.bo/3PBcoo4>>. Acesso em 14 nov. 2021.

PURCELL, Mark. Excavating Lefebvre: the right to the city and its urban politics of the inhabitant. **Geo Journal**, n. 58, p. 99-108, 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/3PKluhs>>.

RAMOS, Cleidiana. Vizinhança de santo. **A Tarde**, 25 mai. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3wuRrUI>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

ROLNIK, Raquel. **Mitos e verdades sobre o Parque Augusta**. Blog da Raquel Rolnik. 29 jan 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3sNFuGW>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

SALVADOR. **3º Festival de teatro gente movimenta Cajazeiras em maio** – De 03 a 17 de maio de 2014. Salvador: Prefeitura de Salvador, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3wCr5Pf>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

SALVADOR. Câmara Municipal. **Relatório da 2ª Audiência Pública sobre o Plano Diretor de desenvolvimento Urbano – PDDU**. Tema: Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura. Salvador: Câmara Municipal, 19 fev. 2016a. Disponível em: <<https://bit.ly/3yVMIwN>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

SALVADOR. Câmara Municipal. **Relatório da 4ª Audiência Pública sobre o Plano Diretor de desenvolvimento Urbano – PDDU – 1ª Devolutiva**. Devolutivas – Propostas e Sugestões. Salvador: Câmara Municipal, 25 fev. 2016b. Disponível em: <<https://bit.ly/3wyEoRX>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

SALVADOR. Câmara Municipal. **Relatório da 7ª Audiência Pública sobre o Plano Diretor de desenvolvimento Urbano – PDDU**. Tema: Meio Ambiente/SAVAM. Salvador: Câmara Municipal, 01 mar. 2016c. Disponível em: <<https://bit.ly/3Nsu43v>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

SALVADOR. Câmara Municipal. **Relatório da 17ª e 18ª Audiência Pública sobre o Plano Diretor de desenvolvimento Urbano – PDDU**. Tema: Apresentação do Relatório Final Parte I e II. Salvador: Câmara Municipal, 22 mai. 2016d. Disponível em: <<https://bit.ly/3LzxlG5>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

SALVADOR. **Lei n. 9.069, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências**. Salvador: Gabinete do Prefeito, 30 jun. 2016e. Disponível em: <<https://bit.ly/3wHlsXT>>. Acesso em: 19 fev. 2022.

SALVADOR. Fundação Gregório de Matos. Conselho Consultivo de Patrimônio. **Parecer Técnico**. Novembro 2016f.

SALVADOR. Secretaria de Comunicação. **Pedra de Xangô é finalmente tomada em ação da Prefeitura**. Salvador: Prefeitura de Salvador, 04 mai. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3yUgSQP>>. Acesso em: 20 set 2021.

SALVADOR. Fundação Mário Leal Ferreira. Secretaria de Cidade Sustentável e Inovação. **Parque Pedra de Xangô**. 2018.

SALVADORI FILHO, Fausto. O vereador que virou presidente. **Revista Apartes – Revista da Câmara Municipal de São Paulo**, n. 08, jun/jul. 2014. Perfil. Disponível em: <<https://bit.ly/3PyMS2V>>. Acesso em: 13 nov. 2021.

SANTOS, Diogo Costa dos. **#MIDIANINJAAOVIVO** - Estratégias de produção de sentido e afeto em contra-narrativas de manifestações sociais. 2019. 103 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3PM1V9J>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SANTOS, Elisabete et al. (Org.). **O caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes**. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3sOdfIx>>. Acesso em: 19 set. 2021.

SANTOS, Thiago Emanuel Ferreira dos. **Transformações de políticas e afetos no Brasil: contextualizando radicalmente o acontecimento Junho de 2013 em fluxos audiovisuais**. 2019. 278 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/38HhIpp>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SANTOS, Vitor. Complexo habitacional Cajazeiras: discursos, conflitos e resistências no contexto urbano de Salvador-BA. In: ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História, 2021, Rio de Janeiro. **Anais...** Disponível em: <<https://bit.ly/3LtqCEo>>. Acesso em 14 dez 2021.

SÃO PAULO. **Vereadores**. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo. Disponível em: <<https://bit.ly/3yNG2Rd>>.

SÃO PAULO ATHLETIC CLUB. **Presidentes**. Disponível em: <<https://bit.ly/3lu0iiH>>. Acesso em: 12 mar. 2022.

SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

SAQUET, Marco Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular. UNESP, 2008.

SETIN e Cyrela compram terreno do Parque Augusta. **Veja São Paulo [online]**, 05 dez. 2016, Cidades. Disponível em: <<https://bit.ly/3LtBfac>>. Acesso em: 20 set 2021.

SEDUR remove 61 demarcações de terra ilegais na Pedra de Xangô. **Fala Cajazeiras**, 29 ago. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/385Lynb>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, p. 187-226, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220162106>. Disponível em: <<https://bit.ly/3wCRvQV>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SILVA, Maria Alice Pereira da. **Pedra de Xangô**: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3sP1CAY>>. Acesso em: 20 set. 2021.

SILVA, Maria Alice Pereira da. **Pedra de Xangô**: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador. Recife: Linceu, 2019.

SILVA, Marina. In: BORGES, Thais. Após ataques, duas mil pessoas participam da 10ª Caminhada da Pedra de Xangô. **Correio**, 10 fev. 2019. Disponível em: <<http://glo.bo/3Lvaq5w>>.

SILVA, Roselene Cássia de Alencar; CARADE, Hildon Oliveira Santiago. Nós por nós: visibilidade e politização entre a juventude da periferia de Salvador. **Plural - Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP**, v. 25, n. 11, p. 46-62, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3GdqxDS>>. Acesso em: 20 set. 2020.

SILVEIRA, Amanda. **É amanhã! 1º Festival Parque Augusta**. Pq. Augusta, São Paulo, 06 dez. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3sNTwZq>>. Acesso em: 20 set 2021.

SILVEIRA, Mônica, 2019. In: PEDRA DE XANGÔ. **8.º Festival Internacional Ultra de Capoeira Regional**. Salvador/BA, 10 dez. 2020. Instagram. Disponível em: <<https://bit.ly/3MErWG0>>.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

SOUZA, Amanda Paulista de; PERETTO, Flavia Taliberti; SEO, He Nem Kim. O Parque Augusta e o milagre da multiplicação do potencial construtivo: o caso das doações de imóveis para implantação de parques municipais no PDR-SP de 2014. In: XVII ENAPUR, 27 a 31 maio 2019, Natal, 2019. **Anais...** Disponível em: <<https://bit.ly/39Ko87v>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

SOUZA, Marcos Felipe Sudré. **A festa e a cidade**: experiência coletiva, poder e excedente no espaço urbano. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

TAPERA TAPERÁ. **Transmissão ao vivo da discussão técnica e conceitual sobre o Plano Hídrico do Parque Augusta**. Facebook. 1 vídeo (2h08min15seg). 24 jul. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3aePIdf>>. Acesso em: 12 fev 2022.

TORO A., José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social**: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: Ministério da Justiça; UNICEF, 1997.

TORO A., José Bernardo. **A construção do público: cidadania, democracia e participação**. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

TRILHA convida soteropolitanos a conhecer Pedra De Xangô. **Gambá**, Salvador, 12 dez. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/39H7qWD>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

UMA NOVA oportunidade para criação do Parque Augusta! **Minha Sampa**. [201-]. Disponível em: <<https://bit.ly/3lyfqvw>>. Acesso em: 20 set. 2021.

VANNUCHI, Luana Villas Boas. **O centro e os centros**: produção e feitura da cidade em disputa. 2020. 274 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3wIGqxw>>. Acesso em: 15 nov 2021.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um embate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3PCaC6k>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

VIVEIROS, Liana. **Práxis de Política Urbana no Brasil**: Movimentos e Articulações Nacionais e Internacionais na Construção do Direito à Cidade. 2018. 407 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3Pw5eBA>>. Acesso em: 24 mai. 2020.

VIVEIROS, Liana. Direito à cidade e hegemonia: caminhos para uma práxis urbana. **VIRUS**, n. 20, 2020a. Disponível em: <<https://bit.ly/3PxaK6V>>. Acesso em: 22 Jul. 2020.

VIVEIROS, Liana. **Direito à cidade e hegemonia**: movimentos, articulações e disputas no Brasil e no mundo. Salvador: EDUFA, 2020b.

ZANCHETTA, Diego. Haddad diz que Parque Augusta não é prioridade. **Estadão**. 13 ago. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3wHLqT3>>. Acesso em; 28 nov 2021.

ZIBERCHI, Raúl. **Territórios em resistência**: cartografia política das periferias urbanas latino-americana. 1 Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.





7. Quais as principais estratégias usadas por aliados e opositores para alcançar seus objetivos?
8. Quais os principais recursos/argumentos usados/acionados por aliados e opositores para alcançar seus objetivos?
9. O que é direito à cidade para você?
10. Quais os aspectos importantes do direito à cidade quanto as dimensões individual e coletiva?
11. Pensando a cidade, o que considera ser importante para que as pessoas se mobilizem e se engajem nos movimentos de luta pelo direito à cidade?
12. Ordene por grau de importância para você esses aspectos citados.
13. O que significa parque para você? Como imaginava o parque?
14. O que é espaço público para você?

*De Nicola*

---

Alexandra De Nicola  
Mestranda – pesquisadora

---

Nome:  
Entrevistad\_\_



## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Você é convidada e convidado a participar do projeto de pesquisa **Afetos engajados no direito à cidade como espaço de festa**, da pesquisadora Alexandra De Nicola, mestranda em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, na Universidade Católica do Salvador – UCSAL. A partir do primeiro contato para o convite à participação, você terá sete dias para avaliar o TCLE e informar sua decisão sobre responder, ou não, à pesquisa. A pesquisa destina-se a investigar a dimensão do afeto com os territórios como fator que mobiliza as pessoas à participação, à luta e à resistência pelo direito à cidade, com destaque para sua dimensão de festa, a partir do desejo, do imaginário de futuro compartilhado por um coletivo, com suas convergências e divergências na construção do comum. São dois estudos de caso: o Parque Pedra de Xangô (Salvador - BA) e o Parque Augusta (São Paulo - SP).

O estudo se encaixa nos eixos de pesquisa do grupo DCidades – Processos Urbanos e Direito à Cidade, da UCSAL, que se propõe a analisar e discutir espaços públicos de Salvador na sua relação com o direito à cidade e com a formação de uma cultura de produção, fruição e apropriação desses espaços. Outro aspecto relevante da pesquisa será nortear possíveis caminhos para agentes e coletivos culturais na definição de políticas públicas de direito à cidade e criação de territórios simbólicos e culturais. Por se tratar de uma pesquisa na área de humanas, não há benefício identificado para as e os participante. A coleta de dados será por meio de entrevista semiestruturada, com questionário com perguntas abertas e fechadas, sendo a entrevista gravada para transcrição posterior e garantia de veracidade das informações fornecidas. Será realizada entre 01 a 31/07/2021, de forma presencial, em Salvador, para engajados no processo de construção do Parque Pedra de Xangô, e em São Paulo, para os envolvidos no Parque Augusta. Permanecendo o contexto de pandemia de Covid-19 e suas restrições, a entrevista poderá ocorrer de forma virtual ou conforme opção da pessoa entrevistada. Estima-se que a entrevista dure entre 1:30h a 2:00h. A metodologia escolhida para a seleção de entrevistados é a Bola de Neve, com algumas pessoas sendo a referência de partida e estas indicando outras e assim sucessivamente, até o ponto de saturação, quando as respostas começam a se assemelhar. A expectativa é que participem cerca de 10 pessoas para cada estudo de caso.



Os riscos para as e os participantes são avaliados como de baixo impacto, pois pretende-se que o aspecto a ser investigado será relacionado ao imaginário afetivo pessoal e coletivo que os mobilizou para o engajamento nas lutas por parques urbanos. A e o participante terão total autonomia para, a qualquer momento da entrevista, desistir de sua participação ou não querer responder a determinada(s) pergunta(s). Não haverá ônus ou bônus para as e os entrevistados quanto a participação ou desistência dela, ocorrendo o mesmo para a pesquisa/pesquisadora. Será dada à pessoa entrevistada a opção de divulgar ou não sua caracterização com dados como classe econômica, gênero, faixa etária, raça ou profissão, que será usada apenas para definir o perfil das e dos participantes, sem divulgação de dados em particular, apenas de forma geral.

As gravações das entrevistas ficarão armazenadas, sob sigilo, pelo período de cinco anos, sob responsabilidade da pesquisadora, em sua residência, hoje fixada à rua Gilberto Amado, nº 338, apto 705, Jardim Armação, Salvador, Bahia, CEP: 41.750-110. Seus contatos são (11) 99113-0268 e aledenicola@gmail.com. Ao final da pesquisa será permitido acesso as suas informações ou a qualquer momento, conforme demanda das e dos entrevistados.

Em caso de dúvida, necessidade de melhores esclarecimentos, denúncia ou outra informação, favor manter contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). O Comitê é um colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses das e dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento de pesquisas atendendo a padrões éticos. Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador – CEP/UCSal. Atendimento: segunda à sexta, das 8h às 12h e das 13 às 17h. Endereço: Av. Cardeal da Silva, nº 205, Federação, Salvador, Bahia, CEP: 40231-902. Contatos: (71) 3203-8913 e cep@ucsal.br.

Esse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE tem duas vias, sendo uma da pessoa entrevistada e outra da pesquisadora.

Eu, \_\_\_\_\_,  
tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam,



concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Permito acesso aos seus dados para caracterização geral do perfil das pessoas entrevistadas:

( ) sim ( ) não.

Desistiu da pesquisa durante sua execução: ( ) sim ( ) não.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

*De Nicola*

\_\_\_\_\_  
Alexandra De Nicola

Mestranda – pesquisadora

\_\_\_\_\_  
Nome:

Entrevistad\_\_